

Relatório de Estágio

Os desafios da salvaguarda do património em Portugal: um contributo nas áreas da classificação e inventário

Ana Teresa Matias da Silva Freire Henriques

Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Leonor A. Plácido de Medeiros e coorientada pela Doutora Maria Moreira Baptista de Magalhães Ramalho

Setembro, 2017

Índice

1 – Agradecimentos	4
2 – Resumo	5
3 – Abstract	6
4 – Introdução	7
5 – Metodologia	9
6 – Trabalho realizado	11
Capítulo I - Contexto	
6.1 – Origem da protecção do património a nível internacional	11
6.2 – A protecção do património a nível nacional	17
6.2 – Primeiras classificações em Portugal	23
6.3 – A evolução das classificações em Portugal	25
6.4 – O inventário do património: evolução e importância	28
Capítulo II – Trabalho prático	
7 – Actualização das fichas de inventário do património classificado	31
7.1 – Critérios para a escolha de fichas a actualizar	36
7.2 – Fichas do Concelho de Sintra actualizadas	37
7.3 – Fichas do Concelho de Cascais actualizadas	40
7.4 – Fichas do Concelho de Lisboa actualizadas	42
7.5 – Fichas do Concelho de Oeiras actualizadas	43
8 – Proposta de Classificação	44
8.1 – Escolha de um sítio a classificar	46
8.2 – Elaboração do Req. Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis	47
9 – Rota Turística	48
9.1 – Escolha dos sítios arqueológicos em Sintra e Lisboa para a criação de duas rotas	49
9.2 – Elaboração do percurso entre os sítios	49
9.3 – Produção dos textos sobre os itinerários criados para a página da internet da DGPC.....	50
9.4 – Criação de um desdobrável sobre o percurso pedestre de Sintra	50
10 – Conclusões finais	51
11 – Bibliografia	54
12 – Anexos	56
12.1 – Ficha actualizada referente ao “Sítio Arqueológico da Granja de Serrões”	56

12.2 – Ficha actualizada referente às “Ruínas da Antiga Barragem de onde partia um aqueduto para Olisipo”	58
12.3 – Ficha actualizada referente ao “Complexo Arqueológico de Olelas”	61
12.4 – Ficha actualizada referente ao “Complexo Arqueológico de Colaride”	64
12.5 – Ficha actualizada referente ao “Monumento Megalítico de Pego Longo”	67
12.6 – Ficha actualizada referente ao “Conjunto Megalítico da Barreira”	70
12.7 – Ficha actualizada referente à “Villa Romana de Santo André de Almoçageme”	72
12.8 – Ficha actualizada referente à “Anta de Aqualva”	75
12.9 – Ficha actualizada referente à “Anta de Adrenunes”	78
12.10 – Ficha actualizada referente à “Villa Romana de Outeiro de Polima”	80
12.11 – Ficha actualizada referente à “Villa Romana de Miroiços”	82
12.12 – Ficha actualizada referente à “Gruta do Poço Velho”	85
12.13 – Ficha actualizada referente à “Villa Romana do Alto da Cidreira”	92
12.14 – Ficha actualizada referente às “Ruínas do Teatro Romano”	97
12.15 – Ficha actualizada referente ao “Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros”	100
12.16 – Ficha actualizada referente às “Lápides das Pedras Negras”	104
12.17 – Ficha actualizada referente à “Estação Eneolítica de Leceia”	109
12.18 – Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis – Termas dos Cássios	115
12.19 – Introdução e Critérios para o site da DGPC relativo aos percursos pedestres criados	123
12.20 – Textos relativos a cada local que integra as rotas turísticas de Sintra e Lisboa	125
12.21 – Panfleto criado para o percurso pedonal de Sintra	138

1 – Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora, a Professora Leonor Medeiros. Estou-lhe grata em muitos aspectos, mas gostaria de destacar a confiança que teve em mim e a paciência que sempre teve para as minhas hesitações e falta de confiança. Também uma palavra de apreço para os professores do Curso de Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que contribuíram para o meu percurso académico desde o início.

De seguida, tenho que agradecer à Direcção Geral do Património Cultural por me ter acolhido e possibilitado a realização desde estágio, em especial à Doutora Maria Magalhães Ramalho, a quem agradeço os conhecimentos e experiências que partilhou comigo ao longo deste percurso iniciado em Novembro de 2016. Também aos outros colegas da DGPC, que sempre se disponibilizaram para me ajudar quando necessário, principalmente ao Nuno Gonçalves, às Doutoradas Elsa Garret Pinho e Maria Cortesão e ao Doutor Mário Fortes.

À minha família: pais, tios, avô. Obrigado por tudo mas principalmente pelo apoio solidário com que nunca me faltaram e por terem compreendido a minha escolha nesta área. Agradeço também por tornarem possível a minha formação e por todos os esforços que fizeram para eu chegar onde estou. Também aos que já cá não estão, principalmente os meus avós, dedico-vos também este bocado de mim.

Estou grata aos colegas do Curso de Arqueologia, e muito especialmente às amigas que fiz. Rita, Isabel, Leonor, Cátia, que me fizeram sentir em casa na faculdade durante estes anos.

Obrigado aos amigos, Mafalda, Raquel e Miguel, que estão comigo desde o secundário e que nunca me deixaram desanimar. Um obrigado especial à Ana Isabel, que está comigo desde o 10º ano e que fez a Licenciatura e o Mestrado comigo, e que sem o seu apoio este trabalho não teria sido possível.

Ao longo destes últimos dois anos a quantidade de pessoas que me ajudou é incrível, por isso, a todos aqueles que posso não ter mencionado, o meu sincero obrigado.

2 – Resumo

O presente relatório de estágio, realizado no âmbito do Mestrado em Arqueologia da NOVA FCSH, foca o tema da salvaguarda do património arqueológico, pretendendo ser um contributo em áreas chave como a inventariação, a classificação, a sensibilização e a divulgação.

O estágio aqui apresentado decorreu na Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), entidade responsável pela gestão do património nacional, nomeadamente pela inventariação e classificação dos bens imóveis, tendo as tarefas realizadas incidido em três pontos principais: analisar um conjunto de fichas de inventário de património classificado da base de dados Ulysses; contribuir para a actualização e ampliação do número de sítios arqueológicos classificados nos concelhos estudados; e propor uma rota turística, composta por arqueossítios classificados, de modo a contribuir para a sua salvaguarda.

Como contributo científico este relatório pretende apresentar também uma reflexão actual sobre as dificuldades que o património arqueológico (e também o arquitectónico) passa após a sua inventariação e classificação, apontando formas de evitar que tal aconteça. Para além disso, dado que a protecção legal de bens culturais continua a ser fundamental para a sua protecção, avançou-se com uma proposta de classificação, o que permitiu ficar a conhecer melhor o desenrolar desse processo, bem como o papel central da DGPC nesta área.

Palavras-Chave: Património, Salvaguarda, Inventário, Classificação, DGPC

3 – Abstract

This internship report, carried out within the framework of the Master's in Archaeology of the NOVA FCSH, focuses on the theme of safeguarding the archaeological heritage, aiming to be a contribution in key areas such as inventory, classification, awareness and divulgation.

The internship presented here was held in the Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), the entity responsible for managing the national heritage, namely by inventory and classification of immovable property, having the tasks carried out focused on three main points: analyze a set of inventory records of classified heritage of the Ulysses database; contribute to the uptadatin and expansion of the number of archaeological sites classified in the counties studied; and to propose a tourist route, made up of classified arqueosites, in order to contribute to its safeguard.

As scientific contribution, this report also intends to present a current refection on the difficulties that the archaeological (and also the architectural) heritage passes after its inventory and classification, pointing out ways to prevent this from happening. Moreover, given that the legal protection of cultural goods continues to be essential for its protection, a proposal for classification as been made, which has made it possible to gain a better understanding of the process and the central role of the DGPC in this area.

Key words: Heritage; Safeguard; Inventory; Classification; DGPC

4 – Introdução

O presente relatório, realizado no âmbito do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é o resultado final do estágio curricular realizado na DGPC. O estágio iniciou-se a 28 de Novembro de 2016 e terminou a 30 de Maio de 2015, resultando em mais de 800 horas de trabalho. Este estágio curricular foi realizado em ambiente de trabalho normal nas instalações da DGPC, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa.

O tema escolhido para este estágio surgiu devido ao interesse pela área da gestão do património. Apesar de inicialmente o tema do estágio estar focado na actualização das fichas do inventário do património classificado, este acabou por se estender a outros temas, como o processo de classificação e modos de sensibilizar e divulgar o património classificado. Assim, após alguma reflexão, entendeu-se que a área de interesse que levou a este estágio é a salvaguarda do património e como esta pode ser reforçada.

Actualmente, e em parte devido ao aumento do turismo que se verifica por todo o país, o património é cada vez mais alvo de uma maior atenção mas também pressão. Desta forma, torna-se importante que as entidades responsáveis pelo património se empenhem na sua protecção, não pensando neste apenas como um produto turístico, mas como testemunho de vivências e da identidade do país. Urge pensar no património cultural como algo que pode ser integrado na vida diária, servindo como apoio ao desenvolvimento constante da sociedade e não apenas como uma memória distante.

Devido a este interesse, foi decidido realizar um estágio na DGPC, de modo a ficar a conhecer mais aprofundadamente as ferramentas existentes para a salvaguarda do património, principalmente através das classificações e do inventário. A opção pelo estágio também surgiu da vontade de obter mais experiência prática sobre a área em estudo. O estágio foi realizado, como já mencionado, na DGPC, que foi criada em 2012, instituição responsável pela gestão do património sob a tutela do Ministério da Cultura. Nesse âmbito, a DGPC é também a instituição responsável por instruir e avaliar os processos de classificação a nível nacional, bem como gerir as três principais bases de dados de inventário de património (Ulysses, SIPA e Endovélico), que foram alvo de trabalho ao longo deste estágio.

No plano inicial do estágio, foram definidos três objectivos específicos:

1. Analisar e actualizar as fichas de inventário de património arqueológico classificado existentes nos Concelhos de Oeiras, Lisboa, Cascais e Sintra;
2. Identificar um ou mais sítios arqueológicos que possam ser alvos de classificação e assim aumentar o número de arqueossítios classificados nestes concelhos;

3. Propor uma rota composta por património arqueológico classificado de modo a promover a sua salvaguarda;

No plano traçado, estes objectivos tinham como finalidade contribuir para o conhecimento dos procedimentos no âmbito da classificação de património em Portugal, nomeadamente as principais etapas do procedimento, os seus intervenientes, e como o processo se tem desenvolvido ao longo do tempo. A tarefa relacionada com a actualização das fichas de inventário tornou-se o ponto central do trabalho, tendo adquirido maior dimensão e destaque, deixando de ser apenas um trabalho de actualização, mas também uma maneira de ficar a conhecer a instituição e os seus serviços ligados ao inventário.

Tendo em conta os objectivos específicos acima mencionados, a forma de expor todos os campos de actuação deste estágio curricular, e também por uma questão de organização, este relatório pode-se considerar dividido em duas partes: uma de contextualização e outra sobre o trabalho prático realizado.

A primeira parte deste relatório aborda o tema das origens da protecção e salvaguarda do património, procurando fornecer um enquadramento para o surgimento do acto de classificar e inventariar, tanto a nível internacional apontando por exemplo o interesse pelos monumentos no século XV em Itália, como a nível nacional com a publicação do alvará de D. João V em 1721. Neste capítulo pretende-se sistematizar de forma cronológica os passos que foram dados, tanto internacional como nacionalmente, para que a salvaguarda do património se encontre definida como hoje está. Este capítulo apresenta como foco principal a classificação e a inventariação pois estes são uns dos instrumentos mais importantes na protecção do património cultural. Através da classificação e da inventariação os bens ficam mais protegidos e são valorizados, levando a que possam mais facilmente ser integrados em projectos de desenvolvimento das cidades, contribuindo também para o conhecimento das sociedades que por sua vez usufruem deste património. Sem estes mecanismos, grande parte do património seria destruído ou desconhecido hoje em dia.

A segunda parte do relatório encontra-se dividida em três subtemas ligados ao trabalho prático desenvolvido no estágio: a actualização das fichas de inventário de património arqueológico classificado, a proposta de classificação e a criação das rotas turísticas. Com esta parte do trabalho pretende-se mostrar algumas das lacunas presentes na manutenção de sítios arqueológicos e como estas podem ser colmatas através da sua classificação, da periódica revisão do seu inventário, e da criação de projectos para que estes se encontrem integrados e acessíveis.

5 – Metodologia

O trabalho realizado ao longo destes seis meses foi feito sobretudo a partir da consulta do página da internet da Direcção Geral do Património Cultural, que permite o acesso a todas as fichas de inventário do património imóvel classificado existentes na base de dados Ulysses.

Assim foram consultadas as fichas de património arqueológico classificado dos concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais e Sintra, sendo no total 26 sítios arqueológicos nos concelhos estudados.

Uma vez que não foi possível ter acesso ao sistema interno da base de dados Ulysses, e a página da internet da DGPC não permite que se efectue uma pesquisa por tipologia (categoria) “Arqueologia”, teve que ser realizada uma busca por cada concelho pretendido e analisados apenas os resultados correspondentes aos sítios arqueológicos, uma vez que quando se realiza uma pesquisa geral por concelho aparecem todos os resultados, ou seja, tanto sítios arqueológicos como bens arquitectónicos classificados. Isto levou a que no total dos quatro concelhos estudados tenham sido identificados 477 imóveis classificados, mas apenas 26 destes são arqueossítios classificados (o que representa cerca de 5% do total). Isto levou a que a identificação dos sítios arqueológicos classificados de cada concelho fosse mais demorada.

Foi possível concluir que quase todas as fichas de inventário, de qualquer um dos quatro concelhos estudados, se mostram desactualizadas em algum dos seus parâmetros, seja na sua descrição, bibliografia ou fotografias disponíveis. Apenas nove fichas não foram actualizadas por estas serem as mais completas e actualizadas, apesar de não ser possível saber a data das actualizações das respectivas fichas devido à falta de acesso ao sistema Ulysses interno.

Procedeu-se então à realização de um índice de três passos a seguir para cada ficha que se iria actualizar, a partir do qual era formulada uma descrição o mais completa e actual possível de cada sítio:

- 1- Análise das fichas já existentes nas três bases de dados do património (Ulysses, SIPA e Endovélico) de modo a comparar a informação existente sobre cada local, principalmente na parte das descrições;
- 2- Consulta dos processos de cada sítio, tanto o de classificação como o de arqueologia, de modo a encontrar mais informação sobre os arqueossítios.
- 3- Consulta da Biblioteca de Arqueologia, nomeadamente as publicações sobre o local que estava a ser trabalhado, de modo a completar qualquer lacuna de informação que exista no momento.

A partir destes três passos era formulada uma descrição o mais completa e actual possível de cada sítio.

Para a actualização das bibliografias das fichas era realizada uma pesquisa sobre o arqueossítio a ser trabalhado, principalmente no catálogo na Biblioteca de Arqueologia, de modo a se poder anexar o maior número de referências bibliográficas à ficha, com prioridade aos estudos mais recentes e completos. Por fim foi criada uma ficha modelo em formato *word*, onde se colocou a descrição e bibliografia actualizadas. Esta ficha modelo também apresenta um campo dedicado às fotografias efectuadas aos sítios, no entanto este foi muitas vezes o último campo a ser actualizado,

Apesar de não existir nenhum limite à quantidade de referências bibliográficas e de fotografias que podem ser adicionadas a cada ficha, o mesmo não acontece nas descrições. As descrições tinham que ser divididas em dois campos: Sítio e Nota-Histórica. No “sítio” é feita a descrição do contexto em que o arqueossítio se encontra e o que é possível ver no local, com uma breve explicação das estruturas e do espólio encontrado, nomeadamente onde este se encontra depositado. Na “nota-histórica” é especificado por quem e como o local foi descoberto, sendo descritas brevemente quaisquer escavações ou outras intervenções realizadas no local e, se possível, como este se encontra actualmente. A quantidade de informação a ser incluída na descrição foi limitada pelo facto de existir uma baliza de 4000 caracteres que podem ser escritos no total de ambas as partes do texto.

Para a realização do Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis, foi realizada pesquisa sobre os arqueossítios existentes na cidade de Lisboa, através da base de dados do Endovélico. Após a escolha do sítio a propor a classificação (Termas dos Cássios), foi realizada a consulta dos processos de arqueologia existentes sobre o local e entrevistas com arqueólogos que conhecessem o local, de modo a preencher os campos do Requerimento. Foi ainda realizada uma visita ao local de modo a tentar compreender o estado em que as estruturas se encontravam.

Foram ainda criadas duas rotas turísticas realizáveis nos concelhos de Sintra e Lisboa, tendo, para isso, sido analisado os arqueossítios classificados nestes concelhos, com especial atenção à distancia entre eles e às condições de visita que estes apresentavam. Após a escolha dos locais e da criação dos trajetos, foram elaborados os textos necessários, com base nas fichas de inventário de património classificado, para os itinerários ficarem disponíveis na página da internet da DGPC. Como resultado final, foi ainda criado um panfleto para a rota pedonal proposta para Sintra, através de um modelo disponível no *word*, com a informação sobre a zona onde este é realizado e os locais que compõem este itinerário.

6 – Trabalho realizado

Capítulo I – Contexto

6.1 – Origem da protecção do património a nível internacional

O património é, numa definição geral, algo que pode ser herdado, passado de geração em geração, com valor histórico ou cultural que mereçam ser preservados. Este é normalmente dividido em “património cultural”, “património natural” e “património imaterial”, sendo que os dois primeiros são constituídos por objectos, construções e paisagens (património fisco e material), enquanto o ultimo se refere às práticas e conhecimentos (património intangível) (HARRISON, 2012, pág 9-13).

Françoise Choay define a génese do reconhecimento da importância dos monumentos com o Renascimento em Itália, sendo nesta altura que, primeira vez que se olha para os vestígios do passado como objectos de arte e testemunhos relevantes, cuja existência importa preservar, tendo surgido a consciencialização do valor histórico e artístico dos monumentos da antiguidade (CHOAY, 2007, pág 36 e 37). Segundo Jorge Custódio, na sua tese de doutoramento, as manifestações existentes da transmissão social e cultural de valores antes do século XVIII podem ser consideradas “parte da pré-história do património” uma vez que são a génese do património, quer tenham acontecido consciente ou inconscientemente (CUSTÓDIO, 2011, pág 60).

Embora as intervenções que se realizavam nos edifícios no século XV fossem, na maioria das vezes uma renovação total, não se podendo falar de “restauro”, havia já a escolha deliberada de manter partes dos velhos edifícios, preservando-os. Estas ideias, que surgem no século XV e se mantêm no século XVI, sofrem vários avanços e recuos. Se por um lado existe a vontade de preservar a maior parte dos edifícios antigos, por outro lado a existe também a vontade de realizar novas obras com os ideais arquitectónicos da época, o que levava a destruição do que ainda restava desses edifícios (JOKILEHTO, 2005, pág 32-39). Isto é por sua vez algo que ainda hoje se pode observar, com o desejo de preservar as construções originais mas também a vontade de reconstruir, levando a um debate sobre se a preservação do património original é ou não um obstáculo ao desenvolvimento.

É no século XVIII que, um pouco por toda a Itália, surge uma nova disposição. Famílias abastadas começam a formar colecções de antiguidades, tendência que se acentua ainda mais no século XVI devido ao aparecimento de novos objectos artísticos devido ao aumento de escavações derivadas do aumento de novas construções por todo o país, levando a uma crescente importância dos bens móveis (JOKILEHTO, 2005, pág 34; Custódio, 2011, pág 63). No século XVII esta corrente estende-se um pouco por toda a Europa,

começando a realizar-se as primeiras viagens a países como a Grécia e a Itália com o objectivo de obter mais objectos para integrar estas colecções. Deste tipo de viagens resultam também descrições e desenhos de momentos antigos que, em alguns casos, foram mais tarde destruídos e que de outro modo não seriam conhecidos (JOKILEHTO, 2005, pág 63). É esta corrente de interesse por objectos antigos, como pinturas, esculturas, entre outros, que abre as portas à conservação e restauro dos monumentos arquitectónicos (CHOAY, 2007, pág 50).

No entanto o crescente interesse pelo colecionismo, tal como o posterior aparecimento dos primeiros museus abertos ao público, têm algumas consequências negativas, uma vez que implicava remover dos objectos do seu contexto (CHOAY, 2007, pág 69).



Ilustração 1 Pintura da Galeria do Arquiduque Leopold Wilhelm em Bruxelas por David Teniers, 1651

(<https://www.museodelprado.es/en/the-collection/art-work/the-archduke-leopold-wilhelm-in-his-picture/461e64f1-71a3-46fb-961b-3958286a12c5>)

No século XVIII, para além da crescente importância da história da arte e da geologia, aumenta também o interesse pela arqueologia surgindo, durante este período, algumas das mais importantes campanhas arqueológicas, como é o caso das grandes escavações de Herculano, Pesto e Pompeia (JOKILEHTO, 2005, pág 82; Custódio, 2011, pág 75). O desenvolvimento da arqueologia junta-se ao colecionismo de antiguidades e ao interesse pelo clássico, fazendo com que Itália se torne no centro da valorização do património, levando a que muitos dos seus edifícios tenham sido também alvo de estudos mais aprofundados (JOKILEHTO, 2005, pág 93).

É também no século XVIII que são realizados os primeiros estudos, assentes em critérios formais, considerados científicos a esculturas gregas, pelo germânico Johann Joachim Winckelmann (CHOAY, 2007, pág 65). Este analisava directamente as peças, comparando diversas obras e recorrendo à documentação escrita existente, fazendo com que conseguisse identificar as alterações feitas posteriormente nas obras permitindo assim distinguir o original dos acrescentos. (JOKILEHTO, 2005, pág 88 e 89).

Dá-se um aumento da informação, com um maior número de artigos escritos e publicados sobre arqueologia e arquitectura, o que leva por consequência a um aumento do conhecimento e a um despertar da consciência em relação à importância do património. (JOKILEHTO, 2005, pág 91 e 92) Este será talvez o primeiro despertar das populações para a importância de proteger o património, devido à maior sensibilização que passou a existir devido ao aumento da informação, algo que hoje continua a ser necessário para a salvaguarda do património.

No final do século XVIII dá-se a Revolução Francesa (1789) que vai ter consequências positivas e negativas para o património. Jorge Custódio acredita que a Revolução Francesa representa um marco importante neste processo, considerando que esta simboliza a “passagem da pré-história à história” do património (CUSTÓDIO, 2011, pág.72). Durante este período verificam-se várias destruições de monumentos e roubo de obras de arte, no entanto, por outro lado, a nacionalização das propriedades da família real, igreja e nobreza, faz com que o novo poder se responsabilize pela preservação dos bens. Assim surgem as primeiras medidas de protecção do património e a criação das primeiras instâncias dedicadas à conservação e inventariação dos bens existentes, com o objectivo de manter o património *in situ* de modo a ser transmitido às gerações futuras (JOKILEHTO, 2005, pág 115).



Ilustração 2 Destruição de uma estátua de Luís XIV em 1792 (Clay, 2012, pág 183)

Durante este período surge a noção de “bens nacionais”, escolhidos pelo Estado Francês, que selecionava os monumentos históricos a proteger e conservar. Por consequência, outros Estados Europeus começam a convencionar a atribuição de valores históricos, arqueológicos e artísticos a um determinado conjunto de monumentos que tinham significado nacional. O autor considera que o estabelecimento desta prática é um “dato essencial para a compreensão do conceito de monumentos nacionais protegidos e classificados” (CUSTÓDIO, 2011, pág 77).

Após a Revolução Francesa mantém-se o interesse na inventariação dos monumentos existentes mas, por outro lado, continuam também as destruições de partes consideradas inúteis de monumentos, para além de demolições completas de edifícios, o que levou a contestação por parte de personalidades importantes como Vitor Hugo em 1825 (JOKILEHTO, 2005, pág 266 e 267). Em 1830 é criado o cargo de “Inspecteur Général des Monuments Historiques de la France” visando a protecção dos monumentos, no entanto, inicialmente, esta instituição tinha poderes demasiado reduzidos para conseguir ir contra a vontade das autoridades locais, sendo apenas em 1837, com a criação da “Commission des Monuments Historiques”, que as suas competências aumentam, assando o “Inspecteur Général” a decidir sobre a classificação dos monumentos históricos e também sobre as prioridades das acções de restauro (JOKILEHTO, 2005, pág 268).

Em Inglaterra, em 1840, surge o mesmo debate, discussão esta que levou à criação, décadas mais tarde, em 1877, da “Society for the Protection of Ancient Buildings”, que se tornou numa instituição importante, não-governamental, na protecção e conservação dos edifícios em risco de ruir, contra os restauros profundos e na criação de metodologias adequadas para as operações de restauro no país (JOKILEHTO, 2005, pág 320).

É também durante o século XIX que se procede ao restauro de monumentos importantes em Itália, como o Coliseu Romano e o Arco de Tito. No entanto, apesar da consciência existente em Itália para os monumentos de época clássica, o mesmo não existia para os edifícios medievais, por isso quando o país despertou para a questão baseou-se nas experiências francesas e inglesas (JOKILEHTO, 2005, pág 329).

Nas últimas décadas do século XIX, os monumentos históricos passam gradualmente a ser abrangidos por protecção legal, com a elaboração de listas e inventários de imóveis protegidos e a criação de normas que regulavam a intervenção nos mesmos (JOKILEHTO, 2005, pág 347 e 351). Isto verifica-se em primeira instância em França, após a Revolução Francesa, alcançando posteriormente outros países, tendo, no entanto, demorado um pouco mais a chegar a Portugal, como se poderá ver nos capítulos a seguir.

Na transição para o século XX a conservação dos monumentos históricos ganha o estatuto de disciplina, devido ao crescente interesse no tema, o que levou à interrogação sobre os seus conceitos e

procedimentos (CHOAY, 2007, pág 217). No entanto, a construção do conceito de monumento foi mais lenta do que o estabelecimento da conservação como disciplina, uma vez que só se começou a discutir o tema na década de 1820. Autores como Françoise Choay e Jorge Custódio explicam que os monumentos tornam-se algo visto com mais vulnerabilidade, dado o contraste verificado a quando comparados com as construções da era industrial que rompiam com o passado através do uso do cimento e do ferro, e transforma os modos de vida do homem e também a organização espacial urbana, levando assim ao distanciamento das realidades históricas, sociais e paisagísticas anteriores à industrialização (CHOAY, 2007, pág 107; CUSTÓDIO, 2011, pág 78).

Entre 1890 e 1910 vários países da Europa, incluindo Portugal, estabelecem de modo constitucional as bases dos seus sistemas de defesa e salvaguarda, não apenas dos seus monumentos nacionais mas também de “elementos dispersos”. Os Estados começam a integrar esta nova disciplina na sua administração, desenvolvendo legislação para o usufruto e valorização do património (CUSTÓDIO, 2010, pág 85). Este é um caso específico em que Portugal acompanha a tendência Europeia, uma vez que é nesta altura que se fazem os primeiros estudos e se elaboram as primeiras listas de monumentos que viriam a ser classificados em 1910.

A nível colectivo, internacionalmente, as primeiras tentativas de protecção do património arquitectónico foram relacionadas com a conduta dos Estados em caso de conflicto armado (JOKILEHTO, 2005, pág 398). No entanto, como estas directivas internacionais apenas surgiram nos anos trinta, não foi possível proteger o património em solo europeu durante a I Guerra Mundial, levando a que importantes construções na França e na Bélgica, tenham sido parcial ou completamente destruídas, o que fez desencadear uma reacção a nível internacional em defesa dos monumentos históricos, independe da decisão de cada nação (JOKILEHTO, 2005, pág 398; CUSTÓDIO, 2011, pág 80).

O primeiro documento elaborado a nível internacional no que toca à conservação de monumentos foi a “Carta de Atenas” que saiu da I Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, que se realizou nessa cidade em Outubro de 1931 e que tinha como objectivo debater os monumentos arquitectónicos e a sua conservação (JOKILEHTO, 2005, pág 401 e 405; LOPES, 2015, pág 23).

No entanto, a II Guerra Mundial foi ainda mais devastadora provocando uma enorme destruição em vários países, nomeadamente nas cidades, levando ao desaparecimento ou à danificação de património arquitectónico um pouco por toda a Europa, especialmente na França, Alemanha e Reino Unido. Isto levou a que o debate sobre a salvaguarda do património que surgiu no final da I Guerra Mundial voltasse, mas agora em muito maior escala, resultando em soluções diferentes consoante os países (e até dependendo do tipo de

idades dentro do mesmo país). De facto, a necessidade de reconstruir partes de cidades e edifícios colocou à prova os conceitos de conservação e restauro que até aí se tinham estabelecido, uma vez que era impossível encontrar uma solução única que pudesse ser aplicada a toda a Europa, obrigando a uma nova discussão sobre os princípios base do restauro (JOKILEHTO, 2005, pág 409-415).



Ilustração 3 Centro histórico de Roterdão destruído após bombardeamento durante a II Guerra Mundial (Dias e Pinto, 2016, pág 6)

É igualmente no pós II Guerra Mundial que se dá um alargamento do conceito de monumento, o que levou ao crescimento do número de imóveis alvo de classificação e inventariação, nomeadamente pequenos conjuntos, trechos urbanos e arquitecturas “não monumentais”. É também durante este período que se dá uma mudança no conceito de património, desvalorizando o conceito de “monumento nacional” e impondo-se o de “bens culturais”, afirmando assim uma componente comum a todos os bens (Custódio, 2011, pág 79).

Após este conflito surge em Itália outro documento, a Carta de Veneza de 1964, associada à criação da primeira organização internacional, não-governamental, para a protecção dos monumentos e sítios, o denominado Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), cuja primeira Assembleia Geral se reuniu pela primeira vez em Cracóvia, na Polónia no ano seguinte (SILVA, 2012, pag 25). A Carta de Veneza distingue-se ainda por alargar, pela primeira vez, o conceito de monumento histórico, passando a abranger agora os “locais urbanos ou rurais nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou progresso, ou de algum acontecimento histórico” (JOKILEHTO, 2005, pág 421).

6.2 – A protecção do património a nível nacional

Desde o início do século XIX que Portugal acompanha as preocupações internacionais com a protecção do património, mas é possível recuar ainda mais e identificar momentos que serviram como base da salvaguarda do nosso património. (LOPES, 2015, pág 18)

O alvará de D. João V, de 1721, é considerado “a primeira disposição protectora do património em termos gerais” em Portugal. Este alvará surge na sequência da criação da Academia Real de História criada no ano anterior, tendo o Rei declarado explicitamente o seu desejo de impedir uma perda tão grande para o reino, a perda dos monumentos antigos, que permitiam ficar a conhecer os séculos passados da nação (NETO, 1997, pág 67; RODRIGUES, 2010, pág 19).



Ilustração 4 Alvará de 20 de Agosto de 1721 (www.prelo.incm.pt)

Neste alvará é referido pormenorizadamente os monumentos a serem conservados, sendo protegidos:

“Monumentos antigos, que havia, e se podiam descobrir no reino, dos tempos em que nele dominaram os fenícios, gregos, penos, romanos, godos e arábicos e qualquer edificio que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, e da mesma sorte as estátuas mármores e cipós em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros fenícios, gregos, romanos, góticos e arábicos, ou lâminas ou chapas de qualquer metal que tiverem os ditos letreiros ou caracteres, como outrossim medalhas ou moedas que mostram ser daqueles tempos ou interiores até ao reinado do Senhor Rei D. Sebastião ou encubram ou ocultem algumas das sobreditas coisas”. (SILVA, 2012, pág 26)

No entanto só no início do século XIX é aprovado o alvará de 4 de Fevereiro de 1802, que é a reposição do anterior alvará de D. João V. Helena Pedreirinho dá este caso como exemplo da lenta legislação

e protecção do património que até aqui se restringia aos monumentos de considerados de períodos bem identificados de um passado antigo (PEDREIRINHO, 2004, pág 249). Este caso é possível comparar com casos internacionais já anteriormente mencionados, como o caso de Inglaterra que por esta altura já dava considerável importância aos monumentos de época medieval e ao seu restauro, ou o caso de França que já prosseguia com os primeiros inventários de monumentos.

Alguns autores como Ana Rita Lopes e Paulo Simões Rodrigues consideram que vários outros acontecimentos na segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX levaram a uma maior consciência do património cultural existente em Portugal, como foi o caso do Terramoto de 1755, as Invasões Francesas (1807-1811) e a Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas (1832-1834) (LOPES, 2015, pág 18; RODRIGUES, 2010, pág 21). Assim, tal como aconteceu no resto da Europa, a destruição de antiguidades e monumentos, fosse por conflitos fosse por causas naturais, levou a uma maior consciência e à tomada de medidas de protecção do património português. Tal como aconteceu, por exemplo, em França após a destruição de monumentos durante a Revolução Francesa, em que surge a consciência de que não se pode deixar um monumento destruído e só depois lhe dar valor, por isso surgem as primeiras medidas de protecção do património.

Durante o século XIX, muito devido ao movimento romântico caracterizado pela herança iluminista que pretende a instrução da sociedade e o regresso às origens nacionais dando maior valor aos monumentos medievais, vão-se consolidar os ideais de protecção do património cultural, e o conceito de monumento, desenvolvendo-se, também, a historiografia em Portugal. Cria-se uma nova relação entre a cultura e a sociedade, onde o passado serve como forma de maior entendimento da comunidade e como instrumento educativo. Este movimento apela à conservação dos edifícios como testemunho e herança do passo, o que também se justifica em nome da instrução da população (PEDREIRINHO, 2004, pág 244 e 245). Mais tarde, o Estado Novo baseia-se nesta corrente, através da importância dos monumentos medievais e do regresso às origens da nação, mas com o objectivo de passar uma imagem orgulhosa e de um país digno.

Em 1834, dá-se a extinção das ordens religiosas, que é considerado outro momento muito relevante para o pensamento do património português. Com esta extinção dá-se a expropriação do imenso património das ordens a favor do Estado (património fundiário, imóvel e móvel) não existindo, no entanto, nenhum órgão do Estado ou associação não-governamental que zelasse pela protecção e conservação destes bens (LOPES, 2015, pág 18 e 19; PEDREIRINHO, 2004, pág 245).

Alguns anos mais tarde, em 1869, professores da Academia de Belas-Artes de Lisboa começam a denunciar a degradação dos espólios retirados de casas religiosas, que teriam sido depositados em

arrecadações sem condições afectando principalmente pinturas e esculturas. Também diversos monumentos eram alvo de degradação e ruína, como foi o caso dos mosteiros da Batalha e de Alcobaça, bem como o Convento de Tomar. Isto levou a que, tal como em França após a Revolução Francesa, várias personalidades públicas, como Alexandre Herculano e Almeida Garret, se manifestassem contra algumas acções que estavam a ser tomadas e contra a falta de uma lei centralizadora que protegesse o património. Alexandre Herculano é citado por vários autores como um dos pioneiros do movimento de salvaguarda do património português, uma vez que publicou vários textos em diversas revistas, que foram os primeiros a desenvolver e divulgar as preocupações existentes relacionadas com o património arquitectónico e artístico. Também a opinião pública geral se manifesta e começa a criticar o mau estado em que se encontravam alguns destes bens nacionais, devido à maior sensibilização e aos novos valores que entretanto se iam afirmando na sociedade (RODRIGUES, 2011, pág 25; PEDREIRINHO, 2004, pág 245; LOPES, 1996, pág 6).

Em 1894, por iniciativa do Ministro Carlos Lobo de Ávila, do Ministério das Obras Públicas, foi regulamentada a primeira “Comissão dos Monumentos Nacionais”. A portaria que nomeava esta Comissão definia também o conceito de “Monumento Nacional”, sendo esta a primeira tentativa de descrever também o que deveria ser a protecção dos monumentos nacionais. Esta definia como monumento nacional “*todos os edificios, construções, ruínas e objectos artísticos, industriais ou arqueológicos que atestassem, em todas as suas dimensões, a história nacional ou anterior à nacionalidade*”. Entre os membros desta Comissão estavam escritos, críticos de arte, historiadores, arqueólogos, engenheiros e arquitectos que tinham como funções o estudo, a classificação e a inventariação dos monumentos nacionais, a identificação dos monumentos que precisavam de ser intervencionados e que reparações eram necessárias de serem feitas, as aquisições que fossem necessárias efectuar e o destino a dar ao bens móveis nacionais. No entanto como esta era apenas um órgão consultivo e como a sua acção estava limitada à arquitectura do passado, fez com que a sua eficácia fosse diminuta e levou a que esta fosse extinta em 1897 (LOPES, 2015, pág 21; RODRIGUES, 2010, pág 27).

As questões relacionadas com o património arquitectónico e artístico e a sua salvaguarda são alvo de grande atenção nos primeiros anos do regime republicano, principalmente entre 1910 e 1913. Durante este período foram publicados vários decretos que conferiam ao governo republicano a responsabilidade da protecção, organização, salvaguarda e conservação do património, criando um alargado corpus legislativo e colocando importantes personalidades da vida cultural portuguesa nas instituições criadas ou reformadas, responsáveis pelo património (CUSTÓDIO, 2010, pág 87).

A 30 de Abril de 1929, pelo Decreto nº 16791, é extinta a anterior entidade responsável pelos monumentos nacionais, dando lugar à “Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais” (DGEMN), na dependência do Ministério do Comércio e Comunicações. Esta ficava encarregada da inspecção, restauro e inventário dos monumentos nacionais e respectivas classificações. A DGEMN irá tornar-se a instituição mais influente para o património imóvel ao longo do século XX, sobretudo durante o Estado Novo, uma vez que os monumentos nacionais, sobretudo os classificados, passam a ser usados como símbolos de uma nação orgulhosa e os restauros realizados serviam para passar a ideia de um país moral e materialmente restaurado (PEDREIRINHO, 2004, pág 271; LOPES, 2015, pág 22; NETO, 2001, pág 143).

As intervenções da DGEMN pautaram-se, ao longo de décadas, mas sobretudo durante o Estado Novo, por uma reintegração arquitectónica com base numa pureza de estilo, na qual a arquitectura tem uma posição principal em relação às artes decorativas. A DGEMN baseava a sua acção na tentativa de devolver aos bens imóveis o seu aspecto original, descartando completamente qualquer elemento adicionado posteriormente e tendo como principal foco as construções medievais por remeterem para a origem da nação. A DGEMN manteve-se activa até 2007 e hoje as intervenções que realizou são alvos de críticas por variados autores, no entanto o modelo de restauro aplicado por esta instituição, segundo alguns investigadores deverá ser entendido à luz dos ideais e práticas da época (LOPES, 2015, pág, 22 e 23; NETO, 2010, pág 160).



Ilustração 5 O Castelo de São Jorge antes e depois da intervenção da DGEMN (CRUZ, 2013, pág 63)

Após o 25 de Abril de 1974, ocorrem alterações na administração pública, passando a gestão do património cultural para a tutela da Cultura, algo inovador, uma vez que, até então este sector se manteve sob a tutela de outros ministérios como o das Obras Públicas ou da Educação. Através do Decreto-Lei nº 409/75, de 2 de Agosto de 1975 é criada a Secretaria de Estado da Cultura, na dependência do Ministério da Comunicação Social, e da qual fazia parte a Direcção Geral do Património Cultural (LOPES, 2015, pág 24; PEDREIRINHO, 2004, pág 281).

Em termos gerais o contexto patrimonial em Portugal alterou-se drasticamente no Pós Revolução. Paulo Pereira, no seu artigo “Sob o signo de Sísifo: Políticas do património edificado em Portugal. 1980-2010” apresenta várias razões para a mudança que correu, como o desordenamento do território motivado pela vontade das pessoas obterem padrões de vida mais favoráveis, o acesso aos fundos da Comunidade Europeia e o conseqüente desaparecimento das fronteiras, a mais rápida industrialização do país e o abandono do interior do país levando à alienação das actividades agrícolas (PEREIRA, 2010, pág. 261).

Em 1980 é criado o “Instituto do Português do Património Cultural” (IPPC), integrado na Secretaria de Estado da Cultura, vocacionado para ser a entidade encarregue da maioria dos actos relacionados com o património cultural nacional, como o inventário, a classificação, a recuperação, a conservação, a protecção, a salvaguarda e a valorização dos bens, dependendo do seu valor artístico, histórico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnográfico ou paisagístico. O IPPC sofre várias alterações, dividindo-se em 1992 em “Instituto Português dos Museus” (IPM) e “Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico” (IPPAR) e voltando-se a dividir novamente em 1997 entre “Instituto Português do Património Arquitectónico” (IPPAR) e “Instituto Português de Arqueologia” (IPA), encontrando-se estes organismos integrados no Ministério da Cultura desde a sua criação em 1995 (PEDREIRINHO, 2004, pág 281 e 282; PEREIRA, 2010, pág 262).

Ainda na década de 80 são aprovadas duas leis importantes para o património em Portugal: a Lei nº13/85 de 6 de Julho (Lei do Património) e a Lei nº 11/87 de 7 de Abril (Lei do Ambiente). Estas leis marcam uma viragem deixando de se individualizar o património físico, passando a incluir o património imaterial e natural e uma relação activa entre o património arquitectónico, ambiente e ordenamento territorial. Helena Pedreirinho, no seu artigo “Conceitos de património na legislação Portuguesa no século XX” considera que, apesar de a Lei 13/85 apresentar algumas falhas como a continuidade de conceitos criados nos anos 30, é indiscutível o seu mérito em compilar princípios e regras até então dispersos na legislação e em adoptar conceitos universalmente aceites através da ratificação dos textos criados pelas instâncias internacionais (PEDREIRINHO, 2010, pág 283-285).

No início do século XXI surge a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural). Nesta lei encontram-se clarificados pela primeira vez os conceitos e critérios de selecção do que se entende ser um bem cultural apresentando-se como uma lei menos centralista quando comparada com a Lei nº 13/85, distribuindo responsabilidades entre a administração central, local e particulares (REAL, 2001, pág 92 e 93). Esta lei estabelece também, nos artigos 16, 17, 18 e 19, a classificação e o inventário como as

principais formas de protecção do património, determinando os critérios de apreciação para que os bens tenham direito a estas formas de salvaguarda.

A extinção da DGEMN, do IPPAR e do IPA em 2007 provoca uma ampla alteração na administração do património em Portugal. O IGESPAR criado como instituto público e substituindo os institutos referidos anteriormente, reteve formalmente as competências destes. Paulo Pereira, no seu artigo já anteriormente citado, afirma que “estas alterações dramáticas, feitas em nome da reforma da Administração Pública, constituem talvez o mais desastrado acto de toda a história do património desde os tempos da democracia (e da ditadura...)” (PEREIRA, 2010, pág 275).

6.3 – Primeiras Classificações em Portugal

Como já referido, em 1875 é criada uma Direcção-Geral com o objectivo de elaborar um projecto de reforma do ensino artístico e de organização dos serviços de museus, monumentos e arqueologia. Durante um ano esta comissão avaliou o estado das artes em Portugal e apresentou o resultado do seu trabalho num relatório que propunha a classificação como monumento nacional para a preservação dos testemunhos materiais do passado. Deveriam ser classificados:

“Todos os edifícios, construções, ruínas, objectos artísticos, industriais e arqueológicos que representassem os usos, costumes, progressos, estado industrial, influências sociais e modo de ser intelectual, moral e material da sociedade portuguesa durante a sua história, mais os que simbolizavam e comemoravam os maiores feitos históricos da nação; bem como todos os vestígios dos povos e civilizações anteriores à fundação da monarquia portuguesa, existentes ou encontrados no solo e no subsolo do reino e seus domínios.”

Como consequência foi criada a Direcção-Geral de Belas Artes e Monumentos pertencente ao Ministério das Obras Públicas, e que se encontrava dividida em quatro departamentos: ensino, museus, monumentos e arqueologia. Este organismo teria como objectivo fiscalizar, guardar, conservar, reparar, inventariar e expor os monumentos nacionais de maior relevância (RODRIGUES, 2010, pág 19).

Em 1880, a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (fundada alguns anos antes, em 1863), redige um relatório a pedido da Direcção-Geral de Belas Artes e Monumentos e do Ministério das Obras Públicas, sobre os edifícios que deviam ser classificados como monumentos nacionais e divide-os em seis grupos:

1. Edifícios que se destacavam pela sua qualidade artística, representativos das memórias históricas, e que apresentassem uma certa gradeza de construção;
2. Edifícios importância para o estudo da história da arte, quer no seu geral, quer algumas partes;
3. Edifícios militares com tradição histórica, como castelos, torres e outros monumentos antigos;
4. Estatuária dedicada a figuras notáveis, erguidos por gratidão nacional;
5. Padrões comemorativos importantes e notáveis pela sua arquitectura e decoração;
6. Monumentos pré-históricos.

Este documento tem por base relatórios, mapas e recolha de informações resultantes de várias incursões a diversas zonas do país, sendo a primeira selecção sistemática e com alcance nacional de bens imóveis e móveis que deveriam ser classificados. Apesar de não existir certeza de que esta lista foi aprovada oficialmente, irá servir de base à primeira lista de bens classificados em 1910 (LOPES, 1996, pág 8; PEDREIRINHO, 2004, pág 253 e 254).

Seguiu-se um tempo de experimentação, durante o qual surgiram vários registos e inventários de bens por parte de instituições da administração central, mas que não tiveram efeitos quanto à salvaguarda e conservação dos bens. No início do século XX, logo em 1901, surge efectivamente o acto de classificar através do decreto de 24 de Outubro desse ano, sendo criada uma comissão de classificação que desenvolveu os critérios essenciais para a identificação e catalogação dos monumentos nacionais, sendo estes o valor histórico, o artístico e o arqueológico (LOPES, 2015, pág 21; CUSTÓDIO, 2010, pág 68).

Em 1906 o primeiro processo de classificação oficial no nosso país, sendo esta a do Castelo de Elvas, que reflete as tendências internacionais tanto a nível temporal, como a nível tipológico por ser um monumento de período medieval. Esta classificação é acompanhada, no ano seguinte, em 1907, por mais catorze monumentos classificados: Mosteiro da Batalha, Mosteiro dos Jerónimos, Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Mafra, Sé Velha de Coimbra, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Évora, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Basílica do Coração de Jesus, Torre de São Vicente, Ruínas do Templo Romano e Ruínas da Igreja do Carmo (LOPES, 2015, pág 21).



Ilustração 6 Castelo de Elvas, primeiro monumento a ser classificado em Portugal, em 1906 (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3225)

Quatro anos mais tarde, em 1910, são classificados os restantes imóveis, muitos destes presentes no relatório da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses elaborado trinta anos antes. Este grande acto de classificação reflecte o alargamento do conceito de património, devido às variadas tipologias presentes na lista (como os pelourinhos e os chafarizes), e a posição do Estado que parece entender a importância do acto de classificação. O Estado assume, assim, existirem todas as condições para criar leis, instituições, critérios e metodologias para a protecção e salvaguarda do património (LOPES, 2015, pág 21).

6.4 – A evolução das classificações em Portugal

Apenas um ano depois de se dar o grande acto de classificação de 1910, é promulgado o decreto nº 1 de 26 de Maio de 1911, onde é criada uma nova categoria de classificação, ou seja, os bens que não reúnem critérios suficientes para obter a classificação de Monumento Nacional podem vir a obter protecção desde que demonstrem interesse artístico ou histórico de reconhecido valor. A distinção era visível na forma de inscrição dos mesmos, sendo que os monumentos nacionais estavam inscritos nos cadastros gerais, classificados por épocas históricas ou períodos arqueológicos e distribuindo por concelhos, enquanto os restantes eram dotados de interesse artístico, histórico ou turístico, englobados num cadastro especial (LOPES, 2015, pág 26; PEDREIRINHO, 2004, pág 268). A distinção entre os dois tipos de classificação

parece ficar um pouco confusa, uma vez tanto os Monumentos Nacionais como os outros monumentos tinham que apresentar os mesmos valores. Deduz-se que os bens não considerados Monumentos Nacionais não correspondiam a critérios suficientes que eram necessários para obterem a classificação como Monumento Nacional.

Em 1924, passa a ser obrigatório, através da lei ° 1/700, de 18 de Dezembro, a obtenção de um parecer do Conselho Superior de Belas Artes para obras e construções em zonas próximas de bens classificados. Esta delimitação permitia ao governo impedir construções ou instalações que, de algum modo, pudessem afectar ou prejudicar os monumentos. Dois anos depois, a partir do decreto nº 11.445 de 13 de Fevereiro, passa a ser clarificado que a protecção estender-se-ia à envolvente num espaço de 50 metros. Este decreto prevê, pela primeira vez, a classificação de imóveis de interesse público, no entanto esta categoria valia apenas para sítios arqueológicos (LOPES, 2015, pág 26; PEDREIRINHO, 2004, pág 268).

O Decreto nº 20985, de 7 de Março de 1932 estabelece oficialmente as diferenças entre Monumento Nacional (*“Imóveis cujo valor artístico, histórico ou arqueológico exijam a sua defesa e conservação em função do interesse nacional”*) e Imóvel de Interesse Público (*“Imóveis que, sem merecerem a classificação de monumento nacional, ofereçam considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico”*). Mais de uma década depois, com a Lei nº 2032 de 11 de Julho de 1949, é introduzido pela primeira vez o valor concelhio, atribuindo às câmaras competências realizarem esta classificação, para além de poderem propor, junto das entidades responsáveis, a classificação como Monumentos Nacionais ou Imóveis de Interesse Público de elementos ou conjuntos existentes nos respectivos concelhos (LOPES, 1996, pág 9; LOPES, 2015, pág 27).

Como defende Flávio Lopes na sua publicação *“Património: informar para proteger”*, dá-se um *“alargamento da noção de património cultural”* através da introdução dos novos graus de classificação que *“representam uma diferenciação do mérito artístico, histórico e social do património”* (LOPES, 2015, pág 9).

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, as tipologias utilizadas para fins de classificação do património imóvel mantêm-se as mesmas que resultaram da legislação dos anos vinte, trinta e quarenta do século XX. Mantem-se também a existência da zona de protecção na envolvente dos Monumentos Nacionais, continuando a ser proibida a realização de intervenções que pudessem provocar alterações aos monumentos, sendo o Concelho Superior de Belas Artes que emitia parecer em caso de alienação, realização de obras ou atribuição de função em terrenos e edifícios do Estado se situados a menos de 50 metros de qualquer imóvel classificado como Monumento Nacional (PEDREIRINHO, 2004, pág 273).

Em 1979, pelo Decreto-Lei nº 49/79, de 6 de Junho de 1979, Portugal adopta a Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial Cultural e Natural da UNESCO e três anos depois são classificados os primeiros bens como Património Mundial em Portugal: o Centro Histórico de Angra do Heroísmo, o Mosteiro da Batalha, o Convento de Cristo, o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém. (LOPES, 2015, pág 24). Desde então Portugal tem quinze bens classificados como Património Mundial, nas categorias Património Cultural (14 sítios) e Património Natural (1 sítio).

A Lei 13/85 apresenta uma evolução relativamente aos critérios de classificação. A definição dos critérios gerais para a classificação dos imóveis passa a ser da competência do IPPC (e mais tarde do IPPAR, IGESPAR e actualmente da DGPC), que os agrupava em critérios gerais: como o critério histórico-cultural, o critério estético-social e o critério técnico-científico, e critérios complementares, como o caso dos critérios de integridade, autenticidade e exemplaridade (LOPES, 1996, pág 17; PEDREIRINHO, 2004, pág 91).

Em 1993 é publicado pelo IPPAR, com a coordenação de Flávio Lopes o “Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado”, sendo esta a única compilação exaustiva sobre o património classificado existente no país alguma vez publicada. Esta apresentava toda a informação sobre os imóveis que se encontravam classificados até à data (num total de 2712), dividindo-a em três volumes. Esta publicação foi o resultado de uma investigação iniciada em 1990 que permitiu actualizar grande parte da informação existente sobre alguns dos bens imóveis classificados há mais tempo (LOPES, 1993, pág 25; LOPES, 1996, pág 16). Hoje em dia a consulta sobre o património classificado por concelho (ou por tipologia) é feita através da internet, na página oficial da DGPC onde os dados são diariamente actualizados desde 2001, quando a base de dados Ulysses foi criada.

Em 2001, com a aprovação da Lei de Bases do Património Cultural, existem algumas alterações ao processo de classificação de bens imóveis, como a reformulação dos critérios de apreciação, passando agora a apresentar nove parâmetros gerais e a alteração das categorias valorativas dos bens, sendo substituído o “Valor Concelhio” pelo “Imóvel de Interesse Municipal”. A Lei também prevê uma maior racionalidade nas classificações, assegurando uma maior abertura à Sociedade Civil, visando a participação de diversos intervenientes no processo, sejam pessoas individuais ou organizações, público ou privado, nacionais ou estrangeiras (PEREIRA, 2010, pág 263; REAL, 2001, pág 92).

Hoje, à data da realização deste trabalho, encontram-se classificados 4025 bens classificados (3506 bens arquitectónicos e 519 sítios arqueológicos)¹, ou seja, mais 1313 do que em 1993 a quando da publicação

¹ Estes dados foram avaliados a partir da informação existente na página eletrónica da DGPC, em Dezembro de 2016

da obra “Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado”. Isto quer dizer que nos últimos 24 anos, os 1313 bens classificados significam cerca de 33% de todos os imóveis classificados em Portugal e que reflecte um retomar significativo de classificações nas últimas duas décadas. Depois do grande número de classificações registado no início (1910 e anos seguintes) verifica-se um abrandar do número de classificações nas décadas seguintes que só vem a ser retomado recentemente. Isto deve-se, entre outros factores, ao maior acesso da sociedade civil ao processo de classificação, podendo qualquer cidadão propor a classificação de um local e ao facto de hoje existir um maior alerta para as questões da protecção e salvaguarda do património.

6.5 – O inventário do património: evolução e importância

As primeiras iniciativas de inventariação do património em Portugal começaram pelo património arquitectónico e podem recuar, pelo menos em termos legislativos e intencionais, ao início do século XVIII e ao século XIX, ainda que nessa época se tenha limitado à listagem dos principais conventos e sés. Foi apenas no século XX que se avançou de forma mais eficaz com a inventariação do património edificado, tendo como objectivo inicial proceder à sua classificação e/ou restauro (NOÉ, 2011, pág 194).

A frequente mudança e transferência das atribuições na área da inventariação do património entre os vários departamentos e ministérios desde o século XIX impediu uma acção eficaz e conduziu à dispersão dos esforços, meios e recursos utilizados para este fim. A situação só se altera moderadamente com a criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1929, que veio a herdar as atribuições da Terceira Repartição Geral de Belas-Artes, que até aí detinha as áreas de conservação, restauro e inventariação (NOÉ, 2011, pág 196).

As primeiras tentativas de inventário da DGEMN surgem como resposta às suas atribuições e estas tentativas de inventariação ou cadastro referem-se sobretudo a edifícios não classificados, como o “Registo dos Prédios do Estado” realizado em 1938/39. Ao longo deste tempo surgem também diversos projectos de inventariação do património imóvel arqueológico, de iniciativa particular (como por exemplo a Fundação Calouste Gulbenkian), mas que nunca alcançaram resultados sistemáticos. É ainda de destacar, entre as décadas de 1950 e 1970, a criação e desenvolvimento do Cadastro dos Imóveis Classificados, organizado por distrito e por freguesia e com diversos campos incluindo a utilização, zona de protecção, bibliografia, fotografias e plantas. Este é um dos registos mais completos efectuados durante este período, e que deriva da

necessidade de criar um inventário exaustivo sobre o tema, e que irá mais tarde servir de base para o sistema Ulysses, actualmente responsável pelo inventário de bens classificados. (LEITE, 2010, pág 342; NOÉ, 2011, pág 196).

Em 1980, com a criação do IPPC (organismo do Ministério da Cultura), foi formada a primeira base de dados de arqueologia, tendo esta sido transformada para suporte informático em 1989. Nesta época foi elaborado o embrião de um sistema integrado de informação sobre o património imóvel arqueológico, criado em 1995, denominado *Endovellicus* (Endovélico). A partir de 1990 o inventário ganha um novo incremento e é criado o Inventário do Património Arquitectónico no âmbito do Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território, sendo que em 1994 este é alargado e transferido também para suporte informático, passando a ser denominado por Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), onde eram identificadas todo o tipo de realidades como imóveis isolados, esculturas ou realidades mais complexas como quintas de produção agrícola. Por fim, em 2001, o então IPPAR sentiu necessidade de conceber uma base de dados direccionada para o inventário do património histórico-cultural classificado em território continental, tendo sido criado o sistema *Ulysses* (GRAÇA, 2008, pág 33; LEITE, 2010, pág 342; NOÉ, 2011, pág 201).

De acordo com o artigo 8º da Lei 107/2001, as pessoas colectivas de direito público colaboram com os detentores de bens culturais tendo em vista a protecção e valorização do património. A protecção dos bens culturais assenta na sua inventariação e é fundamental que se conheça a sua existência para que estes sejam inventariados e, possivelmente, classificados. As administrações locais e outras entidades podem ter um papel de grande relevância se fizerem o levantamento e identificação dos bens culturais existentes na sua área. Este levantamento levará ao registo e inventariação e, no caso dos sítios arqueológicos, à sua eventual inscrição no Plano Director Municipal (PDM) respectivo, sistematizando-se uma protecção adequada para que estes não sejam destruídos mas sim enquadrados, procedendo-se à sua salvaguarda, contribuindo para o desenvolvimento das cidades. (REAL, 2005, pág 12).

Alguns autores questionam-se sobre qual será o melhor e mais completo tipo de inventário. Manuel Graça, no seu artigo “Património: Que desafios? Problemática dos inventários de património arquitectónico” defende a existência de três tipos de inventário: o quantitativo (onde o que interessa é percorrer um território de forma intensiva, identificado as peças sem uma selecção previa pelas suas características), qualitativo (onde o território é varrido em busca de peças a inventariar pelas suas características) e o misto (onde se procede a um inventário de uma forma quantitativa e qualitativa). O autor considera que dos três o mais

abrangente é o quantitativo, uma vez que se documenta cada realidade, mas que o que apoia mais a gestão urbanística é o inventário misto por gerar mais informação e fazer uma selecção mais apurada (pág 30 e 31).

Assim, hoje, existem três inventários nacionais referentes ao património arquitectónico e arqueológico, a cargo da administração central: o SIPA, que se caracteriza por ser mais geral e fazer um levantamento exaustivo do património existente em todo o país, o Endovélico, que é uma base de dados exclusivamente dedicada ao património arqueológico, tendo por base os trabalhos de campo realizados, e o Ulysses, o sistema de inventário de todos os bens classificados em Portugal, tanto arquitectónico como arqueológico, e que tem uma base legal. Existem ainda outros inventários específicos, como as cartas arqueológicas de diversos concelhos, e inventários de tipologias específicas que podem ser promovidos pelas administrações locais ou instituições, no entanto o SIPA, Ulysses e Endovélico são os únicos inventários nacionais sob a tutela central da Cultura em Portugal.

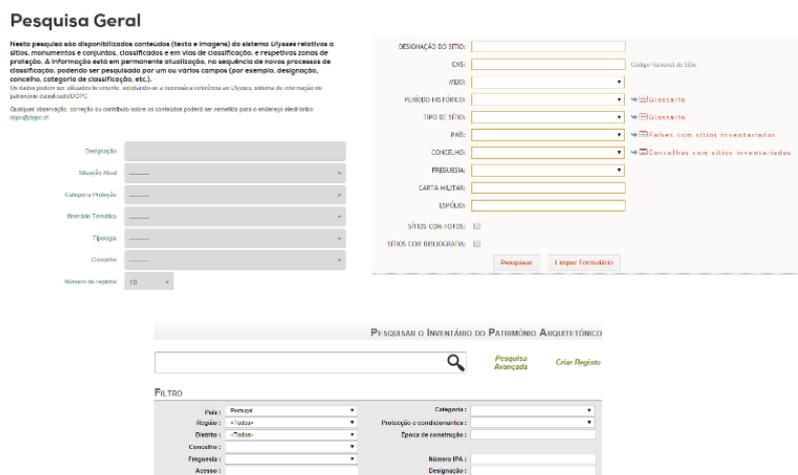


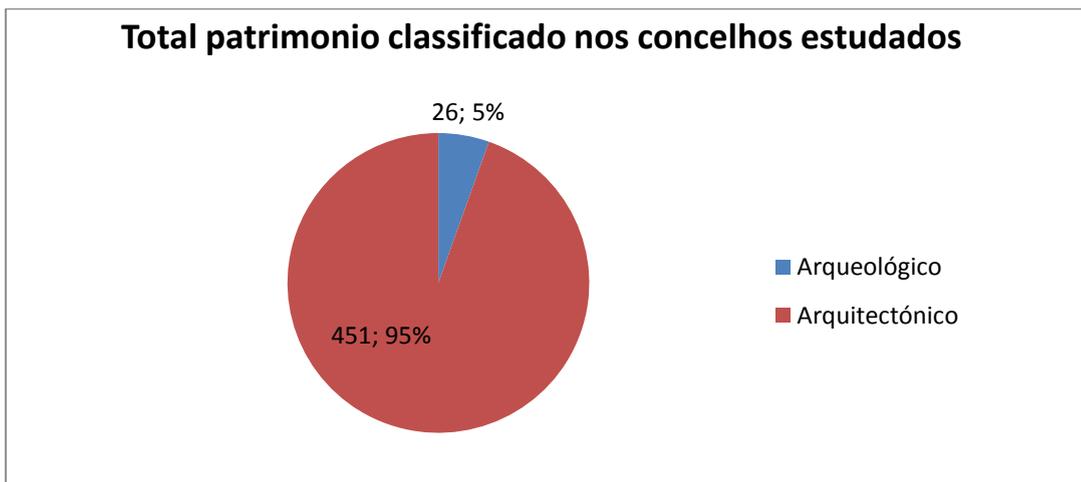
Figura 7 Modos de pesquisa geral das bases de dados online do Ulysses, Endovélico e SIPA

Capítulo II – Trabalho prático

7. Actualização das fichas de inventário de património classificado

A primeira parte do trabalho prático que foi realizado na DGPC teve início no princípio de Janeiro, tendo-se focado na actualização das fichas de inventário de património classificado, uma vez que esta é a parte central do estágio.

Foram seleccionados quatro concelhos dos quais as fichas de sítios arqueológicos seriam actualizadas: Lisboa, Oeiras, Cascais e Sintra. Foram escolhidos estes quatro concelhos pela sua centralidade e proximidade geográfica, tendo sido realizadas variadas intervenções arqueológicas nas suas áreas e contendo importantes estações arqueológicas. Após a realização de uma pesquisa na página da internet da DGPC² pelo concelho de Sintra, foi possível ver que dos 93 resultados apresentados, apenas treze destes eram sítios arqueológicos classificados, enquanto todos os outros eram monumentos arquitectónicos. A pesquisa pelos bens classificados em Cascais resultou em 86 locais classificados, no entanto apenas sete são considerados como sítios arqueológicos, enquanto em Oeiras, dos 26 bens classificados apenas um é arqueológico. Lisboa apresenta o caso mais desequilibrado, com 272 imóveis classificados, mas em que no entanto apenas cinco destes são considerados património arqueológico.



Assim, no total foram estudadas 26 fichas de património arqueológico classificado, provenientes destes três concelhos. No total dos quatro concelhos juntos encontram-se classificados 477 bens imóveis, dos quais apenas 26 são arqueossítios, o que representa cerca de 5% dos sítios classificados, um valor muito reduzido e que deveria, e tem, potencial para ser aumentado.

Existem, no entanto, nestes concelhos outros monumentos que foram alvo de escavações arqueológicas sendo conhecidos vestígios no seu interior e na sua envolvente, no entanto estes não foram considerados para o número de fichas uma vez que no página da internet da DGPC, onde as fichas foram consultadas, estes não

² <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/>

se encontravam na tipologia de “arqueológico” mas sim “arquitectónico”. Por exemplo, o Castelo de São Jorge em Lisboa tem no seu interior variados vestígios visitáveis, que formam um importante núcleo arqueológico, no entanto a tipologia atribuída ao imóvel é “arquitectónica”, sem nunca mencionar a vertente arqueológica. Isto demonstra que hoje ainda se encontra estabelecida a corrente que considera um sítio arqueológico apenas como vestígios exumados no subsolo, deixando de o considerar como “arqueológico” caso este tenha uma construção sobreposta às estruturas encontradas ou se se encontre visitável no seu interior, dando sempre primazia à construção que se encontra mais completa. Pode-se questionar se não será possível criar uma categoria diferente como “Arquitectónico/Arqueológico” de forma a poder encontrar mais facilmente os locais que apresentam as duas valências.

Após a análise às fichas dos respectivos 26 sítios classificados nos concelhos de Lisboa, Sintra, Cascais e Oeiras foi possível identificar as lacunas de inventário que cada uma destas apresenta.

Nas fichas dos quatro concelhos, o parâmetro que se encontra mais desactualizado é o das fotografias, sendo que a maior parte tem apenas fotografias antigas e quando estas apresentam registos recente, estes são reduzidos. No entanto mais preocupante que as fichas que mostram fotografias desactualizadas, são as fichas que não têm nenhuma fotografia disponível.

Em seguida a área das fichas que mais se encontra desactualizada é a parte da bibliografia e, tal como no caso das fotografias, verificam-se casos em que apesar da bibliografia se encontrar actualizada com títulos e pesquisas recentes, estas são muito curtas, com apenas quatro ou cinco referências bibliográficas. Enquanto por vezes é verdade que a bibliografia sobre alguns locais é muito reduzida, existem fichas referentes a sítios arqueológicos alvos de investigações e publicações recorrentes que apresentam muito poucas referências bibliográficas. Por outro lado, o campo que mais se encontra actualizado é o das descrições dos sítios arqueológicos, no entanto é possível verificar a existência de várias fichas que, apesar de estarem actualizadas historicamente, carecem de informação de carácter arqueológico.

A área das fotografias é a mais preocupante por se verificarem várias fichas com imagens em falta ou bastante antigas, o que pode induzir em erro que visita os sítios que podem ter sofrido alterações caso as fotografias sejam muito antigas. No entanto, não foi possível actualizar este campo em todos os registos por vários motivos, principalmente pela falta de meios de deslocação e condições de visita de alguns dos locais, tendo apenas sido escolhidos alguns arqueossítios a fotografar em Lisboa e em Cascais. As deslocações aos locais escolhidos foram feitas através carro pessoal (sobretudo no caso dos arqueossítios visitados em Cascais, para os quais foi utilizado o carro da Dr^a Maria Ramalho) uma vez que as viaturas da DGPC estavam ocupadas, devido à falta de carros e de motoristas disponíveis, o que dificulta as visitas aos sítios

mias distantes. Todas as fotografias realizadas e adicionadas às referentes fichas foram feitas por mim, com a excepção da fotografia da Anta de Adrenunes que foi realizada por Bettina Spckner e me foi fornecida com o objectivo de ser introduzida no registo do referido sítio.

<i>Nome</i>	<i>Concelho</i>	<i>Descrição</i>	<i>Bibliografia (Nº de referências)</i>	<i>Imagens</i>
Estação Eneolítica de Leceia	Oeiras	Actualizada	Desactualizada (0)	3 Fotografias + 1 Mapa
Ruínas do Teatro Romano	Lisboa	Actualizada	Desactualizada (1)	4 Fotografias
Lápides das Pedras Negras	Lisboa	Incompleta (falta arqueologia)	Desactualizada (0)	1 Fotografia
Lápide do Deus Esculápio	Lisboa	Actualizada	Desactualizada (0)	1 Fotografia
N. A. da Rua dos Correeiros	Lisboa	Actualizada	Desactualizada (0)	7 Fotografias + 1 Mapa
Estátuas Lusitanas de Montalegre	Lisboa	Desactualizada	Desactualizada (0)	5 Fotografias
Villa Romana do Alto da Cidreira	Cascais	Incompleta (falta arqueologia)	Actualizado (9)	2 Fotografias

Gruta do Poço Velho	Cascais	Incompleta (falta arqueologia)	Desactualizada (5)	7 Fotografias
Villa Romana do Outeiro de Polima	Cascais	Desactualizada	Actualizado (7)	2 Mapas
Necrópole de Alcoitão	Cascais	Actualizada	Actualizada (13)	0 Imagens
Villa Romana de Miroiços	Cascais	Desactualizada	Desactualizada (3)	4 Fotografias + 2 Mapas
Villa Romana de Freiria	Cascais	Actualizada	Actualizada (17)	18 Fotografias
Ruínas dos Casais Velhos	Cascais	Actualizada	Actualizada (9)	1 Fotografia
Ruínas de S. Miguel de Odrinhas	Sintra	Actualizada	Actualizada (25)	4 Fotografias + 1 Mapa
Monumento da Praia das Mações	Sintra	Actualizada	Actualizada (8)	1 Fotografia
Ruínas da barragem romana	Sintra	Incompleta (falta arqueologia)	Desactualizada (4)	0 Imagens
Necropole do Vale de São Martinho	Sintra	Actualizada	Actualizada (7)	0 Imagens

Antas de Belas	Sintra	Actualizada	Actualizada (7)	6 Fotografias
Anta de Adrenunes	Sintra	Desactualizada	Actualizada (6)	0 Imagens
Complexo arqueológico de Olelas	Sintra	Desactualizada	Desactualizada (4)	1 Fotografia + 1 Mapa
Anta de Agualva	Sintra	Actualizada	Desactualizada (5)	0 Imagens
Megalítico de Pego Longo	Sintra	Actualizada	Desactualizada (5)	0 Imagens
Villa de Santo André de Almoçageme	Sintra	Actualizada	Desactualizada (4)	4 Fotografias
Cromeleque da Barreira	Sintra	Desactualizada	Desactualizada (4)	0 Imagens
Sítio arqueológico de Colaride	Sintra	Incompleta (falta arqueologia)	Desactualizada (5)	13 Fotografias + 1 Mapa
Granja dos Serrões	Sintra	Desactualizada	Desactualizada (0)	5 Imagens + 2 Mapas

Tabela 1: Sistematização da informação referente ao estado dos campos das fichas de inventário dos quatro concelhos estudados

7.1.1 – Critérios para a escolha de fichas a actualizar

Das 26 fichas existentes no total dos quatros concelhos nem todas foram alvo de alterações, sendo no total actualizadas apenas dezassete destas (uma de Oeiras, três de Lisboa, quatro de Cascais e nove de Sintra) e tendo ficado nove fichas por actualizar (duas de Lisboa, três de Cascais e quatro de Sintra), dado que se

encontravam muito completas, tendo os campos da descrição, bibliografia e mesmo fotografias preenchidos e actualizados.

Das nove fichas que não sofreram quaisquer alterações, as duas fichas de Lisboa “Lápide do Deus Esculápio” e “Estátuas Lusitanas de Montalegre” não foram actualizadas por se considerar que as suas descrições estavam relativamente completas, não existindo informação proveniente de investigações recentes conhecidas que pudesse ser adicionada. Estas fichas apresentavam ainda fotografias dos bens em questão, sendo que o único campo que se encontra em falta por comparação com os anteriores é o da bibliografia, tendo-se no entanto optado por não as actualizar.

As três fichas que não foram actualizadas pertencentes ao concelho de Cascais foram a “Necrópole de Alcoitão”, “Villa Romana de Freiria” e “Estação Lusitano-Romana dos Casais Velhos” e estas foram escolhidas por se encontrarem bastante completas, com descrições actuais, bibliografia com referências variadas e recentes, e também fotografias. Apenas no caso da “Necrópole de Alcoitão” não apresentava nenhuma fotografia, todavia como o arqueossítio não se encontra visitável era impossível actualizar este campo nesta ficha.

Para o concelho de Sintra quatro fichas também não foram alvo de qualquer alteração, neste caso as fichas referentes às “Ruínas de São Miguel de Odrinhas”, “Monumento Pré-Histórico da Praia das Maças”, “Necrópole do Vale de São Martinho” e “Antas de Belas” não foram actualizadas. Estas quatro fichas apresentam descrições completas, bibliografia actualizada, com várias referências citadas, e também fotografias, com a excepção da “Necrópole do Vale de São Martinho” que, tal como acontece no a “Necrópole de Alcoitão”, em Cascais, não se encontra visitável e por isso não é possível fotografar.

Concluindo, das vinte e seis fichas existentes referentes a património arqueológico, nos quatro concelhos alvo de estudo, nove destas não foram actualizadas por serem as mais completas e actualizadas mais recentemente, o que significa que apenas 34% das fichas existentes se podem considerar actualizadas enquanto as restantes 66% se apresentam de alguma forma incompletas em algum dos campos que compõem as fichas de inventário de património classificado, sendo então as restantes dezassete fichas as que foram alvo de actualização ao longo deste ponto do trabalho.

7.1.2 – Fichas do concelho de Sintra actualizadas

O processo de actualização começou pelas fichas do concelho de Sintra, por ser o concelho com um maior número de arqueossítios classificados, apresentado uma maior diversidade de tipologias de sítios. Para

o concelho de Sintra foram actualizadas nove das treze fichas existentes na Base de Dados da DGPC. Os sítios escolhidos foram: as “Ruínas da antiga barragem romana donde partia um aqueduto para Olisipo”, a “Anta de Adrenunes”, o “Complexo arqueológico de Olelas”, a “Anta de Aqualva”, o “Monumento megalítico de Pego Longo”, a “Villa romana de Santo André de Almoçageme”, o “Conjunto megalítico da Barreira”, o “Sítio arqueológico de Colaride” e o “Sítio arqueológico da granja dos Serrões”.

A primeira ficha deste concelho a ser actualizada foi a do “Sítio Arqueológico da Granja dos Serrões” (também denominado como Villa Romana da Granja dos Serrões), cuja descrição se encontrava desactualizada e continha pouca informação arqueológica sobre a villa romana em si, quais estruturas se encontravam a descoberto, o espólio encontrado e que campanhas de escavações foram efectuadas. Apesar de apresentar algumas fotografias recentes e até dois mapas da localização do arqueossítio, esta era uma das fichas mais preocupantes em termos de bibliografia, uma vez que não apresentava nenhuma referência. O primeiro passo foi redigir a descrição dos vestígios encontrados com base nas informações presentes nas fichas já existentes, completando com a consulta dos processos de classificação e arqueologia existentes sobre o local, dividindo o texto em duas partes. De seguida foi feita pesquisa bibliográfica sobre arqueossítio, onde foi possível verificar que existem relativamente poucos artigos escritos sobre o local, tendo sido adicionados apenas quatro referências bibliográficas à ficha.

A segunda ficha a ser actualizada foi a das “Ruínas da antiga barragem de onde partia um aqueduto para Olisipo” em Belas. Tal como se verificou na ficha da Granja dos Serrões, esta ficha apresentava uma descrição relativamente actual mas não continha praticamente nenhuma informação arqueológica sobre o local. A descrição deste arqueossítio foi mais complicada de se elaborar, uma vez que o que existe escrito sobre o sítio é relativamente reduzido e não foram encontrados os processos (nem o processo de arqueologia nem o de classificação) para ser consultada mais informação, principalmente sobre a existência de possíveis escavações arqueológicas que tenham decorrido no local recentemente. Esta questão da falta de informação afectou também a actualização da bibliografia, tendo sido adicionadas apenas quatro referências bibliográficas a esta ficha após pesquisa sobre o sítio.

De seguida foi actualizada a ficha do “Complexo Arqueológico de Olelas”, cuja descrição era bastante reduzida e desactualizada. Foi possível redigir uma descrição mais completa devido à comparação da informação presente nas fichas das várias bases de dados já existentes, e através da consulta do processo de arqueologia, que permitiu adicionar mais informação relativa às escavações arqueológicas realizadas no local. A área da bibliografia desta ficha encontrava-se relativamente actualizada, com artigos recentes, no

entanto eram apenas quatro, tendo sido adicionados mais dez referências bibliográficas após nova pesquisa sobre o sítio.

A seguinte ficha a ser actualizada foi a do “Sítio Arqueológico de Colaride”, que já apresentava uma descrição relativamente actual. A existência de alguma bibliografia e a consulta dos processos permitiu acrescentar a informação que faltava sobre as estruturas que se foram encontradas nas escavações aí realizadas ao longo das últimas décadas e especificar o espólio aí encontrado. A ficha deste arqueossítio já apresentava bibliografia, com referências relativamente recentes, no entanto foi feita pesquisa bibliográfica sobre o local no catálogo da Biblioteca de Arqueologia, tendo sido acrescentadas mais seis referências.

A ficha a ser actualizada de seguida foi a do “Monumento Megalítico de Pego Longo”, também denominado como “Galeria de Carenque”. Esta apresentava-se bastante actual, faltando apenas adicionar uma breve referência ao contexto geográfico em que se encontra a estrutura e voltar a redigir o texto de forma a poder dividi-lo nas duas partes exigidas para as descrições (Sítio e Nota-Histórica). Apesar da ficha apresentar alguma bibliografia (cinco referências), esta encontrava-se bastante desactualizada e nenhum dos artigos se referia concretamente ao arqueossítio, correspondendo antes a estudos mais gerais. Foi realizada uma pesquisa mais aprofundada sobre o local, tendo sido possível verificar que existem poucas informações exclusivamente sobre este monumento, contudo foram adicionadas quatro referências bibliográficas.

A sexta ficha que foi actualizada foi a referente ao “Conjunto Megalítico da Barreira”, também conhecido por “Menires da Barreira”. A descrição deste arqueossítio encontrava-se bastante desactualizada, com uma descrição geral dos achados arqueológicos da zona e não sobre o cromeleque em si. Por este motivo teve que ser feita uma total reformulação da descrição, comparando a informação existente nas fichas das outras bases de dados e consultando o processo de classificação deste sítio, de forma a conseguir descrever a localização do cromeleque, a sua constituição e espólio, e as intervenções arqueológicas que este foi alvo. A esta ficha foram ainda adicionadas quatro referências bibliográficas, juntando às quatro já existentes.

De seguida foi actualizada a ficha da “Villa Romana de Santo André de Almoçageme” que se encontrava relativamente completamente no que diz respeito à descrição das estruturas a descoberto que compõem o arqueossítio, faltando apenas a parte relativa à nota-histórica, ou seja, referente às escavações realizadas no local bem como ao estado em que se encontra actualmente. A bibliografia encontrava-se um pouco desactualizada, com quatro títulos mas nenhum deste referente ao arqueossítio em si, tendo sido acrescentadas outras sete referências bibliográficas.

A ficha seguinte a ser actualizada foi a referente à “Anta de Aqualva”, também conhecida por “Anta do Carrascal”. A sua ficha já existente na Base de Dados, como outras já referidas, encontrava-se relativamente actualizada, faltando sobretudo o seu contexto geográfico, assim como referir as escavações e outras intervenções realizadas no arqueossítio, tendo para isso sido consultado sobretudo o processo de classificação existente sobre o local. Também na área da bibliografia volta a verificar-se a existência de obras gerais que brevemente mencionam este sítio, tendo sido adicionadas seis novas referências bibliográficas a esta ficha.

A última ficha a ser actualizada do concelho de Sintra foi a da “Anta de Adrenunes”, que apresentava um contexto geral dos achados arqueológicos neste concelho tal como acontecia noutras fichas já mencionadas como a do “Conjunto Megalítico da Barreira”. Assim, para a redacção da descrição deste arqueossítio teve que se proceder à comparação da informação presente nas fichas das outras bases de dados sobre o local e consultar o processo de classificação, de forma a tentar formular uma descrição mais elaborada sobre este sítio, o que foi complicado uma vez que existe pouca informação e nem há certezas que este local de trate de facto de uma “Anta” visto não se conhecer vestígios de alterações por parte do homem neste monumento pétreo. Esta ficha apresentava alguma bibliografia, tendo apenas sido adicionadas mais duas referências bibliográficas, no entanto todas de carácter geral e não especificamente sobre o sítio.

Das fichas do concelho de Sintra nenhuma teve a área das fotografias actualizadas, apesar de, das nove fichas sujeitas a alterações, cinco delas não apresentarem nenhuma fotografia. Isto deveu-se, como mencionado anteriormente, às dificuldades nas condições de visita aos sítios e à falta de meios de deslocação. A única excepção foi o caso da “Anta de Adrenunes”, cujo campo das fotografias foi actualizada com uma fotografia tirada recentemente, mas que não foi efectuada por mim, tendo sido fornecida por Bettina Spckner.

Apesar disso, é possível observar que todas as nove fichas do concelho de Sintra que foram escolhidas, foram actualizadas de alguma forma, principalmente no campo das descrições, tendo contado com a informação mais recente possível, que se encontra publicada ou nos processos. Também a área das bibliografias foi actualizada em todas as fichas, umas com mais referências que outras, dependendo da quantidade de artigos existentes.

7.1.3 – Fichas do concelho de Cascais actualizadas

Em seguida actualizou-se quatro das sete fichas existentes para o Concelho de Cascais. Os registos escolhidos para serem alvo de alterações foram a “Villa Romana de Miroiços”, “Villa Romana do Outeiro de Polima”, “Gruta do Poço Velho” e “Villa Romana do Alto da Cidreira”.

O primeiro registo a ser actualizado dizia respeito à “Villa Romana do Outeiro de Polima”, que se apresentava uma descrição muito reduzida. O texto foi reformulado depois de se proceder à comparação das fichas existentes em outras bases de dados sobre o mesmo local, que continham mais informação, nomeadamente relacionado com as intervenções arqueológicas realizadas no local, e um contexto geográfico do sítio onde este se encontra. Relacionado com estruturas e espólio encontrado no local não foi possível acrescentar muito mais uma vez que o que foi identificado é muito reduzido, o que faz com que existam muitas dúvidas em relação ao local, nomeadamente se se trata realmente de uma villa romana ou se se encontra relacionado com outra villa, nomeadamente a Villa Romana de Freiria, que localiza nas proximidades deste local. Em termos de bibliografia a ficha do sistema de informação da DGPC – Ulysses – já apresentava sete referências bibliográficas, apesar de, tal como acontece com outras fichas, estas serem todas de âmbito geral e não sobre o arqueossítio em si. Apesar disto não foi possível encontrar nova bibliografia sobre o local, possivelmente devido ao facto de este não ter sido alvo de estudo recentemente. A ficha deste arqueossítio não apresenta nenhuma fotografia, apenas dois mapas uma vez não existir nada no terreno para fotografar, pois tal como referem as narrações das primeiras escavações realizadas, existia bastante material à superfície mas nenhuma estrutura.

A segunda ficha a ser actualizada foi a da “Villa Romana de Miroiços”, que se encontrava ainda mais desactualizada do que a anterior, apresentado apenas um parágrafo de descrição das estruturas identificadas no local. Após a consulta dos processos de arqueologia e classificação, e de comparar a informação presente nas fichas de outras bases de dados, foi possível elaborar uma descrição mais completa do que foi encontrado nas escavações realizadas, tanto em termos de estruturas, como de espólio, bem como descrever as várias intervenções realizadas no arqueossítio. Este sítio, tal como a “Villa Romana de Outeiro de Polima” não pode ser visitado para ser fotografado, neste caso por se encontrar num terreno privado ao qual não foi possível ter acesso. No entanto esta ficha já apresenta algumas imagens (mais especificamente quatro fotografias e dois mapas) ainda que um pouco antigas.

De seguida foi actualizada a ficha referente à “Gruta do Poço Velho”, que ao contrário das fichas anteriores se encontrava bastante completa, principalmente no que concerne à história da identificação da gruta e à importância da sua descoberta na época, porém continha pouca informação relacionada com o que foi realmente descoberto no interior da gruta, principalmente a nível dos enterramentos e do espólio que os

acompanhava. Foi realizada pesquisa bibliográfica no catálogo da Biblioteca de Arqueologia, tendo sido acrescentadas oito referências bibliográficas às sete já existentes. A “Gruta do Poço Velho” foi um dos arqueossítios aos quais houve acesso, tendo assim existido a possibilidade de fotografar tanto o exterior, como o interior da gruta, levando a que tenham sido adicionadas sete fotografias à ficha sobre o arqueossítio.

Por último foi actualizada a ficha relativa à “Villa Romana do Alto da Cidreira”, cuja descrição também se encontrava relativamente completa, faltando apenas o contexto geográfico do arqueossítio e a enumeração das escavações realizadas e que colocaram os vestígios a descoberto no local. A área da bibliografia já se encontrava bastante completa, com nove referências bibliográficas, tendo sido adicionadas outras nove após realização de pesquisa. A “Villa Romana do Alto da Cidreira” foi outro dos sítios que foi possível visitar e fotografar apesar das dificuldades verificadas em encontrar o sítio pois, apesar de se encontrar classificado, não existe nenhuma indicação de como lá chegar. No total adicionadas três fotografias à ficha da Villa Romana do Alto da Cidreira, completando assim a informação existente.

Concluindo, é possível compreender através do trabalho realizado para o concelho de Cascais que, mesmo as que se encontravam menos actualizadas, estavam mais completas do que as que foram objecto de alteração do concelho de Sintra, com descrições relativamente actuais (sendo a maior excepção a da Villa Romana de Miroiços) e bibliografias com alguns artigos referenciados. Isto pode dever-se, em parte, ao facto de estes locais se encontrarem numa zona mais urbanas, do que os de Sintra, que se localizam em zonas mais florestais e de difícil acesso, mas também ao facto de estes arqueossítios terem sido estudados mais continuamente ao longo das últimas décadas. As dificuldades na actualização do concelho de Cascais evidenciam os problemas que afectam o património classificado, que por vezes se encontra inacessível por falta de manutenção ou por se localizarem em propriedades privadas, mas também por falta de conhecimento da própria população local, como aconteceu com no caso da “Villa Romana do Alto da Cidreira”.

7.1.4 – Fichas do concelho de Lisboa actualizadas

Relativamente às fichas do concelho de Lisboa, foram actualizados três dos cinco registos existentes para este concelho. As fichas referentes às “Ruínas do Teatro Romano”, “Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros” e “Lápides das Pedras Negras” foram as escolhidas para serem actualizadas, tendo-se optado por deixar as fichas relativas à Lápide do Deus Esculápio e às Estatuas Lusitanas de Montalegre (que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia) por alterar, uma vez que uma breve pesquisa sobre os materiais permitiu compreender que não haveria muito mais informação ou bibliografia sobre estes, bem como as fotografias eram também relativamente recentes.

A primeira ficha a ser trabalhada foi a referente às “Ruínas do Teatro Romano”, que se encontrava relativamente completa e actualizada, no entanto procedeu-se à comparação da informação existente sobre o arqueossítio nas fichas das Bases de Dados da DGPC, tentando assim completar o mais possível a descrição do local. Para a actualização desta não foram consultados os processos, uma vez que estes não se encontravam disponíveis para consulta no momento. A área mais preocupante deste registo era a da bibliografia, uma que vez que apenas apresentava uma citação, procedeu-se à realização de pesquisa no catálogo da Biblioteca de Arqueologia, tendo sido acrescentadas vinte novas referências bibliográficas sobre o Teatro Romano.

De seguida foi actualizada a ficha relativa ao “Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC)”. A descrição desta ficha apresentava-se actual, pois tinha sido alvo de uma recente reformulação e, por esse motivo, a única alteração que se realizou foi o adicionar de um parágrafo referente ao contexto geográfico do arqueossítio. No entanto esta carecia de referências bibliográficas, não apresentado nenhuma, e por este motivo procedeu-se à realização de pesquisa sobre o local, tendo sido adicionadas 20 referências bibliográficas.

A última ficha do concelho de Lisboa a ser actualizada foi a referente às “Lápides das Pedras Negras” que, das três fichas era a que se encontrava mais desactualizada. A descrição das lápides no entanto apresentava-se relativamente completa, faltando dar um contexto geográfico ao local e uma melhor definição e tradução do conjunto de lápides, sendo para isso comparada a informação existente com outras bases de dados, uma vez que não foi possível consultar nenhum dos processos. A bibliografia sobre as lápides era inexistente na ficha e, após uma pesquisa sobre o local, foi possível confirmar que não existem muitos artigos escritos sobre estas, tendo sido acrescentadas apenas quatro referências bibliográfica. Estas lápides foram fotografadas, uma vez ser o sítio de mais fácil acesso deste concelho por se encontrar na rua, na face lateral de um prédio, tendo assim sido possível acrescentar cinco fotografias à ficha das “Lápides das Pedras Negras”.

Em resumo, existem poucos locais classificados em Lisboa que sejam considerados como “sítios arqueológicos” e que apresentem essa tipologia na base de dados Ulysses, o que leva a que apenas cinco fichas apareçam quando de pesquisa por arqueossítios classificados no Concelho, e apenas três dessas tenham sido escolhidas para serem actualizadas. Enquanto o campo das descrições se encontra relativamente actual, com a ficha do NARC a ter sido actualizada recentemente, o mesmo não se verifica no campo da bibliografia que, por vezes, não apresentava nenhuma referência bibliográfica apesar de serem fichas de locais conhecidos e alvo de investigações recentes.

7.1.4 – Fichas do concelho de Oeiras actualizadas

A última ficha a ser actualizada foi a única ficha de tipologia arqueológica do concelho de Oeiras, referente à “Estação Eneolítica de Leceia”.

Optou-se por reformular esta ficha apesar de ela não se encontrar particularmente desactualizada, apresentando uma descrição relativamente completa, faltando apenas uma maior descrição da evolução habitacional no local, fotografias recentes, mas faltando no entanto a bibliografia, que era inexistente.

A descrição do arqueossítio foi revista, tendo em conta os campos Sítio e Nota-Histórica e acrescentando mais alguma informação, principalmente sobre as fases de povoamento do local, obtida através do Processo de Arqueologia. Contudo não foi possível acrescentar toda a informação existente à descrição uma vez que o conhecimento sobre o local é muito vasto e existe o limite de quatro mil caracteres. Igualmente as sucessivas intervenções no sítio levaram à existência de uma vasta bibliografia, tendo sido adicionados trinta e cinco novas referências bibliográficas à ficha. Das cerca de oitenta referências encontradas referentes a Leceia, apenas algumas das obras gerais e outras sobre os artefactos mais importantes que foram exumados foram adicionados. Uma vez que as fotografias do local eram recentes, mostrando a estação arqueológica já com a musealização e condições de visita actuais, decidiu-se que não era prioritário fotografar este arqueossítio.

Assim, é possível observar que o maior problema no concelho de Oeiras não é tanto a desactualização das fichas, uma vez que a que existe até se apresentava relativamente actualizada, mas sim a falta de património arqueológico classificado, com apenas o exemplo de Leceia referenciado. Isto levanta também outras questões como, o que se considera ser realmente património arqueológico. Quais os critérios para um local ser enquadrado na categoria “arqueologia”? Um dos exemplos que se pode discutir neste concelho é o caso dos “Fornos de Cal”, que funcionaram pelo menos desde 1582, e que, nas últimas décadas foram alvo de várias intervenções arqueológicas, encontrando-se inclusive o sítio musealizado e visitável sendo, no entanto a tipologia atribuída ao local, na Base de Dados Ulysses, é arquitectura civil.

Concluindo, após uma análise feita ao estado das fichas de inventário de património classificado, é possível verificar nenhum destes concelhos tem todas as fichas completamente actualizadas e ao longo do estágio realizado na DGPC foi possível ver que isso se deve principalmente à falta de pessoas encarregadas de manter a base de dados Ulysses actual. Hoje em dia encontram-se apenas duas técnicas responsáveis por actualizar as fichas de inventário do país inteiro sendo impossível conseguir manter todas as fichas com

todos os campos preenchidos. As visitas aos locais são complicadas, por ser difícil conseguir uma viatura da DGPC disponível para realizar as viagens e muitas vezes são os técnicos que tem que usar os próprios carros para efectuar estas tarefas. Para tais lacunas serem colmatadas seria necessário reforçar não só o corpo técnico encarregue de actualizar as bases de dados do património como, também, os meios logísticos e ainda, se possível, uma maior coordenação com câmaras Municipais e Juntas de Freguesias existentes no país de modo a fornecer informações e imagens sobre os locais.

8 – Proposta de Classificação

Como foi possível verificar todos os concelhos apresentam carências de alguma forma em termos de património arqueológico classificado.

Alguns concelhos, como são os casos de Lisboa e Oeiras, apresentam poucos sítios considerados arqueológicos, apesar de se encontrarem identificados vários arqueossítios de grande relevância que poderiam e deveriam ser classificados para impedir a sua destruição e para que estes sejam mais divulgados. Isso deve-se em parte, como já mencionado, a arqueossítios que se encontram classificados mas cuja tipologia é arquitectónico, o que leva a que não sejam reconhecidos quando se faz uma pesquisa geral por categoria “arqueológico”. Isto acontece com o exemplo já dado dos Fornos de Cal em Oeiras e com vários núcleos arqueológicos que se encontram no interior de monumentos em Lisboa, como é o caso dos núcleos do Castelo de São Jorge, do Convento do Carmo ou da Sé de Lisboa.

Noutros concelhos verifica-se a deficiência de certas cronologias ou funções, como, por exemplo, nos concelhos de Sintra e Cascais, em que quase todos os sítios arqueológicos classificados são de cronologia Romana ou Pré-Histórica, sendo estes maioritariamente villas ou monumentos megalíticos respectivamente.

Assim optou-se por realizar uma proposta de classificação de um arqueossítio que possa contribuir para o aumento do número de locais classificados num destes concelhos, tendo sido escolhido Lisboa, uma vez que apenas se encontram cinco arqueossítios classificados em Lisboa.

Não se avançou com uma proposta de classificação de um sítio com uma cronologia diferente, nomeadamente mais recente, uma vez que a maior parte desses locais correspondem a edifício, surgindo assim a questão se devem ser considerados património arquitectónico ou arqueológico. Assim, foi escolhido um local que não oferecia dúvidas de integrar a tipologia arqueológico, nomeadamente por possuir vestígios exumados no subsolo, que apesar de ainda apresentar partes estruturais muito bem conservadas, não seria conhecido de outra forma sem ser através das diversas intervenções arqueológicas aí realizadas.

Desde o início definiu-se que se iria avançar apenas com uma proposta de classificação de bens imóveis, uma vez que este processo é complexo e demorado.

Contudo mantém-se a carência de sítios arqueológicos classificados nestes concelhos, para além que seria também importante rever algumas tipologias atribuídas a alguns sítios classificados e ainda realizar um debate sobre o que distingue património arquitectónico de património arqueológico, até que ponto um local é considerado património arquitectónico e quando é que este passa a ser considerado património arqueológico, seja por estar em ruínas ou por se encontrarem vestígios importantes no seu interior.

A apresentação de um requerimento inicial do procedimento de classificação de bens imóveis também teve como objectivo ficar a conhecer melhor o processo em si, neste caso apenas o início desse procedimento, pois a sua conclusão pode demorar vários meses, não podendo ser realizado durante o estágio. Assim ficou a conhecer-se o passo inicial para a classificação de qualquer bem arquitectónico ou sítio arqueológico, que pode ser feito por qualquer interessado, seja um cidadão anónimo seja a própria DGPC ou DRC, desde que seja apresentada a informação requerida, uma vez que o formulário de requerimento se encontra disponível pela DGPC na sua página de Internet.

8.1 – Escolha de um sítio a classificar

O local escolhido para ser alvo de proposta de classificação foram as Termas dos Cássios, no interior do Palácio dos Condes de Penafiel, na baixa de Lisboa. Este arqueossítio foi escolhido devido a ser um importante testemunho arqueológico de Lisboa (e até do país) que se encontra pouco valorizado. As Termas dos Cássios também foram seleccionadas por terem uma localização próxima de outros arqueossítios relevantes do mesmo período, e por ser um sítio que já foi alvo de várias intervenções com reconhecido valor científico.

Como já foi mencionado, Lisboa apresenta apenas cinco sítios de tipologia arqueologia dos 459 bens classificados em geral para este concelho, por isso foi considerado importante avançar com um requerimento de classificação de um arqueossítio que não surgisse dúvidas quanto à sua tipologia e de uma importância que não fosse questionável.

Assim o primeiro passo foi reunir uma lista de todos os locais intervencionados arqueologicamente em Lisboa e que se encontravam presentes na Base de Dados Endovélico, tendo sido eliminados dessa tabela todos os locais que já se encontravam classificados, como o Castelo de São Jorge e as Cercas de Lisboa, ou todos os achados individuais (ocorrências isoladas) que se encontravam registados. A partir dessa lista mais

reduzida foram destacados alguns sítios de maior relevância e potencial a serem considerados numa possível classificação.

O primeiro arqueossítio que se destacou e que se ponderou avançar com a classificação foi as Criptopórtico ou Galerias Romanas da Rua da Prata. O local nunca foi classificado apesar da sua importância científica e relevância no contexto dos monumentos visitáveis em Lisboa, tendo sido possível constatar também que uma inscrição proveniente deste local se encontra classificada, e depositada no Museu Nacional de Arqueologia. Após contactos com o Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), foi posta de parte a proposta de classificação das Galerias da Rua da Prata, uma vez que esta instituição já terá iniciado o processo de classificação do sítio.

De seguida, o segundo arqueossítio que se considerou importante vir a ser classificado foi as Termas dos Cássios, pois apesar da sua importância é relativamente pouco conhecido, não se sabendo qual será o seu destino, visto encontrar-se sob um edifício cujas obras forem interrompidas.

As Termas dos Cássios, foram construídas no I ou II d. C. e utilizadas até pelo menos ao século IV d. C., quando são reconstruídas devido ao seu estado de degradação. Posteriormente o local foi ocupado com outras funções como é possível observar pela existência de um poço de época medieval que aí se encontra. Este são os únicos banhos públicos de época romana conhecidos em Lisboa, no entanto, hoje, encontra-se em mau estado de conservação e sem projecto de valorização dado encontrarem-se no interior de um prédio do século XVIII, resultante da reconstrução pombalina que o afectou parcialmente. Apesar disso, o edifício pombalino tem garantido a preservação das estruturas arqueológicas que restam, nomeadamente paredes até cerca de seis metros de altura e várias divisões das antigas termas. Outro núcleo correspondente às mesmas termas foi encontrado no subsolo de um prédio contíguo, tendo sido identificado como o limite sul deste complexo, no entanto não é conhecida a total extensão do arqueossítio, sendo provável que este se estenda por uma área maior, nomeadamente por baixo de edifícios da Rua das Pedras Negras.

Concluindo, foram tidos em conta diversos factores como:

1. As Termas dos Cássios, representarem um testemunho notável e único do período romano na cidade;
2. Apresentam um potencial de investigação histórica e científica muito relevante;
3. As estruturas de parte deste complexo termal encontram-se abandonadas e esquecidas no interior de um prédio sem nenhuma protecção.

Tendo em conta todos estes aspectos, considerou-se que este arqueossítio beneficiaria de passar a ter uma protecção legal, sendo também um bom exemplo de um novo sítio arqueológico a classificar em Lisboa.

8.2 – Elaboração do Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis

O primeiro passo que desencadeia a abertura de um processo de classificação de um sítio é o preenchimento e entrega do “Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis”, tal como referido anteriormente.

Após o preenchimento do formulário, este será entregue na DGPC para que possa ser apreciado segundo os critérios estabelecidos no artigo 17º da Lei nº 107/2001.

O “Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis” encontra-se dividido em onze campos a serem preenchidos: Identificação, Caracterização, Situação da Propriedade, Observações, Outras Protecções, Caracterização Histórico-Artística, Caracterização Arquitectónica, Caracterização Arqueológica, Bibliografia, Elementos Fotográficos ou Cartográficos e Identificação do Preponente. No entanto foram feitas algumas alterações ao requerimento, nomeadamente foi retirada a “Caracterização Arquitectónica”, uma vez ter sido considerado que esta área não fazia sentido para um sítio arqueológico tendo em conta que a descrição detalhada das estruturas que compõem o arqueossítio ia ser feita no campo da “Caracterização Arqueológica”, que passou a denominar-se “Caracterização Arqueológica/Justificação da Proposta” uma vez não existir nenhuma zona no formulário onde se especifique quais os critérios de classificação que mais se ajustam ao sítio.

Após as alterações feitas à estrutura do formulário, procedeu-se ao preenchimento dos campos existentes com informação recolhida sobre as Termas dos Cássios. A informação foi maioritariamente retirada dos relatórios das escavações realizadas nos dois locais, uma vez que o arqueossítio se estende, até ao momento, por dois núcleos (prédios), apesar de este certamente se expandir por uma área maior, não sendo os seus limites totalmente conhecidos. Para além dos relatórios foram feitos contactos com o arqueólogo Rodrigo Banha da Silva que conhece bem o local dado ter participado nas escavações que decorreram no núcleo do Palácio dos Condes de Penafiel, uma vez que os relatórios referentes às escavações aqui realizadas entre 1991 e 1998, pelo arqueólogo Dias Diogo, nunca terem sido entregues, sendo que o único documento que existe é o relatório preliminar de escavação. Relativamente aos vestígios encontrados no outro núcleo, o edifício próximo do Palácio dos Condes de Penafiel (número 35 a 41 da Rua da Pedras Negas) em

escavações arqueológicas realizadas em 2013, foram consultados os relatórios produzidos pelos arqueólogos da empresa *Nemus*, que se encontram depositados no arquivo da DGPC.

Após o preenchimento do formulário com esta informação, foi ainda realizada uma visita ao local para ver em que condições se encontravam os vestígios, tendo sido possível constatar que pelo menos os prédios não tinham sofrido alterações, no entanto não foi possível ter acesso às ruínas por se encontrarem no interior destes.



Ilustração 7 Diagrama com os passos dados para o preenchimento do “Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis”

9 – Criação de itinerários e Inventários Temáticos nos Concelhos de Lisboa e Sintra

Com parte do trabalho realizado durante este estágio foi possível identificar alguns problemas que afectam o património arqueológico classificado, nomeadamente que a classificação de um arqueossítio infelizmente não garante a sua protecção, estando muitas vezes sujeito às condições ambientais e às intervenções humanas. Muitos destes são locais praticamente esquecidos, levando a que poucas pessoas os conheçam apesar de serem considerados bens de grande valor que merecem ser classificados. Apesar da sua importância, alguns destes locais não se encontram visitáveis, e os que se encontram em condições de receber visitas não são divulgados o suficiente levando a que estes não sejam conhecidos por grande parte do público.

Assim foi necessário pensar numa possível solução para estes problemas, escolhendo-se a criação de percursos de visita temáticos que incluam alguns dos arqueossítios classificados de modo a contribuir para a

sua salvaguarda e valorização. Dessa forma foram elaboradas duas rotas em dois dos concelhos estudados, um percurso florestal em Sintra e um percurso urbano em Lisboa, que fossem compostas por arqueossítios classificados ou em vias de classificação.

O objectivo final é que as rotas criadas fiquem inseridas na página online da DGPC, no âmbito dos “Itinerários e Inventários Temáticos”, como outros criados e que já se encontram disponíveis, como por exemplo “Os Jardins da Cultura”, “Itinerários de Cister” ou “Património Industrial”, contribuindo assim para a sua divulgação.

9.1 – Escolha dos sítios arqueológicos em Sintra e Lisboa para a criação das duas rotas

Durante a realização desta etapa do trabalho foram equacionadas várias opções para diversos percursos que poderiam ser criados. Para tal tinham que ser equacionados os diferentes tipos de sítio a englobar, de forma a apresentar diferentes cronologias e tipologias, transmitindo assim a quem os visite, uma ampla percepção do património existente nos concelhos, classificado ou não. A acessibilidade aos diferentes locais, as condições de visita e a distância entre cada um deles, foram outros pontos importantes a analisar quando da escolha dos sítios.

Como tal, depois de analisar várias hipóteses de rotas que compreenderiam sítios arqueológicos de vários concelhos ou percursos individuais em cada concelho, optou-se por criar duas rotas turísticas diferentes, uma no Concelho de Sintra e outra no Concelho de Lisboa. A possibilidade de criar apenas uma rota, mas mais alargada, que abrangesse vários concelhos e mais sítios arqueológicos classificados, foi ponderada mas considerada inviável, uma vez que a ideia era criar um percurso que fosse possível percorrer a pé, sem ser muito longo nem muito disperso, considerou-se que um percurso pedonal daria uma perspetiva global do contexto em que inserem os arqueossítios.

Para Sintra foi criado um percurso pedestre em meio florestal, no Parque Natural Sintra-Cascais, constituído pela Anta de Adrenunes, Ermida de São Saturnino e Tholos do Monge. De referir que apesar da Ermida de São Saturnino não ser considerada um sítio arqueológico, encontrando-se integrada na área do Santuário de São Saturnino foi alvo de trabalhos em 1993-1994. Incluiu-se ainda o sítio Tholos do Monge, que se encontra Em Vias de Classificação.

Em Lisboa foi criado um percurso urbano, composto pelo Castelo de São Jorge, Lápides das Pedras Negras, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Sé de Lisboa e Ruínas do Teatro Romano. Estes sítios foram escolhidos por apresentarem uma vertente arqueológica, apesar de alguns como o Castelo de São Jorge e a Sé de Lisboa, serem considerados bens arquitectónicos classificados e não arqueológicos.

Apesar de as rotas criadas englobarem apenas alguns sítios arqueológicos classificados nos dois concelhos, o objectivo foi criar percursos que incluam variados arqueossítios com diferentes níveis de classificação, cronologias, funcionalidades e tipologias para que quem os visite fique a conhecer melhor algum do património existente nestes concelhos.

9.2 – Elaboração do percurso entre os sítios

Após a escolha dos locais foi necessário elaborar um percurso que unisse todos os locais seleccionados de modo a compor uma rota clara e fácil de ser seguida por quem a quiser realizar.

Em Sintra optou-se por criar uma rota linear, iniciando-se o percurso na Anta de Adrenunes, por ser o arqueossítio mais próximo de um centro populacional (Atalaias) e de uma estrada principal (N247), seguindo-se da Ermida de São Saturnino, bem assinalada por se encontrar englobada no perímetro do Santuário da Peninha. Por último a Tholos do Monge, que se encontra mais distante dos outros dois arqueossítios anteriores e é o local de mais difícil acesso dos três que compõem o grupo escolhido.

No caso de Lisboa, o percurso criado é mais versátil e pode ser iniciado e acabado em qualquer dos sítios escolhidos uma vez que os locais que compõem a rota se encontram mais próximos uns dos outros, em pleno centro histórico na cidade. Também para esta rota criou-se um percurso linear, com início no Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge, uma vez ser este o local mais distante relativamente aos outros arqueossítios, optando por a partir daí descer e visitar o Museu do Teatro Romano, as ruínas existentes nos Claustros da Sé de Lisboa, as Lápides das Pedras Negras e o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, estes últimos relativamente próximos uns dos outros na zona da Baixa da cidade de Lisboa (ver anexo 12.20).

Os percursos recomendados estão preparados para ficarem disponíveis na página da internet da DGPC, na área dos itinerários, em conjunto com um mapa onde consta a localização dos arqueossítios escolhidos, de modo a permitir a consulta e a possibilidade de optar pelo melhor percurso.

9.3 – Produção dos textos sobre os itinerários criados para a página da internet da DGPC

Os textos elaborados para as duas rotas de património classificado seguiram as regras estipuladas pela DGPC, tendo sido utilizado como modelo o itinerário já referido “Jardins da Cultura”. Este encontra-se dividido numa parte inicial onde é apresentada uma breve introdução sobre o tema e um mapa com todos os

sítios assinalados. A segunda parte consiste num registo sobre os monumentos que compõem o itinerário, com informação referente a cada um como a sua designação, localização, descrição, protecção legal, um mapa e pelo menos uma fotografia do sítio.

A partir do modelo do itinerário “Jardins da Cultura” foram elaborados os textos necessários para as rotas de património arqueológico classificado dos concelhos de Sintra e Lisboa, tendo sido redigida uma breve introdução e um texto separado com os critérios para a escolha dos locais que compõem as duas rotas. Para esta primeira parte foram também criados dois mapas a partir do Google Maps, um para o concelho de Lisboa e outro para o concelho de Sintra, com todos os arqueossítios que constituem os itinerários neles assinalados.

De seguida foi criado um documento individual para cada um dos sítios, tendo sido criado um modelo de registo também baseado no itinerário “Jardins da Cultura”, dividido em variadas áreas como Designação, Localização (morada, freguesia/concelho/distrito, coordenadas geográficas e mapa), Descrição (Cronologia e Síntese), Protecção Legal, *link* para a ficha de inventário da Base de Dados Ulysses e Imagens.

A maioria da informação necessária para os documentos sobre cada local foi retirada das fichas de inventário previamente actualizadas referentes a cada um dos sítios, no entanto como alguns dos arqueossítios escolhidos para as rotas não eram considerados como arqueológicos tipologicamente, foi necessário realizar novas pesquisas sobre esses locais de modo a reunir a informação base necessária.

9.4 – Criação de um desdobrável sobre o percurso pedestre em Sintra

Para o itinerário em Sintra foi decidido criar um panfleto desdobrável que poderá eventualmente vir a ser consultado e descarregado na página online da DGPC. Este panfleto informativo foi criado com o objectivo de auxiliar quem decide efectuar este percurso, uma vez que o mesmo se realiza em meio florestal, no Parque Natural Sintra-Cascais, onde os arqueossítios não se encontram assinalados e existem também outras valências a ter em conta, como a fauna e a flora desta zona considerada protegida.

O panfleto criado foi um folheto A4 desdobrável simples, com informação na frente e no verso de modo a ser facilmente consultado durante o percurso pedestre, providenciando dados não apenas sobre os arqueossítios a visitar mas também sobre o contexto em que os mesmos se inserem (ver anexo 12.21).

O folheto é composto na face frontal por uma breve localização do Parque Natural, dois mapas, nomeadamente um mapa geral do Parque Natural e outro mais específico com os arqueossítios que compõem o itinerário assinalados e o percurso a realizar bem demarcado na imagem. Também nesta face do panfleto

encontra-se uma breve descrição da geologia e do clima da zona, e ainda uma parte dedicada à importância ambiental, focada principalmente na fauna e flora únicas que se podem encontrar no Parque Natural Sintra-Cascais. No verso encontra-se uma breve síntese da importância do local não só em termos naturais mas também a sua relevância em termos históricos. Aqui encontram-se também informações sobre o percurso a realizar, como e onde se pode iniciar, qual a distância total a percorrer, para além de algumas recomendações básicas a ter em conta. Por fim, nesta face encontra-se também a descrição dos sítios arqueológicos que integram a rota, com informação sobre a época em que foram construídos, a sua função, as escavações arqueológicas aí realizadas e o tipo de protecção legal que cada um deles possui. Os conteúdos inseridos neste panfleto foram escolhidos por permitirem a quem o utiliza saber um pouco do ambiente e do património que vão visitar, que é o que mais procuram, tendo sido utilizado como exemplo base um panfleto disponível online sobre o “Percurso Pedestre do Castelo de Paderne”.

Este panfleto serviu também como exemplo do que pode ser feito, de modo a ajudar na divulgação dos locais com importância patrimonial na região pois de outro modo seriam praticamente desconhecidos e raramente visitados, podendo constituir um bom suporte de conhecimento.

10 – Conclusões finais

Do trabalho realizado, o que há a salientar em primeiro lugar é o facto da administração e regulamentação do património cultural em Portugal se ter estruturado mais tarde, quando comparada com outros países europeus, caracterizando-se durante muito tempo pela indefinição do seu papel relativamente aos bens culturais existentes no país, o que afectou a sua protecção. Apesar dos esforços realizados durante os séculos anteriores, os mecanismos de protecção do património como a classificação e o inventário surgiram apenas no século XX (apesar terem existido várias tentativas de protecção do património com outro nome), o que levou a que um número indeterminado de edifícios e sítios arqueológicos tenham sido alterados ou destruídos durante o período em que os meios de protecção eram insuficientes.

Outro aspecto que sobressai, numa avaliação cronológica, é a permanência de dificuldades relativas à protecção do património, mesmo após terem sido criados alguns dos meios de salvaguarda de bens culturais que se mantêm até hoje. O abandono, a mudança de usos e as autorizações que têm conduzido a adulterações nos bens alvo de protecção legal são alguns dos problemas que persistem em torno do património classificado. Estes problemas resultam das dificuldades que a Direcção Geral do Património Cultural, enquanto autoridade central, e as Direcções Regionais de Cultura, têm em fazer cumprir a lei, uma vez que grande parte dos sítios arqueológicos se encontram em propriedade privada, levando a que muitas vezes os

locais não estejam protegidos para além da falta de interesse dos proprietários, que os abandonam ou danificam. Outro grande factor que contribuiu para as dificuldades que se sentem relativamente à protecção do património classificado é a falta de sensibilização das comunidades que não têm conhecimento do valor do património da sua região, algo que poderia ser colmatado com um maior envolvimento das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias através de acções de valorização e divulgação. Este último ponto está também relacionado com a falta de investimento aplicado na preservação e comunicação dos locais que se encontram classificados, carência esta presente em todo o sector da cultura.

Igualmente o inventário do património classificado também sofre de alguns problemas como a falta de manutenção dos sistemas existentes que se deve não só à falta de investimento financeiro mas também à falta de pessoal que actualize permanentemente todos os campos das bases de dados, nomeadamente do Ulysses, que é o inventário dos imóveis classificados a nível nacional. Uma actualização permanente de um inventário do património, quer seja arqueológico como arquitectónico, permite que os Bens que o compõem sejam conhecidos com precisão acompanhando, ao longo dos anos, a evolução do seu estado de conservação.

Este trabalho pretendeu também destacar o valor e a relevância do processo de classificação, mecanismo deveras importante para a protecção do património, apesar das lacunas existentes. Mesmo tendo em conta que após a classificação, algum desse património seja alvo de abandono ou mesmo danos, a implementação de uma protecção legal é algo fundamental porque, a partir desse momento, é possível impor sanções ou exigir a sua salvaguarda. Como foi constatado ao longo deste trabalho, o número de arqueossítios classificados é muito inferior quando comparado com o número de bens arquitectónicos classificados. Assim, avançou-se com o início de um processo de classificação para um sítio arqueológico em Lisboa, cuja protecção se torna urgente dadas as condições em que se encontra e porque dado o seu valor histórico e científico se considera importante dar a conhecer aos cidadãos.

Devido aos problemas expostos anteriormente, considerou-se interessante apresentar um trabalho que, de alguma forma, pudesse contribuir para o conhecimento e sensibilização do património classificado. Para isso foram criadas duas rotas de património classificado que futuramente podem ficar disponíveis na página online da DGPC. O objectivo da elaboração destes percursos é que os arqueossítios que os compõem sejam visitados pelos cidadãos contribuindo assim para que não fiquem esquecidos, dando a conhecer também o seu valor científico, histórico e paisagístico, factores que estiveram na base da sua classificação.

A intenção deste relatório de estágio é também contribuir, através do estudo que foi realizado, para fazer um balanço sobre os registos de classificação e de inventário do património arqueológico de quatro concelhos. Seria ainda interessante que fossem realizados estudos idênticos, com a mesma metodologia, às

fichas de inventário de património classificado de outros concelhos, de modo a estabelecer comparações com estado das fichas aqui analisadas, para que fosse possível aprofundar mais o estudo aqui iniciado.

Como contributo prático creio que as fichas actualizadas, o requerimento inicial de classificação e as rotas criadas, fornecem à DGPC material que pode contribuir para a salvaguarda do património que ao longo destes meses foi estudado, sendo importante que trabalhos como estes sejam realizados de modo a auxiliar a instituição na salvaguarda do património classificado em Portugal.

11 - Bibliografia:

CHOAY, Françoise (2007) – *A Alegoria do Património*. Edições 70, Lisboa

CLAY, Richard (2012) – *Re-making French Revolutionary iconoclasm*. In *Prespective*. Institut national d'histoire de l'art

CUSTÓDIO, Jorge (2010) – *A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)*. In 100 anos de património, memória e identidade. Portugal 1910-2010. IGESPAR, Lisboa

CUSTÓDIO, Jorge (2010) – *Classificação dos Monumentos: entre a intenção e a realidade*. In 100 anos de património, memória e identidade. Portugal 1910-2010. IGESPAR, Lisboa

CUSTÓDIO, Jorge (2011) – *“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a I República: Fundamentos e Antecedentes*. Caleidoscópico

CRUZ, António Miguel Godinho da (2013) – *Reabilitação do Património. Castelo de São Jorge: do Estado Novo à Actualidade*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

DIAS, Larissa Cardillo Acconcia e PINTO, Gelson de Almeida (2016) - *Avoiding the destruction of heritage: from World War II to nowadays*. Universidade de São Paulo. São Paulo

GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo (2008) – *Património: Que desafios? Problemática dos inventários de património arquitectónico*. In Dunas, volº 8. Câmara Municipal de Ovar. Ovar

HARRISON, Rodney (2012) – *Heritage: Critical Approches*. Routledge. Abngdon

JOKILEHTO, Jukka (2005) – *A History of Arhitectural Conservation*. The University of York England, Institute of Advanced Architectural Studies.

LEITE, Silvia (2010) – *O inventário do património imóvel em Portugal*. In 100 anos de património, memoria e identidade. Portugal 1910-2010. IGESPAR, Lisboa

LOPES, Ana Rita Marques Marinho Hierro (2015) – *Salvuarda do património: classificação e comunicação*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

LOPES, Flávio (coord) (1993) – *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*. Secretaria de Estado da Cultura: IPPAR. Lisboa

LOPES, Flávio (1996) – *Património: Informar para Proteger*. Secretaria de Estado da Cultura: IPPAR. Lisboa

- NETO, Maria João (2001) – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. FAUP: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto
- NETO, Maria João (2010) – *Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964*. In 100 anos de património, memória e identidade. Portugal 1910-2010. IGESPAR, Lisboa
- NOÉ, Paula (2011) – *A inventariação do património arquitectónico em Portugal no século XX: As experiências do IHRU, da ex-DGEMN e dos seus antecessores*. In Monumentos, vol. 31. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Lisboa
- PEDREIRINHO, Helena Marques da Silva (2004) – *Conceitos de património na legislação Portuguesa do século XX*. In Arqueologia, História da Arte e Património. Universidade Lusíada Editora, Lisboa
- PEREIRA, Paulo (2010) – *Sob o signo de Sísifo: Políticas do Património edificado em Portugal, 1980-2010*. In 100 anos de património, memória e identidade. Portugal 1910-2010. IGESPAR, Lisboa
- REAL, Fernando (2001) – *A Nova Lei do Património Cultural Português*. In Al-Madan, Série 2, Nº 10. Centro de Arqueologia de Almada.
- REAL, Fernando (2005) – *O papel do IPA e das autarquias na protecção do património arqueológico*. In Cartas Arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do património. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004. Câmara Municipal de Arouca. Arouca.
- RODRIGUES, Paulo Simões (2010) – *O longo tempo do património: Os antecedentes da República (1721-1910)*. In 100 anos de património, memória e identidade. Portugal 1910-2010. IGESPAR, Lisboa
- SILVA, Maria João Torres (2012) – *O Estado e o (seu) Património: Práticas administrativas de aquisição e afectação do património edificado*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Técnica de Lisboa

12 – Anexos

12.1 - Ficha actualizada referente ao “Sítio Arqueológico da Granja de Serrões”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Sítio Arqueológico da Granja dos Serrões

1.3. Outras Designações: Villa Romana da Granja dos Serrões

1.4. Local/Endereço: Granja dos Serrões

Localidade: Sintra

Freguesia: Pêro Pinheiro e Montelavar

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Protecção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Publico Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Portaria n.º 268/2013, DR, 2.ª série, n.º 90, de 10-05-2013

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

O sítio arqueológico da Granja dos Serrões encontra-se em contexto rural, na numa zona de confluência entre as freguesias de Montelavar e Pêro Pinheiro, abrangendo vários terrenos agrícolas.

O local apresenta uma ocupação que terá tido início ainda no século I a. C. e que se perlonga até à Alta Idade Média (entre finais do século V e inícios do século VI). É possível ver no local um núcleo de habitat distribuído ao longo de uma considerável extensão, ocupando a totalidade de três terrenos a sul da Granja dos Serrões, que acabou por dar o nome à estação arqueológica. As estruturas habitacionais identificadas são compostas por um corredor externo pavimentado orientado no sentido Este-Oeste, três compartimentos de planta quadrangular, pertencentes à denominada *pars rustica*, a par de um muro que lhe seria externo, que foi assente diretamente sobre o afloramento rochoso, e ainda a soleira de uma porta. Encontra-se também identificada parte de uma muralha larga, constituída por grandes blocos de pedra e fragmentos cerâmicos

reaproveitados como matéria de construção, resultante de uma fase de construção mais tardia na villa, e ainda três caleiras.

Foi ainda descoberto o local de um antigo templo consagrado a *Iupiter* numa zona mais elevada relativamente à villa romana, sendo identificada a partir de epígrafes ligadas à estrutura e encontradas no local.

Dos abundantes materiais recolhidos nas escavações realizadas, destacam-se o conjunto de cerâmica campaniense A que permite definir a primeira ocupação do local no século I. a. C., e também um vasto grupo de *sigillatas* itálicas, sudgálicas e hispânicas. Foram ainda encontradas centenas de tesselas de cor branca e outras por talhar, em contexto selado, associadas a instrumentos de ferro num dos três compartimentos quadrangulares, o que poderá pressupor a existência de uma oficina de talhe na própria villa. Sobressaem, igualmente, várias moedas cunhadas entre o século III e IV d. C., e um monumento funerário que apresentava uma inscrição inédita, que parece encontrar-se relacionado com algum espaço de utilização religiosa situado próximo da villa.

Os materiais recolhidos no local encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

3.2 Nota Histórica:

Este arqueossítio foi noticiado pela primeira vez nos anos cinquenta do século XX, quando foi descoberto um conjunto de inscrições romanas devido à realização de reformas em várias casas situadas na povoação mais próxima. Nos anos setenta, grupos de “arqueólogos amadores” prospetaram o local tendo identificado vestígios de um *habitat* romano (BELCHIOR, 1994, pag 1).

Nos anos oitenta, o Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia detetou e recolheu novas inscrições e mais material cerâmico, o que levou à identificação de um antigo templo consagrado a *Iupiter* numa zona mais elevada relativamente à villa romana.

O local só foi escavado cientificamente pela primeira vez no contexto de uma intervenção de emergência resultante da construção da “Via de Cintura da Área Metropolitana do Norte” nos anos noventa (1994) por Cláudia Belchior e José Manuel Ribeiro. Esta intervenção confirmou a existência da villa romana, e foi durante os trabalhos que foram identificadas a maior parte das estruturas como o corredor pavimentado e os compartimentos quadrangulares, bem como a maioria dos materiais arqueológicos, que permitiram estabelecer uma cronologia mais precisa do local e o seu funcionamento.

4. BIBLIOGRAFIA NOVA

BELCHIOR, Cláudia (1995) – A Villa Romana da Granja dos Serrões. Resultados preliminares da escavação de emergência. Relatório de escavação enviado ao I.P.P.A.R.; BELCHIOR, Cláudia (1996) – A segunda intervenção arqueológica na Granja dos Serrões-1996, Concelho de Sintra. Relatório de escavação enviado ao I.P.P.A.R.; BYRNE, Inês Nadal de Sousa (1993) - A rede viária da zona oeste do Município olisiponense (Maфра e Sintra). In Almadan. Almada; RIBEIRO, José Cardim (1983) - Estudos Histórico-Epigráficos em torno da figura de L. IVLIVS MAELO CAVDICVS. In Sintria. Sintra;

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se estes se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: CS52552 - Consultado

Processo de Arqueologia: S-3245 - Consultado

Nº de Referências Bibliográficas Introduzidas: 4

12.2 - Ficha actualizada referente às “Ruínas da Antiga Barragem de onde partia um aqueduto para Olisipo”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Ruínas da antiga barragem romana donde partia um aqueduto para Olisipo

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: EN 250, Caneças-Belas, ao km 16.423

Localidade: Sintra

Freguesia: Queluz e Belas

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

O que resta da barragem romana de Belas situa-se em contexto rural, junto e por baixo da actual estrada de Caneças-Belas, encontrando-se parcialmente encoberta por arvoredos e vegetação. Esta destinava-se a captar a água da ribeira de Carenque transportando-a depois para Olisipo.

As ruínas, que datam do século III, são visíveis da estrada nacional 250 que liga Caneças a Belas e Queluz, sendo que a estrutura está separada da via por um ribeiro, por ter sido cortada de cima para baixo sobre a margem do curso de água.

A barragem fica, em linha recta, a cerca de dez quilómetros de Lisboa, isto contando com o trajecto dentro da cidade actual, que iria até às portas de Santo André e São Roque, e o com o aqueduto desmantelado pelo tempo e pelo homem, do qual só se conhece uma parte, com mil e trezentos metros de comprimento, na localidade da Amadora.

Uma parte da construção foi destruída para a passagem da estrada actual e outra parte das ruínas permanecem por baixo do leito do ribeiro e deverão ir até ao morro onde, desse lado, se fixava a muralha. A outra parte do paredão firmar-se-ia na “penedia” situada no outro lado do vale, também em parte arrasado com a abertura para a passagem do actual aqueduto.

Hoje subsiste parte da muralha de contenção de águas, que ainda se mantém em pé na sua parte central, com o comprimento máximo de quinze metros e meio, espessura de cerca de sete metros e altura até aproximadamente oito metros, no entanto é possível que tenha sido mais alta. Esta estrutura encontra-se voltada a jusante reforçada por três contrafortes de grandes dimensões, hoje em ruína, dispostos com certa

regularidade. A albufeira deteria uma capacidade máxima de armazenamento em torno de cento e vinte mil metros cúbicos.

O interior da construção é feita em opus incertum com pedras irregulares, de tamanho variável, ligadas por argamassa feita com cal parda, areia bastante fina e fragmentos de cerâmica comum de pequenas dimensões. Os paramentos encontram-se revestidos com pedra obtida no local e com opus quadratum pseudoisodomón. Não há certezas em relação ao período de abandono da barragem e aqueduto, mas é certo que com o passar do tempo esta deixou de ser utilizada, possivelmente devido ao progressivo crescimento de Olisipo. Este aparelho é hoje substituído pelo aqueduto das Águas Livres que segue, em partes, o trajecto do antigo aqueduto romano.

3.2 Nota histórica:

A barragem e aqueduto romano foram referidos pela primeira vez pelo pintor e humanista Francisco de Holanda, na obra "Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa" de 1571, onde surgem representados a barragem e os chafarizes a serem edificados em Lisboa, sugerindo que para tal se aproveitasse o aqueduto romano preexistente.

Apesar da ideia sugerida por Francisco de Holanda e da decisão tomada por D. Sebastião em 1573 de avançar com a construção de uma barragem, foi somente em 1619 que D. Filipe II resolveu dar início ao grande projecto de construção da tão reclamada estrutura que, no entanto não sei veio a realizar. Por fim, quando se iniciou em 1731 a construção do Aqueduto das Águas Livres, a antiga construção romana acabou por não ser reaproveitada, começando então a edificação do novo aqueduto, cujas obras acabariam por destruir parte significativa da barragem preexistente, levando ao início de um processo de degradação que culminará, já no século XX, com a construção da actual estrada que liga as localidades de Belas e Caneças, soterrando um longo troço da muralha primitiva e destruindo outra parte desta.

4. BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Ana Cristina Reis da Silva, MARQUES, Teresa, CORREIA, Susana Helena e LOURENÇO, Fernando Severino (1986) - *Lisboa e Arredores*. In Roteiros da Arqueologia Portuguesa. Lisboa: Departamento de Arqueologia; CARDOSO, João Luís, QUINTELA, António de Carvalho, MASCARENHAS, José Manuel (1997) - Os romanos e a água. In Portugal Romano. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; FORTES, Mário Luís Soares (2009) – A gestão de água na paisagem romana do

Ocidente Peninsular. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela; MASCARENHAS, José Manuel de (2012) – O aqueduto romano de Olisipo: viabilidade ou utopia? Ensaio de traçado apoiado em modelação gráfica. In Revista Portuguesa de História. Coimbra: Impactum, Coimbra University Press.

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: Não encontrado

Processo de Arqueologia: Não existe

Nº de Referências Bibliográfica Introduzidas: 4

12.3 - Ficha actualizada referente ao “Complexo Arqueológico de Olelas”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Complexo Arqueológico de Olelas

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: Olelas

Localidade: Sintra

Freguesia: Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Portaria n.º 208/2013, DR, 2.ª série, n.º 71, de 11-04-2013

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

O arqueossítio designado por “Complexo arqueológico de Olelas” encontra-se a descoberto em meio rural nas freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.

O local apresenta uma longa ocupação temporal do espaço, sendo que as unidades estratigráficas identificadas junto ao substrato geológico indicam uma primeira ocupação do Neolítico Final, não existindo estruturas identificadas desta ocupação inicial, sendo imediatamente sobreposta por uma unidade estratigráfica Calcolítica. As estruturas que se podem observar no local são constituídas por alguns troços de muralhas que ligam dois torreões de planta circular e uma “semitorre” adossada às muralhas nos lados oeste e sul, compondo assim um complexo sistema defensivo de configuração quadrangular e complementado pelas duas falésias rochosas existentes no local nos lados norte e este. A área envolvida por estas estruturas é muito reduzida, sendo difícil conceber a instalação de uma comunidade dentro da área muralhada, no entanto muito material arqueológico foi identificado fora do perímetro das muralhas, o que pode indicar que o perímetro das muralhas é maior do que se conhece.

Este povoado estaria inserido no contexto das comunidades desenvolvidas no Ocidente Peninsular entre o quarto e terceiro milénio a. C., fazendo parte de uma rede alargada de pequenos povoados localizados em altura e com alguma monumentalidade ausente noutros tipos de povoados. O povoado de Olelas apresenta uma realidade comum a outros povoados semelhantes a este, como por exemplo Vila Nova de São Pedro: o seu abandono ainda em pleno Calcolítico, embora se desconheçam as causas para este abandono.

Quando ao espólio exumado durante as escavações, destaca-se um *ídolo de cornos*, característico deste horizonte cultural da Península de Lisboa, encontrado no interior da “semitorre” e na unidade estratigráfica Calcolítica. Para além deste artefacto, foi também recolhida cerâmica incisa e impressa, associada a vasos de bordo denteado e a taças carenadas, contas, vasos e calcário e fragmentos de cerâmica não decorada.

3.2 Nota história:

O Complexo Arqueológico de Olelas foi referido pela primeira vez em 1878 por Carlos Ribeiro, tendo apenas sido alvo de intervenção arqueológica pela primeira vez nos anos cinquenta por Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente, que identificaram as estruturas que encontraram, os dois torreões circulares, como monumentos sepulcrais.

O arqueossítio volta a ser escavado nos finais da década de oitenta e inícios da década de noventa (entre 1988 e 1992) por João Ludgero Marques, que colocou a descoberto alguns troços de muralha que uniam as duas estruturas circulares, e uma semitorre oca adossada à muralha, obrigando a uma revisão da análise anterior de que se tratava de uma estrutura funerária. Foi também com a realização desta escavação que se pode estabelecer uma periodização mais precisa para o povoado, entre o 4º e o 3º milénio, através de datações por Carbono 14 em ossos exumados na escavação.

4. BIBLIOGRAFIA NOVA:

ARNAUD, José Eduardo Morais, JORGE, Vítor de Oliveira e OLIVEIRA, Vasco Salgado de (1971) - *O povoado fortificado neo e eneolítico do Penedo de Lexim (Mafra). Campanha preliminar de escavações 1970.* In *O Arqueólogo Português*. Lisboa; FERREIRA, Octávio da Veiga (1973) - *Antecedentes pré-históricos dos Castros da Idade do Ferro: os castros da Idade do Cobre em Portugal.* In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto; GONÇALVES, João Ludgero Marques (1990) - *Olelas e Pragança: duas fortificações calcolíticas da Estremadura.* In *O arqueólogo português* 4ª Série: 8, Lisboa; GONÇALVES, João Ludgero Marques (1997) - *O povoado de Olelas (Sintra): breve notícia sobre materiais e datações.* In *Setúbal Arqueológica*, 11. Setúbal; OLIVEIRA, Augusto de Melo (1933) - *Estação pré-histórica de Olelas: elementos para o seu estudo.* Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Lisboa; SERRÃO, Eduardo da Cunha e VICENTE, Eduardo Prescott (1958) - *O castro eneolítico de Olelas: os monumentos n.º 1 e n.º 2: resultados das escavações realizadas durante as segundas "Jornadas Arqueológicas da Câmara Municipal de Sintra".* In *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa; SERRÃO, Eduardo da Cunha e VICENTE, Eduardo Prescott (1959) - *Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas: métodos empregados.* In *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa; SOUSA, Ana Catarina (1998) - *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros.* In *Trabalhos de Arqueologia*, 11. Lisboa; SOUSA, Ana Catarina (2003) - *Natureza e transformação: o Penedo do Lexim e*

outros casos do Calcolítico estremenho. In Recintos murados da Pré-História Recente. Porto: Faculdade de Letras; SOUSA, Ana Catarina (2010). O penedo do Lexim e a sequência do neolítico final e calcolítico da península de Lisboa. Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa;

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: Não encontrado

Processo de Arqueologia: 1835

Nº de Referências Bibliográficas introduzidas: 10

12.4 - Ficha actualizada referente ao “Complexo Arqueológico de Colaride”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Sítio Arqueológico de Colaride

1.3. Outras Designações: Estação Romana de Colaride

1.4. Local/Endereço: Alto de Colaride

Localidade: Sintra

Freguesia: Agualva e Mira-Sintra

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Protecção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Anúncio n.º 13572/2012, DR, 2.ª série, n.º 200, de 16-10-2012

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

O arqueossítio denominado “Sítio Arqueológico de Colaride” ocupa uma área consideravelmente extensa ao longo de uma plataforma localizada no esporão sobranceiro à ribeira dos Ossos, beneficiando assim de uma excelente visibilidade sobre a paisagem envolvente. O sítio encontra-se a Oeste do Monte Abraão, sendo circundado a Nordeste pela Gruta Natural de Colaride e a Sudoeste pelo moinho velho de Rocanes.

No local foi identificada uma estação arqueológica que apresenta uma reutilização do espaço, com a primeira ocupação datada do Paleolítico Médio, tendo sido exumados, vários instrumentos de sílex de quatro oficinas de talhe diferentes, utilizando matéria-prima proveniente da região. Alguns objectos em bronze encontrados na área apontam para uma ocupação Proto-Histórica, apesar de não serem conhecidas estruturas deste período. O sítio foi ocupado mais tarde em período romano, entre os séculos I e III, tendo sido encontrados vestígios de uma necrópole associada a um aglomerado habitacional do mesmo período. Ainda do período romano foi também identificada uma pedreira explorada a céu aberto, que se encontra numa área mais elevada relativamente ao que se pensa ser o núcleo de habitat, e que poderia estar ligada à necessidade de matéria-prima para a construção dos edifícios.

Em termos de espólio arqueológico aqui exumado durante as várias intervenções, destacam-se os artefactos Pré-Históricos em sílex, um molde de fundição de foices da Idade do Bronze, pesos de tear, diversos fragmentos de cerâmica de período romano (nomeadamente *terra sigillata*), material de construção, como *tegulae* e *imbrices* e vestígios de argamassa (*opus signinum*) e ainda um anel em bronze. Os artefactos recolhidos durante as escavações encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e no Museu Nacional de Arqueologia.

3.2 Nota história:

A identificação desta estação arqueológica encontra-se integrada no movimento generalizado de emergência dos estudos arqueológicos verificado no continente europeu, e numa altura em que se aproximava um dos eventos que mais promoveria a Arqueologia em Portugal na altura, a IX sessão do *Congresso Internacional de Anthropologia e Archeologia Pre-histórica* (CIAPP), realizada em Lisboa em 1880.

A investigação deste arqueossítio ter-se-á iniciado na segunda metade dos anos oitenta do século XIX, mas as primeiras notícias relativas a este foram reportadas pelo engenheiro militar e geólogo Carlos Ribeiro (1813-1882), então ao serviço da *Comissão Geológica de Portugal*, tutelada pelo *Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria*. Carlos Ribeiro, na altura mais atento aos artefactos pré-históricos, registou a presença no local de diversos instrumentos feitos em sílex, identificando, por conseguinte, uma estação paleolítica.

Em 1898 inicia-se uma nova etapa na investigação do sítio, devido à execução de alguns trabalhos agrícolas, que colocaram a descoberto vestígios de uma necrópole romana, a par da entrada de uma gruta natural existente perto do local, ambas prospectadas por naturalistas britânicos e por José Leite de Vasconcellos (1858-1941). Em conjunto, estas intervenções suscitaram o interesse generalizado da comunidade científica nacional, motivando, em 1915, a deslocação do geólogo Paul Choffat (1849-1919) ao sítio, onde recolheu alguns artefactos proto-históricos e romanos.

Embora regularmente visitado por especialistas e curiosos ao longo de novecentos, um melhor conhecimento da área ocorreu apenas nos anos setenta do século XX, com a identificação de material de construção romano que aponta para a existência de um aglomerado habitacional. Trabalhos executados para a instalação de uma rede de gás natural na região, já na década de noventa, permitiram identificar uma pedreira romana e respectivo telheiro para tratamento da matéria-prima.

4. BIBLIOGRAFIA

MORGADO, Alexandre (1967) – *A gruta de Colaride*. In *Jornal de Sintra*. Sintra; REAL, Fernando (1997) - *A mineração romana: exploração de minerais não metálicos*. In *Portugal Romano: A Eploração dos Recursos Naturais*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia; S/A (1997) – *Colaride: Paisagem e Memória*. Associação Olho Vivo. Queluz; S/A (1968) – *Uma Gruta em Colaride*. In *O Arqueólogo Português*, 3ª Série. Lisboa; S/E (1983) – *Caçadores-Recolectores do Paleolítico: os primeiros habitantes de Aqualva-Cacém*. In *Aqua Alba*. Cacém; VARGAS, José Manuel (1984) – *A Gruta de Colaride*. In *Aqua Alba*. Cacém;

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: CS13560 - Consultado

Processo de Arqueologia: S-12074 - Consultado

Nº de Referências Bibliográficas Introduzidas: 6

12.5 - Ficha actualizada referente ao “Monumento Megalítico de Pego Longo”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Monumento megalítico do Pego Longo

1.3. Outras Designações: Monumento megalítico de D. Maria; Monumento megalítico da Serra das Camélias ou Camelas; Galeria de Carenque

1.4. Local/Endereço: Bairro do Pego Longo, Pedreira de Santa Luzia

Localidade: Sintra

Freguesia: Queluz e Belas

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Protecção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Publico Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

O Monumento Megalítico de Pego Longo encontra-se em contexto rural, próximo da pedreira do Bairro do Pego Longo e a menos de um quilómetro de outro testemunho megalítico, a Anta de Monte Abraão, na cumeada do maciço calcário que separa o Vale da Ribeira de Castanheira e o Vale da Ribeira de Carenque.

Este monumento megalítico é parcialmente escavado na rocha configurando uma espécie de câmara rectangular, com cinco metros e dez de comprimento, por dois metros e quarenta de largura máxima e um metro e cinquenta de largura mínima, não ultrapassando o metro e meio de altura. Da estrutura restam somente algumas lajes originais que formavam as paredes, uma vez que as que compunham o tecto foram removidas no início dos anos noventa (1991) pelo proprietário do terreno, alegando motivos de segurança, dada a frequência de crianças no local. Mais tarde as lajes retiradas foram colocadas dentro da galeria pelo proprietário, tendo sido identificadas por arqueólogos numa acção de prospecção em 2004.

Trata-se assim, de uma, estrutura com aspecto de galeria coberta que, segundo Eduardo da Cunha Serrão, foge aos tipos clássicos. No entanto a sua configuração permitirá inseri-la no grupo dos sepulcros destinados a inumações colectivas, designados por *grutas artificiais* ou *hipogeus*, presentes nas penínsulas de Lisboa e Setúbal durante o Neolítico Final e com larga utilização em pleno Calcolítico, sendo genericamente atribuídos ao Calcolítico Inicial (entre cerca de 2700/2500 a. C., e cerca de 2300 a. C.).

Relativamente ao espólio recolhido durante as escavações arqueológicas realizadas no local, ele é pouco significativo, tendo-se encontrado algumas lascas de sílex na primeira intervenção realizada. Os materiais encontram-se depositados no Museu Geológico de Lisboa, no entanto não foi possível estabelecer uma cronologia precisa para esta estrutura a partir destes achados. Foi também exumado, numa intervenção mais recente, um conjunto de cerâmicas de períodos posteriores e ainda um pequeno fragmento de ardósia que se considera ter pertencido a um “ídolo de placa” neolítico.

3.2 Nota história:

Identificado e parcialmente escavado pela primeira vez por Carlos Ribeiro no último quartel do século XIX sob a *Comissão Geológica*, no âmbito do *Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria*, o Monumento Megalítico do Pego Longo só volta a ser intervencionado nos anos cinquenta por Octávio

Reinaldo da Veiga Ferreira e Vera Leisner, o que permitiu ficar a conhecer melhor a estrutura através das medidas meticulosas retiradas durante a escavação antes do local ter sido parcialmente destruído décadas mais tarde.

É apenas no início dos anos oitenta que este monumento é escavado de forma mais profunda por Eduardo da Cunha Serrão, a pedido da Câmara Municipal de Sintra, tendo sido identificados alguns níveis de lixeira no interior da galeria, com cerâmicas de eras históricas e proto-históricas, mas sem quaisquer particularidades que permitisse definir uma cronologia segura dos materiais e do uso do sítio.

Após destruição parcial do monumento em 1991, o antigo IPPC (Instituto Português do Património Cultural) promoveu, em 1995, uma acção de limpeza do local e do terreno envolvente, em conjunto com a Associação Olho Vivo. O arqueossítio só volta a ser intervencionado quase dez anos depois, em 2004, por João Carlos Caninas, onde foi possível identificar que as três lajes que funcionavam como tampa e que tinham sido retiradas nos anos noventa pelo proprietário do terreno, se encontravam colocadas no interior do monumento.

4. BIBLIOGRAFIA

BOAVENTURA, Rui Jorge Narciso (2009) – *As Antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; SEBASTIÃO, Luís Filipe (1991) – *Destruição do monumento de Pego Longo: Anta foi deitada abaixo... antes que caísse*. In Público de Sexta-Feira, 12 de Abril; SERRÃO, Eduardo da Cunha (1983) – *Trabalhos de Campo: distrito de Lisboa: Sintra: monumento megalítico do Pego Longo*. In Informação Arqueológica. Lisboa Ministério da Cultura; SOUSA, Ana Catarina (1998) – *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros: Sítios de habitat e espaços do sagrado*. In *Trabalhos de Arqueologia*, vol 11. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: CS15109 - Consultado

Processo de Arqueologia: S-3518 - Consultado

Nº de Referências Bibliográfica Introduzidas: 4

12.6 - Ficha actualizada referente ao “Conjunto Megalítico da Barreira”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Conjunto Megalítico de Barreira

1.3. Outras Designações: Menires da Barreira

1.4. Local/Endereço: EN247, Sintra-Ericeira, Barreira

Localidade: Sintra

Freguesia: São João das Lampas e Terrugem

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Protecção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Publico Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto nº 45/93, DR, I Série-B, nº 280, de 30-11-1993

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

O arqueossítio conhecido por “Conjunto Megalítico de Barreira” localiza-se numa pequena colina, na penedia da Barreira, sobranceira à villa romana de Odrinhas, a uma cota de cento e cinquenta e três metros,

encoberto por arbustos e arvoredos, num terreno parcialmente abandonado, sendo no entanto visível a partir da estrada que liga Sintra e Ericeira.

No local é possível ver um cromeleque disposto por quase toda a área da penedia da Barreira, sendo hoje composto por cerca de vinte menires e outros monólitos, de várias formas mas maioritariamente cilíndricos e prismáticos, com topos planos, arredondados ou ogivais. Os menires apresentam alturas variadas, tendo o mais alto aproximadamente quatro metros, sendo também possível ver que a altura vai diminuindo à medida que se vão distanciando do menir central. Estes megálitos encontram-se dispostos de forma irregular pelo terreno, com os maiores menires colocados na zona mais alta, formando, em alguns casos alinhamentos retilíneos, com distâncias relativamente pequenas entre eles. Nos menires não se detetam quaisquer símbolos esculpidos ou pintados, à exceção de alguns pares de cavidades hemisféricas iguais, em posição horizontal, possivelmente representando olhos.

Neste sítio arqueológico foi encontrada uma pequena quantidade de espólio, que corresponde a vários períodos cronológicos, como pequenas lascas de sílex do paleolítico inferior, fragmentos de cerâmica lisa com decorações dentadas e incisadas, elementos de foices denteadas, raspadores e um furador, todos feitos em sílex, do neolítico, e ainda fragmentos de cerâmica da idade do ferro. No entanto, nenhuns destes materiais arqueológicos foram encontrados próximos dos maiores menires do cromeleque, tendo sido exumados sobretudo no lado ocidental da penedia.

3.2 Nota história:

O sítio “Conjunto Megalítico da Barreira” foi identificado apenas em 1961 por Gil Estevam Miguéis Andrade e Eduardo Prescott Vicente. Estes investigadores procederam os estudos anos seguintes permitindo obter grande parte do conhecimento que hoje dispomos sobre o local. Neste âmbito foi efectuada uma descrição pormenorizada deste e dos menires que compunham o conjunto da Barreira na altura, uma vez que entretanto o local sofreu algumas intervenções negativas devido à acção humana.

De facto em 1975 quando alguns monólitos foram removidos do sítio para serem utilizados no Porto da Ericeira. Cerca de dez anos depois, em 1985 foram retirados mais três menires por um dos proprietários do terreno, incluindo um dos maiores e mais importantes uma vez se tratar do monólito central, que compunham o cromeleque, tendo estes sido vendidos a um emigrante que os colocou no jardim de sua casa.

4. BIBLIOGRAFIA

CUNHA, José Rui (1985) - *Três Menires num Quintal*. In Diário Popular. Sintra; MARTINS, Adolfo Silveira e MORGADINHO, Sara Manuel (1989) - *O complexo Megalítico da Barreira e do Funchal*. In Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu; SOUSA, Ana Catarina (1998) - *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. In Trabalhos de Arqueologia, vol. 11. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia; SOUSA, Ana Catarina (1998) - *Sítios de habitat e espaços do sagrado*. In Trbalhos de Arqueologia, vol. 11. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: 17095 – Consultado

Processo de Arqueologia: Não existe

Nº de Referências Bibliograficas Introduzidas: 4

9.7 - Ficha actualizada referente à “Villa Romana de Santo André de Almoçageme”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Villa Romana de Santo André de Almoçageme

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: Estrada do Rodízio, Almoçageme

Localidade: Sintra

Freguesia: Colares

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto nº 67/97, DR, I Série-B, nº 301 de 31-12-1997

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

A Villa Romana de Santo André de Almoçageme localiza-se próxima da estrada que liga Almoçageme ao Rodízio (Praia Grande) e seria a villa romana mais ocidental do Império Romano.

No local foi identificada parte de uma estrutura habitacional de grandes dimensões, ocupada entre os séculos III e V, composta pela pars rustica e a pars urbana. Desta habitação foram colocados a descoberto nove compartimentos de forma predominantemente rectangular, cinco deles com vestígios de pavimento e mosaicos policromo com motivos geométricos, e outros dois com pavimento em opus singninum. O aparelho irregular dos muros que compõem as paredes das estruturas exumadas é constituído por cantaria de calcário da região com uma altura máxima até quarenta centímetros. Das nove salas identificadas apenas foi possível compreender a função de duas: uma divisão de maiores dimensões que corresponderia ao triclinium (sala de jantar formal) da casa senhorial e uma outra de menores dimensões que equivaleria a uma área de armazenamento, situação atestada pela presença de um silo aberto no piso de terra.

Para além dos compartimentos que compunham a área habitacional, foram também identificados dois tanques de funcionalidade indeterminada construídos em argamassa, um dos quais de planta rectangular e outro de menores dimensões e de planta irregular. No mesmo perímetro da escavação foi encontrado um forno de tijolo de estrutura circular com quatro metros de diâmetro, que teria sido para uso exclusivo da villa, e ainda uma sepultura de inumação infantil que fará parte de uma possível necrópole tardo-romana que terá reaproveitado o espaço.

O espólio exumado no local é constituído por materiais de construção, como imbrices e tegulae, tessellae soltas e fragmentos cerâmicos, sobretudo parte de contentores de armazenamento e um grande conjunto de

terra sigillata, principalmente *Sigillata* Hispânica Tardia e *Sigillata* Africana. Parte do espólio encontra-se depositado no Museu Regional de Sintra, estando algumas peças em exibição.

3.2 Nota histórica:

A *Villa* Romana de Santo André de Almoçageme só foi verdadeiramente identificada na década de oitenta do século XX, no entanto é possível que alguns vestígios encontrados ao longo de séculos anteriores nas proximidades proviessem deste arqueossítio. É o caso, por exemplo, de uma inscrição funerária encontrada no século XVII fora de contexto.

Igualmente no início de novecentos foi descoberto no local parte de um mosaico policromo associado a algum espólio cerâmico na sequência de trabalhos agrícolas realizados no terreno.

Finalmente, entre 1985 e 1993 são efectuadas no local escavações aprofundadas que permitem identificar os diversos elementos estruturais que compõem este arqueossítio, como a área habitacional da *villa*, o forno e os tanques. Desde 2007 uma equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas tem vindo a desenvolver um programa de recuperação e valorização do sítio, e a escavação de alguns contextos já identificados. Ainda se incoui a desmatação da área no sentido de tornar visíveis não só as estruturas como os mosaicos bem como a realização de trabalhos de conservação e restauro destes.

Em 2011, no âmbito da construção de um edifício nas imediações que poderia afectar a estação arqueológica, a área é alvo de acções de sondagem no terreno, não tendo sido indentificados quaisquer contextos arqueológicos.

4. BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Pedro de (1905) – *Notícias Várias: 1. Mosaico achado em Colares; 2. A Sepultura do Alfrageme de Santarém; 3. Ruínas e edifícios em Almoçageme; 4. Testamento do Conde de S. Miguel; 5. O arquivo notarial de Vimeiro.* In *O Arqueólogo Português*, vol. 10 nº 3-5. Lisboa; Lisboa; SOUSA, Élvio Melim de (1992) – *Ruínas romanas de St.º André de Almoçageme: incidência da "Terra sigillata" no contexto arqueológico de uma villa áulica dos agrilisiponenses: o caso do "Terreno A" das ruínas romanas de Stº André de Almoçageme (freg. de Colares, conc. de Sintra).* In *Actas do Seminário "O espaço rural na Lusitânia.* Tomar; SOUSA, Élvio Melim de (1992) – *Terra Sigillata Hispânica tardia da Villa de Santo André de Almoçageme (Colares, Sintra).* In *Artefactos*, vol 1; SOUSA, Élvio Melim de (1992) – *Presença de Terra Sigillata Clara com decoração de relevos aplicados na Villa Romana de Santo André de Almoçageme*

(Freg. De Colares, Conc. De Sintra). In Setúbal Arqueológica. Setúbal; SOUSA, Élvio Melim de (1986) – Notícia sobre a villa romana de Sto. André de Almoçageme. In Jornal de Sintra. De 18 de Julho de 1989; SOUSA, Élvio Melim de (1988) – Da 3ª campanha de escavações da villa romana de Santo André de Almoçageme (Julho-Novembro de 1987). In Jornal de Sintra. De 18 de Março de 1987; SOUSA, Élvio Melim de (1988) – Da 2ª campanha de escavações da villa romana de Santo André de Almoçageme (Março-Outubro de 1986). In Jornal de Sintra. De 03 de Abril de 1987

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: Não encontrado

Processo de Arqueologia: S-3249

Nº de Referências Bibliográficas Introduzidas: 7

12.8 - Ficha actualizada referente à “Anta de Agualva”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Anta de Agualva

1.3. Outras Designações: Anta do Carrascal

1.4. Local/Endereço: Quinta do Carrascal, Estrada Cacém-Agualva

Localidade: Sintra

Freguesia: Algalva e Mira-Sintra

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto de 16-06-1910, DG, nº 136, de 23-06-1910

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

A Anta de Agualva encontra-se implantada numa pequena elevação, em contexto urbano próximo do Bairro da Anta na freguesia de Agualva e Mira-Sintra, no meio de um amplo terreno ajardinado.

A sua estrutura é composta por sete esteios verticais originais ainda *in situ* embora bastante fragmentados, sendo que estas lajes compõem uma câmara poligonal diferenciada da zona de corredor composta por três esteios. A pequena elevação em que foi erguida pode denunciar a existência da antiga mamoa que compunha o monumento funerário, no entanto, apenas escavações arqueológicas poderão vir a confirmar esta realidade. Foi também identificado uma enorme laje, fragmentada em três partes, que se supõe tratar do chapéu da câmara. Esta anta insere-se no agrupamento dos monumentos megalíticos de falsa cúpula, de tipo *tholos*, característicos do Calcolítico Inicial (entre cerca de 2700 e 2300 a. C) mas originários do Neolítico Final (entre cerca de 4000 e 2700 a. C).

No local foram encontrados vários fragmentos de ossos humanos que, através de estudos realizados posteriormente permitiram identificar um mínimo de 10 indivíduos de diferentes faixas etárias. (BOAVENTURA, 2009, pág. 295)

A cronologia atribuída a esta estrutura é confirmada pelo espólio recolhido no sítio, constituído por recipientes cerâmicos campaniformes, fragmentos de instrumentos executados em sílex, a par de ossos humanos. O espólio encontra-se hoje depositado no Museu Geológico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).

3.2 Nota histórica:

A Anta de Aqualva foi identificada pela primeira vez em 1875 pelo engenheiro militar e geólogo Carlos Ribeiro que procedeu a uma escavação inicial do sítio tal como em outras estações pré-históricas que identificou. Nesta escavação foi exumado a maior parte do espólio proveniente do local, principalmente o importante conjunto cerâmico que permitiu confirmar a cronologia atribuída ao monumento.

Cerca de setenta anos mais tarde, em 1944, Georg e Vera Leisner elaboram uma nova planta do monumento e registam uma realidade semelhante à dos finais do século XIX.

Em 1958 o sítio é escavado por Veiga Ferreira, que publica um estudo em que coloca a hipótese de não se tratar efectivamente de uma anta, mas sim de uma simples estrutura tumular. (FERREIRA, 1959, pág 220).

Ao longo das décadas seguintes o local ficou ao abandono, sofrendo uma pressão urbanística cada vez maior, com quintais de vivendas a invadir a zona de protecção do monumento, para além da vegetação que tudo cobre se não for cortada.

Em 1994 é realizada, por parte do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, uma acção de limpeza da área e registo das estruturas no sentido de travar a deterioração estrutural do monumento, principalmente no que diz respeito a alguns dos esteios que apresentavam uma ligeira inflexão para o interior.

Em 2004 é inaugurado o jardim da Anta, sendo o monumento integrado neste jardim em 2007, depois de se terem procedido a trabalhos de conservação, restauro e musealização, por iniciativa dos serviços da Câmara de Sintra. No entanto estes não se vieram a realizar, aguardando-se uma acção de salvaguarda e valorização.

4. BIBLIOGRAFIA

BOAVENTURA, Rui Jorge Narciso (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; BOAVENTURA, Rui Jorge Narciso, SILVA, Ana Maria, FERREIRA, Maria Teresa (2016) – *Perscrutando espólios antigos: o espólio antropológico do tholos de Aqualva*. In Terra e Água. Lisboa: Centro de arqueologia da Universidade de Lisboa; FERREIRA, Octávio da Veiga (1953) – *O monumento pré-histórico de Aqualva (Cacém)*. In Zephyrus, vol. 4; FERREIRA, Octávio da Veiga (1959) – *Inventário dos Monumentos Megalíticos dos Arregores de Lisboa*. In Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa; GONÇALVES, J. L. M. (1979) – *Os povoados Neo e Calcolíticos da Península de Lisboa*. In Boltim Cultural, 3ª série, vol 85. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa; RIBEIRO, Carlos (1880) – *Estudos pré-históricos em Portugal. Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos: II Monumentos da vizinhança de Belas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias;

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: Não encontrado

Processo de Arqueologia: S-4295

Nº de Referências Bibliográficas Introduzidas: 6

12.9 - Ficha actualizada referente à “Anta de Adrenunes”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Anta de Adrenunes

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: E. M. Azóia – Capuchos, Adrenunes

Localidade: Sintra

Freguesia: Colares

Concelho: Sintra

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Publico Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto de 16-06-1910, dg, Nº 136, DE 23-06-1910

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

A designada “Anta de Adrenunes” encontra-se num dos mais elevados picos da Serra de Sintra, envolta por vegetação que dificulta o seu acesso. É uma formação rochosa natural, erroneamente designada de “Anta”. Este local é composto por um aglomerado de pequenos penedos, entre os quais se abre, no lado poente, uma estreita galeria com cerca de cinco metros de altura, que estreita ainda mais para o interior, onde pedras de grandes dimensões amontoadas impedem qualquer passagem. Do lado oposto, o conjunto é formado pela aglomeração desordenada de pedras com formas e dimensões várias. Esta galeria é encimada por longos monólitos maciços que se atravessam horizontalmente por cima dos que se encontram na vertical. Em torno da estrutura central jazem outros rochedos fragmentados, que desmoronaram do núcleo granítico.

No lado poente, onde se abre a pequena galeria já mencionada, onde se considera poderem ter sido realizado vários enterramentos, formando uma necrópole colectiva, no entanto não são conhecidos quaisquer artefactos que provem esta suposição.

O local não apresenta adaptação humana para a realização de enterros, o que fez com que alguns investigadores considerassem a designação de “Anta” incorrecta. Arqueólogos como Félix Alves Pereira e Paulino Montez, foram alguns dos que, nos anos 40 e 50, questionaram a designação atribuída ao local. Mais recentemente, alguns arqueólogos continuam a considerar a designação do sítio questionável, afirmando ser um monumento “híbrido, que conjuga elementos naturais graníticos com alguns elementos arquitectónicos” (COELHO, 1998, pág. 136).

O facto de não ser conhecido espólio proveniente do local, poderá relacionar-se com a falta de estudos sobre o sítio desde a sua descoberta no século XIX.

3.2 Nota histórica:

A “Anta de Adrenunes” foi identificada pela primeira vez como sítio arqueológico em 1867 por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, fundador da então *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, numa das suas primeiras incursões pelos arredores de Lisboa, em busca de um maior entendimento sobre o megalitismo nacional. Embora a escavação que realizou não ter revelado quaisquer artefactos corroboradores da utilização funerária da estrutura, apresentou os resultados da sua investigação numa das sessões do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica em 1871 na

cidade de Bolonha, onde atribuiu o monumento à “Idade da Pedra”, descrevendo-o como um monumento funerário megalítico.

Apesar de ter sido classificada em 1910, com o nome de “Anta de Adrenunes”, acabou por suscitar junto de vários investigadores, algumas dúvidas em relação à sua natureza antrópica, levando a que alguns arqueólogos questionassem a sua tipologia e designação, principalmente durante as décadas de 40 e 50.

4. BIBLIOGRAFIA

BOAVENTURA, Rui Jorge Narciso (2009) – *As Antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa; SOUSA, Ana Catarina (1998) – *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros: Sítios de habitat e espaços do sagrado*. In *Trabalhos de Arqueologia*, vol 11. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: Não encontrado

Processo de Arqueologia: Não existe

Nº de Referências Bibliográficas Introduzidas: 2

12.10 - Ficha actualizada referente à “Villa Romana de Outeiro de Polima”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Villa Romana de Outeiro de Polima

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: Outeiro de Polima

Localidade: Cascais

Freguesia: São Domingos de Rana

Concelho: Cascais

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto nº 5/2002, DR, I Série-B, nº 42, de 19-02-2002

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

Situada no topo de uma pequena elevação de encostas suaves, junto à povoação de Outeiro de Polima e estendendo-se até à zona de Cabeço do Mouro, a villa romana que adquiriu o mesmo nome da localidade, encontra-se parcialmente coberta por um prédio rustico. Este sítio será eventualmente uma continuação da Villa Romana da Freiria, que se situa bastante próxima deste.

Esta estação arqueológica, apesar de escavações aí realizadas não terem identificado nenhuma estrutura, à excepção de um pavimento revestido a *opus signinum* e uma sepultura, todavia o tipo de espólio recolhido, principalmente a elevada quantidade de material de construção romano, apontam para a existência de uma villa. Foram identificados vários materiais de época romana, principalmente inúmeros fragmentos de materiais de construção, como *imbrices*, *tegulae*, fragmentos de estuque e tijolos de quadrante para colunas, para além fragmentos de ânforas, cerâmica comum e terra sigillata. Estes artefactos encontram-se depositados no Museu dos Condes de Castro Guimarães em Cascais.

Para além destes materiais, no local foi exumado um vasto espólio arqueológico, como instrumentos em sílex, pesos de tear e cerâmicas carenadas, que pareciam apontar para uma ocupação do sítio desde o Paleolítico até à Idade Média, no entanto, a realização de um estudo posterior sugere que a presença destes

materiais se deve aos de escorrimentos de terras gerados pelos múltiplos trabalhos agrícolas efectuados perto da estação arqueológica ao longo dos tempos.

3.2 Nota história:

A estação foi mencionada pela primeira vez por Virgílio Correia em 1913, que identificou no local uma sepultura de período romano, e alguns materiais romanos.

Em 1973 o arqueólogo Guilherme Cardoso localiza novamente a estação, numa tentativa de identificar mais alguma sepultura no local. Nesta intervenção é recolhida uma elevada quantidade de materiais de época romana, e, em 1999, inicia-se uma escavação arqueológica no local, em conjunto com José d'Encarnação, com o objectivo de ficar a conhecer melhor o sítio, não sendo identificadas quaisquer estruturas ou sepulturas na área intervencionada, à excepção de um pavimento observado num corte estratigráfico, e mais espólio de época romana.

Entre 2003 e 2005 são realizadas acções de acompanhamento no terreno devido à construção de estruturas próximas do local e estas também não identificam qualquer estrutura, tendo apenas contribuído para delimitar com maior precisão a amplitude da estação arqueológica através da presença de materiais nas diferentes sondagens abertas.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: CS-12277 – Consultado

Processo de Arqueologia: C-670 – Consultado

Nº de Referências Bibliográficas Introduzidas: 0

12.11 - Ficha actualizada referente à “Villa Romana de Miroiços”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Villa Romana de Miroiços

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: Alto do Barril, Malveira da Serra

Localidade: Cascais

Freguesia: Alcabideche

Concelho: Cascais

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19-02-2002

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

O arqueossítio conhecido por “Villa Romana de Miroiços”, cuja extensão completa é desconhecida, situa-se numa colina sobranceira às dunas do Guincho, junto ao Alto do Barril, no meio dos pinhais que se estendem para norte da povoação da Areia. Actualmente este sítio encontra-se tapado, aguardando uma futura musealização.

No local foi identificado um conjunto termal, utilizado entre o século II e V, sendo esta estrutura constituída por um tanque, que terá servido como piscina (*natatio*); três salas com vestígios das arcarias (*suspensurae*) do piso inferior (*hipocaustum*); a sala das fornalhas (*praefurnium*) muito destruída, é situada no lado sul; a sala de banhos quentes (*caldarium*) no lado poente e os banhos mornos (*tepidarium*) a norte. Em todo o conjunto identificado, nota-se apenas a ausência da sala de banhos frios (*frigidarium*) e os vestuários (*apodyterium*). Verificou-se ainda a ausência de outras estruturas que habitualmente compunham uma villa romana como a parte de habitação senhorial, a casa agrícola ou o cemitério, dificultando a compreensão da existência das termas neste local. Arqueólogos responsáveis pela investigação deste complexo acreditam que os sucessivos amanhos do terreno efectuados ao longo dos séculos possam ter sido a causa da destruição de parte das estruturas. (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1995, pág 27)

200 Metros para nordeste das termas romanas, num pequeno socalco a meio da encosta, dominando todo o espaço envolvente para sul, com visibilidade para o mar, foi ainda identificada uma casa da Alta Idade

Media, com dois compartimentos paralelos, de planta rectangular irregular, com apenas uma pequena ligação entre os compartimentos.

Os trabalhos realizados no local revelaram também um variado conjunto de espólio de época romana, como grandes quantidades de material de construção, principalmente *imbrices* e *tegulae*, blocos de pedra talhada, fragmentos de cerâmica comum e terra sigillata clara, e ainda uma conta de vidro azul-escuro. De época medieval destaca-se um espigão de ferro, uma lâmina de pá oval e um ferro de agulhão.

3.2 Nota histórica:

O sítio arqueológico de Miroiços foi identificado pela primeira vez em Maio de 1895, por Leite de Vasconcelos, que na sua primeira deslocação ao terreno detectou uma elevada quantidade de artefactos à superfície, sobretudo de época romana. O investigador considerou tratar-se de uma villa romana através do material que recolheu, apesar de não terem sido identificadas quaisquer estruturas no local.

Nos anos cinquenta do século XX, Afonso do Paço e Fausto de Figueiredo realizaram no local algumas sondagens, das quais não se conhecem os resultados. É apenas nos anos oitenta que o arqueólogo Guilherme Cardoso identifica com precisão a estação arqueológica, em trabalhos de prospecção onde são recolhidos alguns artefactos.

Escavações mais aprofundadas realizaram-se nos anos noventa, entre 1994 e 1996, que permitiram identificar o conjunto termal de época romana, a casa Alto Medieval e grande parte do espólio, que hoje se encontra depositado no Museu dos Condes de Castro Guimarães.

Em 2000, Guilherme Cardoso supervisiona uma acção de acompanhamento arqueológico no local devido a obras próximas do arqueossítio, não tendo sido identificados quaisquer vestígios de estruturas mas apenas alguns materiais encontrados fora de contexto.

4. BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Guilherme (1991) – *Carta Arqueologica do Concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais. Cascais; CARODOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1995) – *A Presença Romana em Cascais – Um Território da Lusitânia Ocidental*. Catálogo da exposição. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa; CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1996) – *Um casal medieval em Miroiços (Malveira da Serra, Alcabideche, Cascais)*. Al-madan. II série, nº 5. Almada; VASCONCELLOS, José Leite

de (1895): Antigualhas das proximidades de Lisboa: Ruínas romanas da Malveira de Cascais. O Archeologo Portuguez. Lisboa

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: CS-15402

Processo de Arqueologia: S-2490

Nº de Referências Bibliograficas Introduzidas: 4

12.12 - Ficha actualizada referente à “Gruta do Poço Velho”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Gruta do Poço Velho

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: Largo das Grutas, Cascais

Localidade: Cascais

Freguesia: Cascais e Estoril

Concelho: Cascais

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Protecção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Publico Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto nº 47 508, DG, I Série, nº 20, de 24-01-1967

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

O arqueossítio Gruta do Poço Velho, localiza-se em contexto urbano, no centro da Vila de Cascais, próximo do jardim “Visconde da Luz”, na base de uma cornija calcária situada na margem direita da Ribeira das Vinhas.

A estação arqueológica é constituída por duas grutas que chegam aos seis metros de altura. Estas são ligadas por um labirinto de galerias freáticas comunicantes entre si, que em alguns pontos possuem apenas uma altura aproximada de sessenta centímetros, sendo o acesso às galerias feito por duas entradas diferentes. As grutas seriam conhecidas desde o Paleolítico Superior, no entanto só terão sido utilizadas como necrópole a partir do Neolítico Final e durante o Calcolítico, tendo sido exumados no local, pelo menos, 115 indivíduos. Nas diversas intervenções realizadas nas grutas foi identificado um considerável número de artefactos que abrange uma diacronia bastante longa, ou seja, desde o Paleolítico Superior à Idade Moderna. Foram exumadas duas peças líticas Soultrenses, sendo estes os objectos mais antigos identificados nas galerias. A maior parte do espólio encontrado reporta-se no entanto ao Neolítico Final e Calcolítico, precisamente ao período durante o qual o sítio foi utilizado como necrópole, sendo de destacar vários exemplares de carácter sagrado ou votivo executados em calcário, como os ídolos cilíndricos, uma representação de uma enxó encabada, fragmentos de uma figuração em crescente lunar, placas de xisto, e alguns elementos de adorno. Foram ainda recolhidos inúmeros testemunhos que revelam a importância da proximidade com o mar, como conchas de vieiras, a par de outros univalves e bivalves, possivelmente decorrentes de eventuais oferendas funerárias.

O diverso espólio recolhido encontra-se depositado no Museu Geológico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia e no Museu dos Condes de Castro Guimarães.

3.2 Nota histórica:

O arqueossítio Gruta do Poço Velho terá sido primeiramente identificado ainda no século XIX, pelo engenheiro e investigador Carlos Ribeiro, que levou a cabo escavações no local em 1879 que lhe permitiram recolher um elevado número de artefactos de diversas épocas.

No ano seguinte, em 1880, as grutas foram objecto de visita por parte dos membros da IX sessão do *Congrés Internacional d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques* (CIAAP). Apesar do grande interesse nas grutas por investigadores estrangeiros e portugueses, no final de oitocentos, alguns investigadores, como José Leite de Vascellos alertam para o estado de degradação do sítio, principalmente no exterior, devido à crescente pressão imobiliária que se fazia sentir na envolvente, sendo registados os primeiros atentados à sua integridade.

Em 1942, Afonso do Paço leva a cabo a segunda grande exploração das grutas, sendo a terceira campanha arqueológica realizada pelo Engenheiro Abreu Nunes poucos anos depois, entre 1946-47. Durante esta escavação é recuperado um importante conjunto de artefactos que confirma uma maior antiguidade da ocupação do sítio. Esta campanha teve ainda como objectivo efectuar a limpeza e instalação de iluminação nas grutas. Posteriormente têm decorrido algumas acções pontuais de limpeza e conservação nas galerias. Ao longo deste século as grutas são mencionadas nas investigações de vários arqueólogos, tanto estrangeiros como portugueses, como por exemplo Félix Alves Pereira, Vergílio Correia, Nils Aberg, Mendes Corrêa, Bosch Gimpera.

Em 2000 é elaborado um estudo prévio para um projecto de musealização das Grutas, no entanto este nunca foi realizado, encontrando-se hoje o sítio aberto ao público mediante reserva prévia junto aos serviços da Câmara Municipal de Cascais.

4. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES-FERREIRA, Nathalie (2005) – *A Antropologia das Grutas do Poço Velho*. In Cascais há 500 anos. Cascais; ANTUNES-FERREIRA, Nathalie (2005) – *Paleobiologia de grupos populacionais do Neolítico Final-Calcolítico do Poço Velho (Cascais)*. In *Trabalhos de Arqueologia*. Instituto Portugues de Arqueologia. Lisboa; CARDOSO, Guilherme (1982) – *Inventário das grutas naturais do concelho de Cascais*. In *Arquivo de Cascais*, vol. 5. Cascais; CARDOSO, Guilherme (1978) – *Grutas do Poço Velho*. In *Jornal da Costa do Sol*, pag 1. Cascais; CARREIRA, Julio Roque (1990) – *As ocupações das Idades do Bronze e do Ferro das grutas do Poço Velho (Cascais)*. In *O Arqueólogo Português*, Ser. 4, Vol. 8. Lisboa; GONÇALVES, Vitor (2008) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. In *Cascais Tempos Antigos*, Vol.3. Cascais; PAÇO, Afonso do (1941) – *As Grutas do Poço Velho ou de Cascais*. In

Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, vol. 22. Lisboa; PEREIRA, Felix Alves (1916) – As grutas de Cascais. In O Archeologo Português, vol 21. Lisboa.

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.



Figura 1 Poço Velho – Entrada Norte [Ana Henriques, 2017]



Figura 2 Poço Velho – Interior – Pormenor de um dos corredores das Galerias Friáticas [Ana Henriques, 2017]



Figura 3 Poço Velho – Interior – Pormenor de um dos corredores das Galerias Friáticas [Ana Henriques, 2017]



Figura 4 Poço Velho – Interior – Pormenor do Interior das grutas [Ana Henriques, 2017]



Figura 5 Poço Velho – Interior – Pormenor do Interior das grutas [Ana Henriques, 2017]



Figura 6 Poço Velho – Interior – Pormenor dos vários corredores que ligam as grutas [Ana Henriques, 2017]



Figura 7 Poço Velho – Interior – Pormenor da parede de uma das grutas [Ana Henriques, 2017]

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: Não encontrado

Processo de Arqueologia: S-642

Nº de Referências Bibliográficas Introduzidas: 8

Elementos Fotográficos Adicionados: 7

12.13 - Ficha actualizada referente à “Villa Romana do Alta da Cidreira”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO,

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Villa Romana do Alto da Cidreira

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: Alto da Cidreira, Carrascal de Alvide

Localidade: Cascais

Freguesia: Alcabideche

Concelho: Cascais

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto nº 26-A/92, DR, I Série-B, nº 126, de 1-06-1992

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

A Villa Romana do Alto da Cidreira localiza-se em contexto urbano, a uma cota relativamente elevada e implantada junto a um marco geodésico. Nas suas imediações encontram-se algumas habitações, estando uma das casas sobre a área arqueológica.

No local foi identificada a *pars rustica* de uma *villa* edificada no século I d. C., composta por três reservatórios, e a *pars urbana* composta por uma *domus* que teria dois andares, com alguns compartimentos pavimentados com mosaicos policromos. Como sucede com outros complexos habitacionais semelhantes, a do Alto da Cidreira também seria dotada de um complexo termal, tendo sido identificado no local as respectivas condutas de água, o *hipocausto*, um tanque semicircular pertencente ao *frigidarium*, bem como o *praefurnium*. Próximo da estrutura habitacional, a alguns metros para sudeste, foram identificadas catorze sepulturas que fariam parte de uma necrópole da mesma época.

Na área intervencionada foram também reconhecidos elementos atribuídos a períodos de ocupação humana anteriores, confirmados pela presença de vestígios de uma cabana do Calcolítico Final. O espaço terá também sido reutilizado ao longo dos séculos subsequentes, como demonstram os cinco silos e a elevada presença de cerâmica de época medieval encontrados nas imediações da estrutura romana.

No que diz respeito ao espólio exumado no local, foram detectados fragmentos de *terra sigilatta*, um considerável número de vestígios de cerâmica comum, tanto de época romana como medieval, inúmeros fragmentos de material de construção de período romano, como *tegulae* e *imbrices*, alfinetes em osso, pesos de tear, botões, uma minimáscara de terracota e alguns numismas em bronze. O espólio encontra-se depositado no Museu dos Condes de Castro Guimarães.

3.2 Nota histórica:

A estação arqueológica do Alto da Cidreira foi identificada pela primeira vez em finais dos anos noventa do século XIX, pelo geólogo Francisco de Paula Oliveira. No ano de 1915, Félix Alves Pereira da Associação dos Arqueólogos Portugueses visitou o local e verificou que o terreno tinha sido afectado por trabalhos agrícolas, no entanto conseguiu identificar algumas estruturas, nomeadamente três tanques, revestidos a *opus signinum*, que acabariam por ser destruídos nos anos sessenta pela construção de uma moradia.

É apenas no final da década de setenta e inícios de oitenta (1977 a 1982), que o arqueossítio é sistematicamente escavado pelos arqueólogos Guilherme Cardoso e José d'Encarnação, que identificam a maior parte das estruturas habitacionais e termas da *villa*, bem como grande parte do espólio.

Nos anos de 2007 e 2008 o local volta a ser intervencionado, desta vez por uma equipa da empresa *Neoépica*, devido à construção de novas moradias próximas do sítio. Esta escavação permitiu ficar a conhecer novas realidades arqueológicas de várias épocas, nomeadamente parte de uma necrópole romana, vestígios do Calcolítico e vários silos Medievais.

Em 2010 a área é alvo de uma acção de salvaguarda, registo e limpeza das estruturas, encontrando-se hoje o local a necessitar de uma intervenção de limpeza e valorização.

4. BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Guilherme, ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Alto da Cidreira*. In Informação Arqueológica, vol. 4. Lisboa; ENCARNAÇÃO, José d' (1973) – *Muitos vestígios arqueológicos de Cascais ainda estão por explorar e correm o risco de se perder*. In Jornal da Costa do Sol de 8-12-1973, pág. 6. Cascais; ENCARNAÇÃO, José d', CARDOSO, Guilherme, NOLEN, Jeannette (1982) – *A Vila Romana do Alto da Cidreira em Cascais*. In Arquivo de Cascais, vol. 4. Cascais; ENCARNAÇÃO, José d' (2002) – *Cascais e os seus cantinhos*. Edições Colibri. Lisboa; PEREIRA, Félix Alves (1917) – *A antiguidade no concelho de Cascais: resenha dos trabalhos realizados em 1915 e 1917*. In A Nossa Terra, vol. 7. Cascais; REBELO,

Paulo, NETO, Nuno, FONTES, Tiago (2007) – Neoépica Lda – Principais Intervenções em 2007. In Al-Madan, II Série, nº15. Almada; REBELO, Paulo, NETO, Nuno, SANTOS, Raquel (2011) – *No tempo dos romanos*. In Escola Aberta do Património. Amadora; REBELO, Paulo, NETO, Nuno, SANTOS, Raquel (2011) – *No tempo da Idade do Bronze*. In Escola Aberta do Património. Amadora; REBELO, Paulo, NETO, Nuno, SANTOS, Raquel, CHAPELAS, Paulo (2011) – *Intervenção Arqueológica no Alto da Cidreira, Cascais: um exemplo de interacção Arqueológica/Autarquias/Promotor*. In Actas do Encontro de Arqueologia e Autarquia. Cascais;

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.



Figura 2 Villa Romana do Alto da Cidreira. Vista Geral de outro ângulo, onde é possível ver o pátio da Domus e a entrada para uma divisão. Ana Henriques, 2017



Figura 3 Alto da Cidreira - Pormenor de resto de cobertura em Opus Signinum numa parede. Ana Henriques, 2017



Figura 4 Alto da Cidreira - Pormenor da entrada para uma divisão ligada ao pátio, parcialmente refeita em época posterior. Ana Henriques, 2017

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: Não encontrado

Processo de Arqueologia: S-1

Nº de Referências Bibliográficas Introduzidas: 9

Elementos Fotográficos Adicionados: 4

12.14 - Ficha actualizada referente às “Ruínas do Teatro Romano”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Ruínas do Teatro Romano

1.3. Outras Designações: Museu do Teatro Romano

1.4. Local/Endereço: Pátio do Aljube, nº5

Localidade: Lisboa

Freguesia: Santa Maria Maior

Concelho: Lisboa

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Publico Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Decreto de Classificação: Decreto n.º 47 984, DG, I Série, n.º 233, de 6-10-1967

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

Sítio arqueológico em contexto urbano, localizado na encosta do Castelo de S. Jorge no centro histórico da cidade de Lisboa, semi-soterrado a cerca de 8 metros de profundidade, apresentado a sua zona mais baixa

melhor conservada por ter sido escavada nos próprios afloramentos da colina e aproveitando o declive natural da mesma.

Construído possivelmente no período do imperador Augusto, nos primeiros anos do século I, todavia da fase inicial de construção do teatro pouco subsiste, sendo que o mais visível que resta desse período de construção são alguns elementos decorativos. Durante a época de Nero, nomeadamente em 57d. C., é inaugurado oficialmente após a repavimentação da *orchestra* e renovação da zona do *proscenium* e do *pulpitum*. Hoje é possível ver a *orchestra*, de planta semicircular, ainda com alguns vestígios do antigo pavimento em mosaico, toda a infra-estrutura do palco, observando-se igualmente em pavimento, o *opus signinum* do *hyposcaenium*, assim como os pilares paralelepípedicos sobre os quais assentavam as tarves de madeira que suportavam o *pulpitum*. Com as obras de remodelação, em 57 d. C., dá-se também a renovação da imagética, ou seja, da decoração com um embelezamento do teatro, mas mantendo a ordem decorativa original jónica, da qual ainda hoje se pode ver algumas colunas, fustes e capiteis.

O teatro começa a ser desmantelado no século IV, durante o período do imperador Constatino sendo aos poucos o que resta da estrutura oculta por infraestruturas e edifícios construídos sobre ele ao longo dos séculos seguintes, como por exemplo a construção de tubagens cerâmicas em época medieval, possivelmente no século XI.

O espólio encontrado nas escavações arqueológicas realizadas no monumento indica uma ocupação do espaço com vários séculos, como materiais do período Romano, Medieval Islâmico, Medieval Cristão e Moderno. Entre o espólio encontrado destaca-se as lucernas, os vários tipos de ânforas, fragmentos de *sigillatas tardias*, loiça de cozinha em cerâmica comum e vidrada, loiça brunida, fragmentos de majólica, azuleijos, vidros e porcelana do século XVIII.

3.2 Nota história:

O Teatro Romano foi descoberto por volta de 1798, quando se procedia à abertura de caboucos um pouco por toda a cidade, no âmbito do projecto de reurbanização de Lisboa após o terramoto de 1755. O arquitecto Francisco Xavier Fabri, ficando ao corrente da descoberta, procedeu às primeiras escavações no local, enquanto ao mesmo tempo efectuou um levantamento gráfico pormenorizado do estado de conservação do Teatro. Este registo tem hoje grande importância, uma vez que mostra partes do monumento ainda quase intactas, como por exemplo o muro do *proscenium*, que, como outras estruturas, foram mais tarde destruídas sendo as suas pedras reaproveitadas para edificações que faziam parte do projecto de reconstrução

da cidade. Alguns destes elementos pétreos foram mesmo utilizados em edificações erguidas sobre a própria estrutura do Teatro, o que fez com que as ruínas do monumento fossem aos poucos desaparecendo .

Os vestígios do Teatro Romano só voltam a ser identificados em 1966, por Fernando de Almeida através da realização de sondagens, tendo Irisalva Moita procedido à escavação nesse mesmo ano, da área entre o *hyposcaenium* e a *imacavea*. Nos anos 80 o local é novamente alvo de escavações arqueológicas por Dias Diogo tendo sido possível colocar a descoberto o que restava das ruínas do Teatro que hoje se encontram musealizadas.

Em 1989, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) criou o Gabinete Técnico do Teatro Romano, tendo como consequência a realização de vários trabalhos arqueológicos que permitiram determinar que a área de ocupação do Teatro seria cerca de 34.60 metros e que a zona situada a uma cota mais baixa se encontraria em melhores condições de conservação. No entanto as escavações são interrompidas durante a década de 90 para a realização de um projecto de valorização e musealização do espaço promovido pela CML finalmente inaugurado em 2001.

4. BIBLIOGRAFIA NOVA

ALARCÃO, Jorge, *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Lisboa, 1980; ALARCÃO, Jorge, *O teatro romano de Lisboa*, In *Actas del Simposio El Teatro en la Hispania Romana*, Badajoz, 1982; ALMEIDA, Fernando de, *Notícia sobre o teatro de Nero, em Lisboa*, In *Lucerna*, Porto, 1966; AMARO, Clementino José Gonçalves, *Arqueologia urbana de Lisboa sua evolução*, In *Almadan*. Almada. 2ª Série, 1922; AZEVEDO, Carlos, FERRÃO, Julieta e GUSMÃO, Adriano, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, 1973; DIAS DIOGO, A.M., *O Teatro Romano de Lisboa: notícia sobre as actuais escavações*, Colégio Oficial de Arquitectos de Murcia, Murcia, 1993; DIAS DIOGO, A. M. e TRINDADE, Laura, *Ânforas e sigillatas tardias (claras, focenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa*, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 1999; DIAS DIOGO, A. M. e SEPÚLVEDA, Eurico de, *As lucernas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa*, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 2000; FERNANDES, Lúcia, *Teatro Romano de Lisboa: novos elementos para a sua história no período medieval*, in *V Jornadas Arqueológicas*, Vol. 1, Lisboa, 1994; FERNANDES, Lúcia, *Teatro Romano de Lisboa: os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica*, in *Al-Madan*, Almada, 2007; FERNANDES, Lúcia e SEPÚLVEDA, Eurico, *Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a Sul do Monumento e o urbanismo de Olisipo*, in *Al-Madan*, Almada, 2012; FERNANDES, Lúcia, *Teatro Romano de Olisipo: a marca do novo poder Romano*,

Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013; HAUSCHILD, Theodor, *O teatro romano de Lisboa in Lisboa Subterrânea*, Lisboa, 1994; MOITA, Irisalva, *Problemas da Lisboa romana: A recuperação do teatro de Olisipo*, In *Arqueologia de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas*, Zaragoza, 1985; MOITA, Irisalva, *Repensar Olisipo a partir de Lisboa*, in *I Encontro Nacional de Arqueologia*, Setúbal, 1985; MOITA, Irisalva, *O Teatro Romano de Lisboa*, Revista Municipal, nº 124 / 125, I trimestre, Lisboa, 1970; RAPOSO, Jorge, *Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal*, In *Almadan*, Almada, 2ª série, 2001; RODRIGUES, Adriano Vasco, *O Teatro Romano de Felicitas Julia*, Lisboa, 1987; VITERBO, SILVA, Augusto Vieira da, *Epigrafia de Olisipo: subsídios para a história da Lisboa Romana*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1944; WHEELER, Mortimer, *Roman Art and Architecture, (Word of Art)*, New York, 1985.

6. OBSERVAÇÕES

Processo de Classificação: CS 21720 – não foi encontrado

Processo de Arqueologia: S-00327 – não se encontrava disponível

Nº de Referências Bibliográficas introduzidas: 20

12.15 - Ficha actualizada referente ao “Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico:

1.2. Designação/Nome: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC)

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: Rua dos Correeiros, nº 9 ou 21º

Localidade: Lisboa

Freguesia: Santa Maria Maior

Concelho: Lisboa

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Protecção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Público Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto n.º 7/2015, DR, 1.ª série, n.º 75, de 17-04-2015

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

O arqueossítio encontra-se em contexto urbano, em zona ribeirinha da baixa Pombalina de Lisboa, com o primeiro contexto a uma profundidade de cerca de 80 cm, apresentado vários níveis estatigráficos de várias ocupações ao longo dos séculos.

A primeira ocupação humana documentada no espaço hoje ocupado pelo Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC) remonta aos séculos V-IV a. C., no contexto de uma acentuada expansão urbanística ligada aos contactos com povos comerciantes de origem oriental, nomeadamente sob influência político-económica de Cartago. A cidade cresce na direção do rio e seu esteiro, surgindo um bairro portuário e comercial. A este bairro pertenceria um conjunto de compartimentos retangulares com embasamento em pedra. Foi também identificado um forno cerâmico, do qual se conservava apenas a base da fornalha pavimentada a barro cozido de coloração vermelha e que se sobrepõe, parcialmente, às construções mais antigas,

desativando-as.

Após um período de abandono urbanístico desta zona baixa da cidade, durante o qual se formou um depósito natural de areia, criando uma praia fluvial, a área do NARC foi utilizada como cemitério (de ritos mistos de inumação e incineração), pelos primeiros colonizadores romanos (séculos I aC-IdC). No âmbito do acentuado crescimento urbanístico verificado em *Olisipo* a partir do final do século I aC, a área do NARC é, em grande parte da sua extensão, ocupada por um complexo industrial de salga e conserva de preparados piscícolas, do qual se identificaram trinta e um tanques (cetárias), agrupados em sete pequenas unidades que terão laborado entre o século I e meados do século V da nossa era. Foi possível igualmente reconhecer algumas construções de apoio às fábricas e um poço.

Anexa à área industrial foi construída, talvez no século III, uma habitação dotada de termas. Destas foi apenas identificado o *frigidarium*, constituído por um átrio de forma quadrada, pavimentado com um mosaico policromo - o primeiro encontrado na cidade de *Olisipo* - e quatro tanques frios. As áreas industriais e habitacionais confinariam a Sul, com a via de acesso a *Olisipo* por Oeste, elemento importante do urbanismo da cidade.

Após o século V, a área baixa da cidade terá tido uma nova regressão urbana, conservando-se contudo no NARC alguns contextos integráveis na fase tardo-antiga, incluindo uma sepultura isolada.

No período de dominação islâmica, a partir do final do século X, forma-se a ocidente da cidade muralhada um arrabalde, no qual se integram os contextos desta época identificados no NARC. Foram exumadas estruturas habitacionais e artesanais, nomeadamente um forno cerâmico. Após a conquista cristã da cidade, em 1147, a Baixa de Lisboa é reurbanizada com mais intensidade a partir do século XIII. Na zona do NARC, a cidade mantém a matriz anterior, tendo sido identificados contextos habitacionais (muros, pavimentos e lixeiras). O período designado como "pré-pombalino" (séculos XV a XVIII) é fortemente marcado pelo fenómeno da Expansão Ultramarina. Nesta fase, a baixa da cidade mantém o traçado medieval, mas verifica-se um conjunto de fenómenos ligados à sua transformação em centro político, económico e social urbano. Desta época, no NARC, escavaram-se vários troços de arruamentos, construções habitacionais (por vezes com pormenores arquitetónicos requintados (revestimentos azulejares, capitel, pavimentos cerâmicos), estruturas industrio-artesanais e poços. O Terramoto de 1755 está claramente identificado no registo arqueológico do NARC, nos níveis de ruína e escombros e nos vestígios do grande incêndio subsequente. A reconstrução pombalina encontra-se igualmente bem inscrita no sítio, destacando-se, sob os alicerces dos edifícios, a estacaria em pinho verde. Já em fase pós-pombalina funcionou aqui uma forja e, eventualmente, uma padaria. Desde 2010 que têm vindo a decorrer acções de preservação e valorização do contexto arqueológico através da musealização do espaço, encontrando-se visitável desde 2013.

4. BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino José Gonçalves, BUGALHÃO, Jacinta e RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães (1994), *A Baixa Pré-Pombalina: alguns aspectos urbanísticos*. In Actas das 5^{as} Jornadas Arqueológicas, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses; AMARO, Clementino José Gonçalves, BUGALHÃO, Jacinta e SABROSA, Armando José Gonçalves (1996), *A fábrica romana da salga de peixe da Rua Augusta Notícia preliminar*, In Actas das 1^{as} Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal: Câmara Municipal do Seixal; AMARO, Clementino José Gonçalves (1998), *Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível*, In Portugal Islâmico, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; BUGALHÃO, Jacinta e SABROSA, Armando José Gonçalves (1993), *O complexo industrial romano da Baixa uma unidade de salga de peixe na Rua Augusta (Lisboa)*, In Actas do 1^o Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto; BUGALHÃO, Jacinta, SABROSA, Armando José Gonçalves e MONTEIRO, José Luís (1994), *BCP Rua Augusta/Rua dos Correeiros: campanha de 1993/94*, In Almadan, Almada; BUGALHÃO, Jacinta

(1997), *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; BUGALHÃO, Jacinta e SABROSA, Armando (2001), *Estratigrafia e catálogo*, In *A indústria romana de transformação e conserva de peixe*, em Olisipo, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia; BUGALHÃO, Jacinta e GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2005), *Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico*, In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela; BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Sofia e SOUSA, Maria João (2007), *Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica*, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia; CARDOSO, João Luís (2004), *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional* in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol 12, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; DIAS, Maria Isabel, PRUDÊNCIO, Maria Isabel e GOUVEIA, M. Ângela (2001), *Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica*, In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa; DIAS, Maria Isabel, PRUDÊNCIO, Maria Isabel, BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Sofia, SOUSA, Maria João e FOLGADO, Deolinda (2009), *A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica primeiros resultados arqueométricos*, In *A Ocupação Islâmica da Península Ibérica*, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro: Universidade do Algarve; DUARTE, Cidália (2001), *Sepultura tardoromana do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros: Descrição antropológica*, In *A indústria romana de transformação e conserva de peixe*, em Olisipo, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia; FABIÃO, Carlos (2010), *A Sardinha Romana*, Lisboa: Fundação Millennium bcp; FERNANDES, Lúcia Maria Marques (1997), *Capitéis romanos da Lusitânia Ocidental*, Tese de Mestrado em História de Arte apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa; GASPAR, Alexandra e AMARO, Clementino José Gonçalves (1997), *Cerâmicas dos séculos XIII XV da cidade de Lisboa*, in *La céramique médiévale en Méditerranée*, Narration Éditions; GRILO, Carolina (2014), *Produção e consumo na economia local de Olisipo: A cerâmica de imitação de sigillata do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa*, In *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*, Atas do II Congresso Internacional da SECAH; MEDICI, Teresa (2012), *O espólio vítreo do núcleo museológico da Rua dos Correiros, Lisboa*, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa; SABROSA, Armando e BUGALHÃO, Jacinta (2004), *As ânforas béticas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa*, In *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE*, Cádiz: Universidade de Cádiz; SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da (2012), *As "marcas de oleiro" na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*, Tese de Doutoramento apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa; SOUSA,

Elisa (2011), A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C., Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

Processo de Classificação: Não foi necessário consultar

Processo de Arqueologia: S-01950 – Consultado o último volume

Nº de Referências Bibliográficas introduzidas: 20

12.16 - Ficha actualizada referente às “Lápides das Pedras Negras”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Lápides das Pedras Negras

1.3. Outras Designações: -----

1.4. Local/Endereço: Travessa do Almada, Lisboa

Localidade: Lisboa

Freguesia: Santa Maria Maior

Concelho: Lisboa

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Publico Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto de 16-06-1910, DG, nº 136, de 23-06-1910

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

As quatro lápides, conhecidas como as “Lápides das Pedras Negras”, encontram-se em contexto urbano, num prédio pombalino no centro da cidade de Lisboa, que acompanha o declive da Travessa do Almada. A designação das lápides provém da rua com a qual o prédio onde estas se encontram faz gaveto, a Rua das Pedras Negras, encontrando-se embutidas numa parede lateral do prédio entre os vãos das janelas do primeiro andar.

A primeira lápide, um monólito de secção rectangular, de pé sobre mísula de calcário, apresenta-se danificada e incompleta, podendo apenas ver-se o início das palavras: *MERCVR.../CAESA.../AVGVST.../C.IVLIVS F. IU.../PERMISS V. DEC.../DEDIT. F...*, permitindo apenas compreender o nome de Caio Júlio, dedicante, e as invocações do deus Mercúrio e do imperador César Augusto.

A inscrição seguinte é composta pela lápide de forma quadrangular, suportada por um troço de coluna por sua vez apoiado num pequeno pedestal. Nesta lê-se *DEVM MATR/ T. LICINIVS/ AMARANTIVS/ V. S. L. M.*, que se traduz por “Tito Licínio Amarantio por voto dedicou à mãe dos deuses”.

A lápide de maior dimensão, com dois metros e trinta de altura por pouco mais de um metro de largura, possui a inscrição *L. CAECILIO. L. F. CELERI. RECTO./ QVAEST. PROVINC. BAET./ TRIB. PLEB. PRAETORI. FEL. IVL./ OLISIPO*, traduzível como “Felicitas Julia Olisipo dedica a Lúcio Cecílio filho de Lúcio Celeri recto questor da província da Bética tribuno do povo e pretor”.

A última lápide, uma pequena ara rematada por um frontão em calcário, exhibe a inscrição *MATRI DE/ VM MAG. IDAE/ A FRHYG. T. L./ LYCH CERNO/ P. H. R. PERN. IIVI/ CASS ET CASS. STA./ M. AT. ET AP. COSS. GAI*, dedicatória de Caio Licínio Cerno, da Lycaonia, na Ásia Menor, à deusa da Frígia, conhecida como Cíbele, mãe dos deuses, na época dos côsules Marco Atílio e Afrosiano, e do governador Gaio.

3.2 Nota histórica:

Devido à construção de um prédio, em 1749, na Travessa do Almada, conhecido justamente como “prédio do Almada”, foram descobertas quatro lápides contendo inscrições latinas, duas das quais dedicadas aos deuses Mercúrio e Cíbele.

Estas lápides foram descobertas a quando das escavações para as fundações do prédio, a par do que seriam vestígios de um templo romano dedicado à deusa Cíbele, tendo sido decidido que estes testemunhos epigráficos seriam mantidos no local.

4. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando de (1973) – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. Tomo-I pág 85. Lisboa; MACEDO, Luís Pastor de (1931) – *A Rua das Pedras Negras*. In *Miscelânea*. Lisboa; SILVA, Augusto Vieira da (1944) – *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a História de Lisboa Romana*. Lisboa; SOUSA, Arlindo de (1952) – *Estudos Olisiponenses: Epigrafia Romana de Lisboa*. In *Revista Municipal*, nº 54;

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.



Ilustração 8 Vista geral das lápides na fachada do prédio



Ilustração 9 Pormenor da lápide mais pequena



Ilustração 10 Pormenor da lápide maior



Ilustração 11 Pormenor de outra lápide



Ilustração 12 Pormenor da lápide mais desgastada

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de Classificação: Não Encontrado

Processo de Arqueologia: Não existe

Referencias Bibliográficas Introduzidas: 4

Elementos Fotográficos Adicionados: 5

12.17 - Ficha actualizada referente à “Estação Eneolítica de Leceia”

FICHA DE MONUMENTO, CONJUNTO OU SÍTIO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arqueológico

1.2. Designação/Nome: Estação Eneolítica de Leceia

1.3. Outras Designações: Estação Eneolítica de Liceia (designação do diploma de classificação)

1.4. Local/Endereço: Vale da Ribeira de Barcarena, Leceia

Localidade: Oeiras

Freguesia: Barcarena

Concelho: Oeiras

Distrito: Lisboa

2. PROTEÇÃO

2.1. Categoria de Proteção:

Imóvel de Interesse Nacional Imóvel de Interesse Publico Imóvel de Interesse Municipal

2.2. Edital de Classificação: Decreto nº 45 327, DG, I Série, nº 251, de 25-10-1963

3. CARACTERIZAÇÃO: (4000 caracteres com espaços)

(incluir: descrição da área envolvente (urbana ou outra); época (s) construtiva (s) / período cronológico; descrição do sítio e do espólio exumado.)

3.1 Sítio:

A “Estação Eneolítica de Leceia” encontra-se implantada numa plataforma rochosa, escarpada, sobre o vale de Barcarena, dominando visualmente a entrada do rio Tejo.

Este arqueossítio corresponde a um povoado fortificado, sendo o seu complexo defensivo composto por três filas de muralhas arqueadas, todas elas munidas de entradas articuladas entre si por caminhos sinuosos. Adossados ao pano de muralha exterior encontram-se bastiões de planta semicircular, ocos ou maciços, que defendiam as três entradas, e que mais tarde foram reutilizados como habitações ou armazéns. Apesar da sua longa ocupação, este povoado não parece ter sofrido grandes alterações, o que poderá denunciar a existência de um plano previamente concebido, tido sido identificado apenas algumas campanhas de melhoramento de certas estruturas, mais especificamente as defensivas.

O local foi ocupado desde Neolítico Final até ao Calcolítico Final, passando por várias fases de construção: A primeira fase corresponde ao estabelecimento de um povoado aberto, sem construções defensivas, durante o Neolítico Final; a segunda coincide com a construção muito rápida das três linhas defensivas reforçadas por bastiões junto às entradas no Calcolítico Inicial; a terceira diz respeito ao reforço das estruturas defensivas e estreitamento das três entradas durante o final do Calcolítico Inicial e Calcolítico Pleno; a quarta relaciona-se com um período de adensamento da ocupação do espaço e novo reforço das muralhas ao longo do final do Calcolítico Pleno; a quinta e última fase corresponde a um período de declínio com o dismantelar de algumas estruturas habitacionais e destruição de partes das construções defensivas durante o Calcolítico Final.

Quanto ao espólio destacam-se as pontas de seta, lâminas de foice e raspadores em sílex, bem como outros artefactos ligados às principais actividades dos habitantes como mós, machados, enxós, escopros, percutores, pesos de tear e anzóis em cobre. A indústria óssea encontra-se também bem representada, sendo de destacar os elementos de adorno como as espátulas, alfinetes e as contas de colar. Foi também exumado um significativo número de recipientes cerâmicos, com especial destaque para os exemplares campaniformes com diversas decorações como a folha de acácia. Como testemunho da importante actividade metalúrgica foram encontrados um machado com o punho em bronze e escórias de cobre. O espólio encontrado encontra-se depositado no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Geológico do LNEG.

3.2 Nota histórica:

A “Estação Eneolítica de Leceia” foi identificada pela primeira vez em 1878 pelo geólogo Carlos Ribeiro, tendo sido alvo de várias visitas por especialistas ao longo de décadas posteriores, como em 1914 por José

Leite de Vasconcellos, em 1920 por Álvaro de Brée e em 1955 por Joaquim Fontes, no entanto não são conhecidos os resultados destas deslocações ao sítio.

É apenas em 1983 que se iniciam escavações aprofundadas em Leceia, após notícias do estado de degradação do local devido à abertura de valas para a plantação de árvores poucos anos antes. Entre 1983 e 2003 o sítio é alvo de escavações anuais, coordenadas por Joaquina Fontes, João Cardoso, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, que colocam a descoberto as várias estruturas que compunham o povoado e identificam as várias fases da sua ocupação, para além de efectuarem o estudo de grande parte do espólio aqui encontrado. Em 2003 inicia-se o projecto de musealização do local, tendo sido criado um circuito de visita constituído por passadiços de madeira, evitando assim o atravessamento pedonal por cima das estruturas arqueológicas.

4. BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, João Luís, GIL, Fernando Bragança e FERREIRA, GASPAR (1973) – *Análise por fluorescência de raios x de peças de cobre do castro de Leceia*. In Setúbal Arqueológica, vol. 5. Setúbal;
CARDOSO, João Luís (1979) – *O povoado pré-histórico de Leceia: Nota prévia sobre a colecção de Álvaro de Brée*. In *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa;
CARDOSO, João Luís, SOARES, Joaquina e SILVA, Carlos Tavares da (1984) – *Trabalhos de campo – Distrito de Lisboa (Oeiras): Povoado Pré-Histórico de Leceia*. In *Informação Arqueológica*, nº 6. Lisboa;
CARDOSO, João Luís e SOARES, Joaquina (1987) – *Oeiras há 5000 anos: Monografia de Leceia*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras;
CARDOSO, João Luís (1989) – *Leceia: Resultados das escavações realizadas (1983-1988)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras;
CARDOSO, João Luís (1991) – *A reconstrução de grandes estruturas em povoados calcolíticos: o exemplo de Leceia*. In *Actas das 4^{as} Jornadas Arqueológicas*. Lisboa;
CARDOSO, João Luís e AGUIAR, Delberto (1991) – *O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras – Estudos de Antropologia Física*. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras;
ACARDOSO, João Luís (1991) – *Notícia da estação humana de Leceia, por Carlos Ribeiro, 1878: Notas e comentários à edição original*. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras;
CARDOSO, João Luís (1992) – *Acerca de um suporte de lareira do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)*. In *Al-madan*, 2^a Serie:1. Almada;
CARDOSO, João Luís e CARDOSO, Guilherme (1994) – *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras*. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 4. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras;
CARDOSO, João Luís e SOARES, António Manuel (1992) – *Cronologia absoluta para o Campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal*. In *O Arqueólogo Português*; 4^a Série. Lisboa;
CARDOSO, João Luís (1994) – *Do Paleolítico ao Romano: Investigações arqueológicas na área de Lisboa. Os últimos 10 anos: 1984-1993*. In *Al-madan*, 2^a Série.

Almada; CARDOSO, João Luís (1994) – *Leceia 1983-1993: Resultados das escavações do povoado pré-histórico*. In Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras; CARDOSO, João Luís e SOARES, António Manuel (1995) – *Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)*. In Estudos Arqueológicos de Oeiras, vol. 5. Oeiras; CARDOSO, João Luís (1995) – *Possíveis pontas de seta calcolíticas de osso do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)*. In Estudos Arqueológicos de Oeiras, nº 5. Oeiras; CARDOSO, João Luís, SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares da (1996) – *A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras): materiais recolhidos em 1987 e 1988*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, nº 6. Oeiras; CARDOSO, João Luís e SOARES, António Manuel (1996) – *Contribution d'une série de datations C14, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du néolithique et du calcolithique de l'Estremadura portugaise*. In Actes du colloque de Périgueux. Rennes; CARDOSO, João Luís, NORTON, José e CARREIRA, Julio Roque (1996) – *Ocupação Calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras)*. In Estudos Arqueológicos de Oeiras, nº 6. Oeiras; CARDOSO, João Luís e GUERRA, Maria Filomena (1997) – *Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e seu significado no quadro da intensificação económica calcolítica da Estremadura portuguesa*. In Estudos Arqueológicos de Oeiras, nº7. Oeiras; CARDOSO, João Luís (1997) – *O povoado de Leceia: sentinela do Tejo no treceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; CARDOSO, João Luís (1998) – *Leceia, paradigma da protecção do património arqueológico, no concelho de Oeiras*. In Estudos Arqueológicos de Oeiras, nº 7. Oeiras; CARDOSO, João Luís (1998) – *O povoado fortificado pré-histórico de Leceia (Oeiras), exemplo de desenvolvimento não sustentado na Estremadura no III milénio a. C.* In O Arqueólogo Português 4ª Série, vol 16. Lisboa; CARDOSO, João Luís (2000) – *Aspectos do povoamento da baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze*. In Estudos Arqueológicos de Oeiras, nº 8. Oeiras; CARDOSO, João Luís (2003) – *O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português: Síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2003)*. Oeiras: Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras; CARDOSO, João Luís (2008) – *The chalcolithic fortified site of Leceia (Oeiras, Portugal)*. In Verdolay. Vol. 11. Murcia; CARDOSO, João Luís (2010) – *Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): evolução arquitectónica do sistema defensivo e das técnicas construtivas correlativas*. In Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4º e o 3º milénio. Cascais; DUARTE, Ana Luisa (2003) – *Povoado pré-histórico de Leceia: valorização e divulgação*. In Al-madan. 2ª Série. Almada; FERREIRA, Octávio da Veiga (1973) – *Antecedentes pré-históricos dos Castros da Idade do Ferro: os castros da Idade do Cobre em Portugal*. In Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto; FERREIRA, Octávio da Veiga e CARDOSO, João Luís (1975) – *Flauta, chamariz ou negaça de caça de osso encontrada no castro de Leceia*

(Barcarena). In Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa; FONTES, Joaquim (1955) – Estação eneolítica de Leceia (Barcarena). In Revista de Guimarães. Guimarães; GONÇALVES, Alexandre (2001) – O povoado pré-histórico de Leceia. Póvoa do Varzim: Gráfica Povense; RAPOSO, Jorge (2001) – Sítios Arqueológicos visitáveis em Portugal. In Al-madan, 2ª Série. Almada; RIBEIRO, Carlos (1880) – Estudos pré-históricos em Portugal: Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa; VALERA, António Carlos (2003) – Mobilidade estratégica e prolongamento simbólico: problemáticas do abandono no povoamento calcolítico do Ocidente peninsular. In (Era) Arqueologia. Lisboa; VASCONCELLOS, José Leite de (1917) – Arqueologia Licensense. In O Arqueólogo Português, vol. 22. Lisboa.

5. ELEMENTOS FOTOGRÁFICOS (anexos)

Nota: Imagens em formato JPEG, com dimensões não superiores a 2MG e não inferior a 200kb., e ter uma definição de 300 dpi como mínimo.

6. OBSERVAÇÕES

(Nota: Processo de Classificação e Processo de Arqueologia e a situação destes – se se encontram disponíveis, se foram consultados, etc)

Processo de classificação: Não encontrado

Processo de arqueologia: S-157

Nº de referências bibliográficas introduzidas: 35

12.18 - Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis

Termas dos Cássios

A – REQUERIMENTO INICIAL DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Património Arquitectónico Património Arqueológico x Património Misto

1.2. Designação/Nome: Rua das Pedras Negras nº 22 a 28

1.3. Outras Designações: Termas dos Cássios, Palácio dos Condes de Penafiel; Palácio do Correio-Mor

1.4. Local/Endereço: Rua das Pedras Negras, nº 22 a 28 e 35 a 41

Localidade: Lisboa

Freguesia: Santa Maria Maior

Concelho: Lisboa

Distrito: Lisboa

1.5. Código Nacional de Sítio (CNS): 1191 e 35365

2. CARACTERIZAÇÃO:

2.1. Função Original: Termas públicas, utilizadas entre o século I ou II d. C., e o século IV d. C.

2.2. Função Actual: O núcleo principal deste sítio arqueológico (nº22 a 28) encontra-se abandonado e fechado no piso térreo de um prédio, ao qual poucas pessoas têm acesso. O outro sector (nº 35 a 41) aguarda projecto de reabilitação.

2.3. Enquadramento: Em contexto urbano, perto do centro histórico da cidade de Lisboa, parcialmente afectado por quatro prédios de época pombalina. Situa-se próximo de ruínas do mesmo período, como o Teatro Romano, o Criptopórtico e o centro de produção piscícola que é visível no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC).

2.4. Descrição Geral: O núcleo arqueológico principal (nº 22 a 28) corresponde a um complexo termal público de época romana, com algumas paredes conservadas com mais de seis metros de altura. No local foram encontrados vários artefactos de época romana, incluindo uma importante inscrição que ajudou a compreender de que estrutura se tratava. Encontram-se, ainda, vestígios de um poço de época medieval e um troço de muro quinhentista.

As estruturas descobertas nos números 35 a 41 da mesma rua correspondem a restos de muros de duas fases do período romano, sendo que um deles (estrutura nº 53), segundo os investigadores responsáveis, deverá estar relacionado com o limite Sul das termas, cujo núcleo principal se encontra nos números 22 a 28.

2.5. Estado de Conservação: O núcleo principal deste sítio arqueológico (nº 22 a 28) encontra-se em mau estado de conservação, parcialmente afectado por um prédio do século XVIII e outras estruturas construídas mais recentemente. Após a intervenção arqueológica, as estruturas não foram objecto de qualquer acção de conservação e restauro, apesar disso, o facto de se encontrar protegido no interior de um prédio tem garantido a sua preservação, verificando-se, inclusivamente, que este conjunto integra paredes com cerca de seis metros de altura e sem aparentarem risco de queda. Sobre as estruturas encontradas no interior dos edifícios números 35 a 41 não se possui informação actualizada, depreendendo-se que aguardam uma acção de conservação e valorização.

2.6. Espólio: No núcleo principal deste sítio arqueológico foi encontrado um variado conjunto de artefactos que abrangem uma cronologia ampla, da Pré-História à Época Moderna. No entanto, o espólio mais significativo data de época romana, sendo constituído principalmente por um amplo conjunto cerâmico, nomeadamente *Sigillatas*. É também de período romano o artefacto de maior destaque aqui encontrado, uma inscrição que refere:

“THERMAE CASSIORUM RENOVATAE A SOLO IVXTA IVSSIONEM NVMERI ·
ALBANI · V · C · P · P · L CVRANTE AVR · FIRMO NEPOTIANO ET FA CVNDO
COSS”.

2.7. Depositário do espólio/materiais: No Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) encontram-se os materiais exumados no núcleo principal, o restante espólio, segundo informações do processo S-35365, encontram-se ainda à guarda da empresa *Nemus*.

3. SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE (obrigatório apenas quando o proponente for o proprietário)

3.1. Proprietário: ESTAMO

Endereço: Rua das Pedras Negras, nº 22 a 28 e 35 a 41

3.2. Artigo Matricial: _____

4. OBSERVAÇÕES:

4.1. Intervenções previstas: Nenhumas

4.2. Pessoas/entidades que possam dar informações: Arqueólogos Rodrigo Banha da Silva e Dias Diogo. Arqueóloga Sofia de Melo Gomes da empresa *Nemus*. Centro de Arqueologia de Lisboa. Museu da Cidade de Lisboa

4.3. Restrições à divulgação da informação: Os dois núcleos deste sítio arqueológico encontram-se dentro de propriedades privadas.

5. OUTRAS PROTECÇÕES:

5.1. Classificação: Inserido no perímetro de classificação da Lisboa Pombalina (Conjunto de Interesse Público)

5.2. ZEP: Abrangido pela ZEP do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa (Monumento Nacional).

5.3. Instrumentos de gestão territorial: Plano de Director Municipal: Área de sensibilidade arqueológica/Restrições arquitectónicas/urbanas - Área I

6. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARTÍSTICA:

6.1. Época (s) Construtiva (s): Construído no século I a. C., e reconstruído no século IV d. C.

6.2. Síntese Histórica: As termas dos Cássios terão sido mandadas construir durante o século I durante o reinado do imperador Augustus, ou no século II, segundo outros investigadores, já com os imperadores Flávios ou primeiros Antoninos, tal como outros edifícios de época romana encontrados em Lisboa (antiga Olisipo). A construção original ter-se-á ficado a dever à família dos Cássios, daí o seu nome. O complexo terá funcionado como banhos públicos, até que no século IV d. C. (336), e devido ao seu estado de degradação, se procede uma total reconstrução do edifício. Esta é a última referência que se conhece do local, não se sabendo até quando o complexo termal romano foi utilizado. O local onde se encontravam as termas volta a ser ocupado em épocas posteriores, nomeadamente com a abertura de um poço do período medieval e a construção de uma estrutura, em época moderna, cuja função se desconhece. No século

XVIII, durante a reconstrução da Lisboa pós-terramoto, foi erguido no local um edifício que ainda hoje se encontra de pé, apesar de bastante alterado pela introdução de estruturas em betão.

O núcleo arqueológico dos nº 22 a 28, foi detectado em 1991, devido à abertura de valas para a sondagens geotécnicas. A escavação arqueológica decorreu entre 1991 e 1998 por uma equipa camarária liderada por Dias Diogo.

Em 2013, num edifício próximo (Rua das Pedras Negras, nº 35 a 41) durante uma intervenção arqueológica da responsabilidade da empresa *Nemus*, foram detectadas estruturas que, segundo os responsáveis pela escavação, corresponderiam ao limite Sul das termas, nomeadamente um a muro com colaca semelhante às identificadas nas termas, possuindo uma datação que se deverá situar entre os século I e II d. C. Segundo informações do processo S-35365, (relatório final da empresa *Nemus*, Outubro de 2014, página 75), os muros que correspondem ao período romano e que foram detectados durante a obra realizada no local, ficaram preservados e irão ser integrados no futuro projecto.

7. CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLOGICA/JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 Tipo de Sítio: As termas dos Cássios correspondem ao único complexo termal público de época romana até hoje conhecido em Lisboa. Assim sendo, considera-se que este local reúne os seguintes critérios que justificam a sua classificação tendo em conta a alínea d) e g) do artigo 17, da Lei 107/2001 de 8 de Setembro: corresponde a um testemunho notável da vivência de uma comunidade que residiu na Lisboa romana (Olisipo) entre os séculos I a. C., e IV d. C.

Igualmente esta proposta de classificação obedece aos critérios constantes das alíneas e) e f) do artigo 17, uma vez que se trata de um conjunto de estruturas que, do ponto de vista da sua técnica de construção e dos materiais utilizados, bem como da sua concepção arquitectónica, é único na cidade.

Tendo em conta a raridade do sítio, nomeadamente por apresentar duas épocas de construção distintas, e ainda pelo potencial arqueológico que possui, considera-se que do ponto de vista da investigação histórica e científica, este bem patrimonial obedece também ao critério expresso na alínea h) da referida Lei.

Uma vez que as estruturas que integram este sítio arqueológico se encontram negligenciadas e ocultas no interior de edifícios situados numa zona que, neste momento, se encontra sob pressão imobiliária, facilmente podem vir a ser objecto de

destruição (alínea i) do artigo 17 da referida Lei). Assim considera-se que esta proposta de classificação pode contribuir para assegurar a protecção, a valorização e o acesso de todos à fruição deste notável sítio arqueológico. De notar que estes locais possuem condições para vir a ser eventualmente visitados, dado encontrarem-se ao nível da rua, para além de, no caso dos vestígios localizados nos n° 22 a 28, serem hoje visíveis através das janelas do piso térreo.

7.2. Período Cronológico: Entre o século I ou II d. C., e o século IV d. C.

8. BIBLIOGRAFIA:

CAESSA, Ana e ENCARNAÇÃO, José d' (2012) – *Epigrafia de Olisipo, 66 anos depois*. Fratelli Lega Editori. Faenza; ENCARNAÇÃO, José d' (2004) - *A epígrafe latina como elemento didáctico (XVI): A inscrição olisiponense das termas dos Cássios*. In Boletim de Estudos Clássicos. Lisboa; ENCARNAÇÃO, José d' (2004) – *As Termas dos Cássios em Lisboa – Ficção ou Realidade: Lusitânia Romana – Entre o Mito e a Realidade*. In Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana. Câmara Municipal de Cascais. Cascais; FERNANDES, Lúcia (2009) – *Capitel das Thermae Cassiorum de Olisipo (Rua das Pedras Negras, Lisboa)*, in Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 12, n° 2. Lisboa;

9. CARTOGRAFIA/FOTOGRAFIAS:

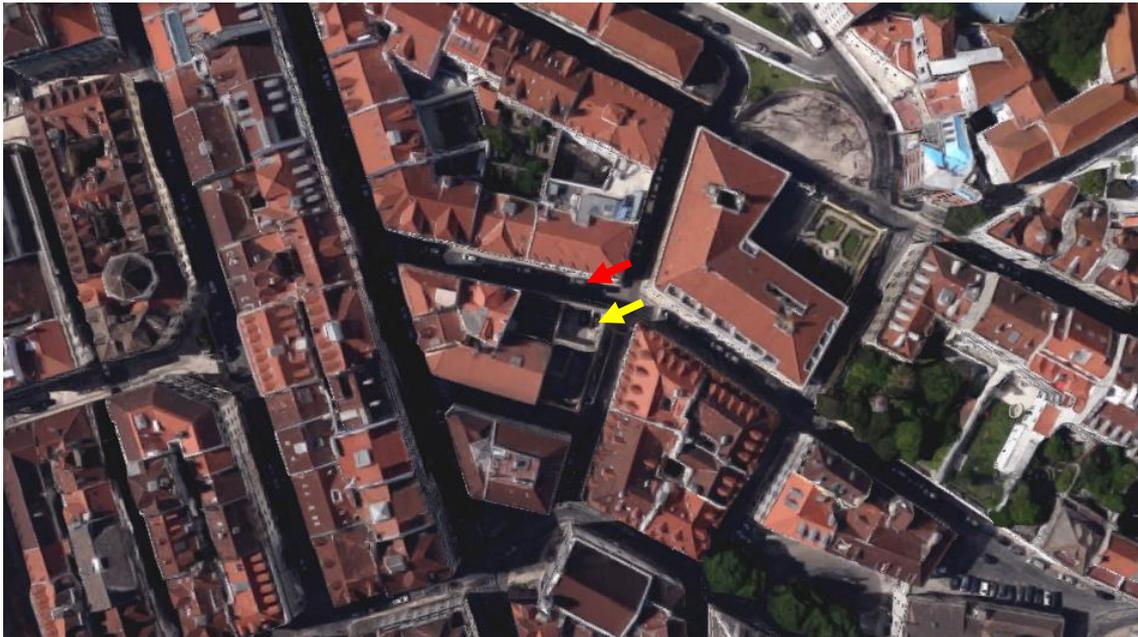


Figura 8 Localização do Sítio Arqueológico Termas dos Cássios. Seta Vermelha - Núcleo Central (Nº 22 a 28) e Seta Amarela - Segundo Núcleo (Nº 35 a 41) (Fonte: Google Maps, 2015)

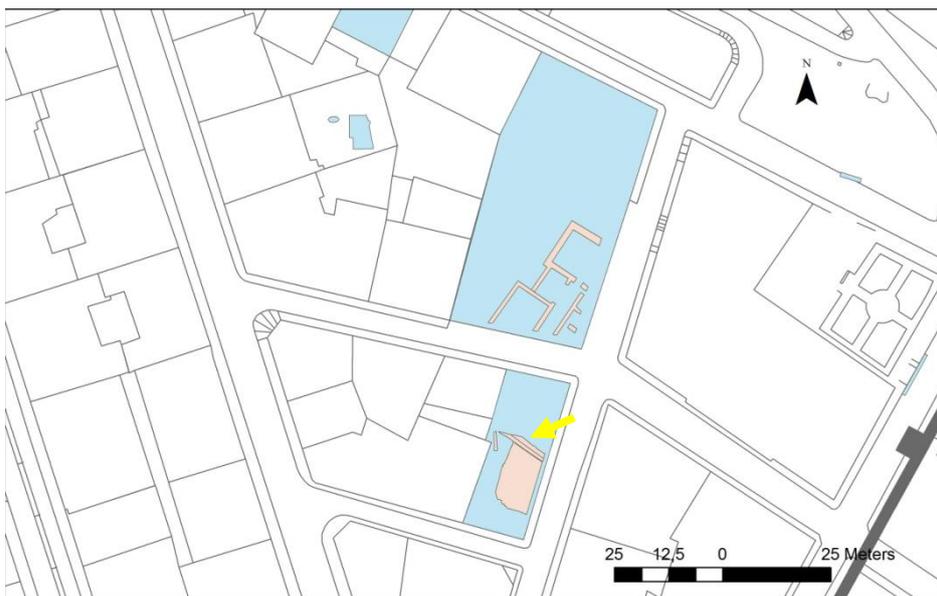


Figura 9 Localização dos dois núcleos Arqueológicos das Termas dos Cássios A Norte a implantação do núcleo central, a Sul a Seta Amarela identifica as estruturas romanas do segundo núcleo (Fonte: DGPC)



Figura 10 Vista do prédio do século XVIII onde se encontra o Núcleo Central do Sítio Arqueológico (<http://smobile.blogs.sapo.pt/199119.html>)

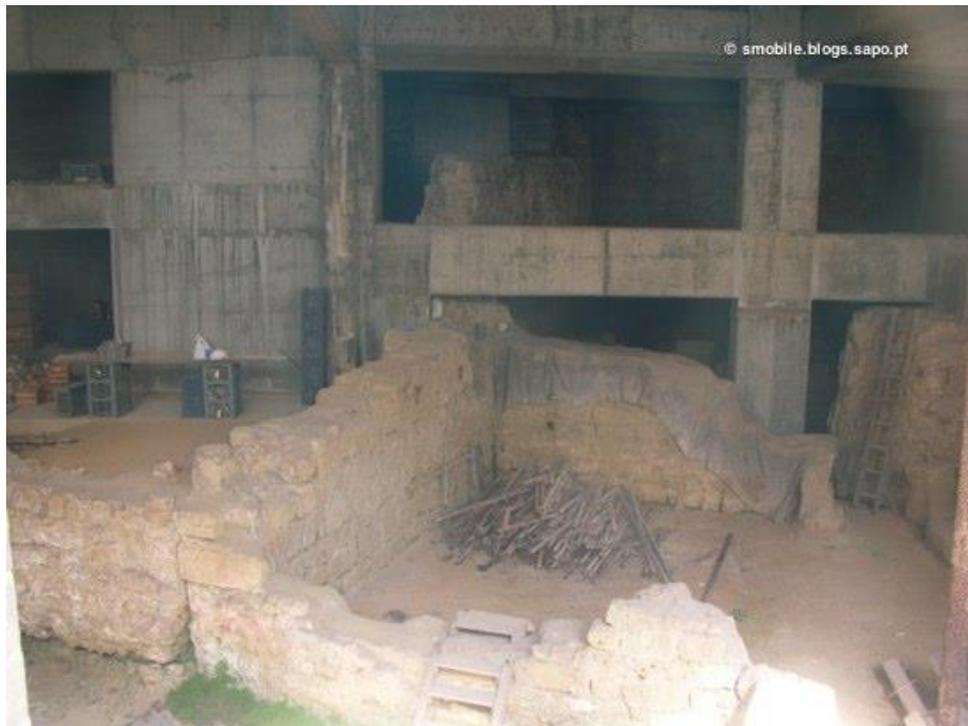


Figura 11 Situação das ruínas em 2011 vistas do lado Sul (<http://smobile.blogs.sapo.pt/199119.html>)



Figura 12 Situação das ruínas em 2011 vistas do lado Oeste
(<http://smobile.blogs.sapo.pt/199119.html>)

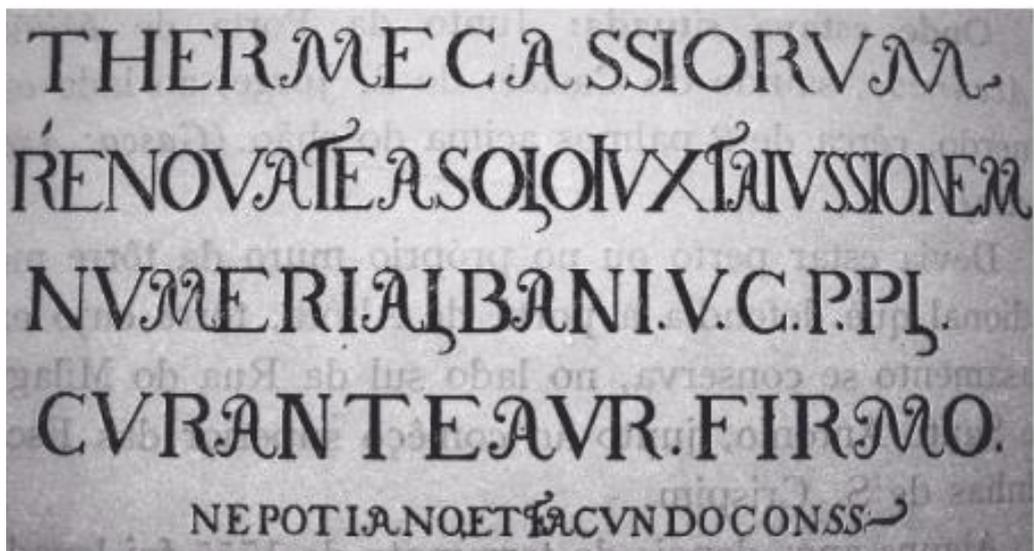


Figura 13 Desenho do Padre Tomás Caetano de Bem, manuscrito e publicado por Vieira da Silva em “Epigrafia de Lisboa” 1944, com o texto presente na Epígrafe encontrada nas Termas dos Cássios

12.19 - Introdução e Critérios para a página online da DGPC relativo aos percursos pedestres criados

Itinerários Arqueológicos de Lisboa e Sintra: Percursos Pedestres

Introdução:

A concepção de património e da sua importância sofreu várias alterações pelo menos desde o século XX, sendo que no presente o conceito de património é muito mais alargado, englobando novas tipologias e diferentes preocupações. Hoje o património cultural é cada vez mais algo plural e inclusivo, sendo mais próximo das comunidades, onde todos participam na sua conservação. Assim, urge aumentar o conhecimento e a compreensão, encorajando as pessoas a participar em actividades culturais, de forma a articular os recursos herdados do passado com a criação do futuro.

A visita informada e planeada a estes sítios contribuiu para a compreensão da fragilidade e do valor de alguns destes monumentos com séculos de existência.

O conjunto de património classificado que integra estes itinerários representa uma parte reduzida do património arqueológico classificado existente nos dois concelhos escolhidos: Lisboa e Sintra. Estes exemplares abrangem uma cronologia que vai desde calcolítico – com os monumentos pétreos que se encontram na Serra de Sintra: a Anta de Adrenunes e o Tholos do Monge; período romano – como é o caso da maior parte do património arqueológico classificado em Lisboa: O Teatro Romano ou as Lápides das Pedras Negras; período islâmico: como o exemplo das habitações identificadas no interior do Castelo de São Jorge e dos vestígios descobertos no interior dos claustros da Sé de Lisboa; até ao período medieval cristão: como a Ermida de São Saturnino, integrada no Santuário da Peninha, em pleno Parque Natural Sintra-Cascais.

Os locais inseridos nos percursos criados não usufruem todos da mesma classificação, encontrando-se classificados como Monumentos Nacionais ou como Imóveis de Interesse Público, dependendo da importância e interesse de cada local. Nomeadamente o interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; o testemunho notável de vivências ou factos históricos; importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica, entre outros (Lei de Bases do património cultural 107/2001, artigo 17º). Os monumentos que se localizam no percurso a ser realizado em Sintra encontram-se ainda abrangidos pela Zona Especial de Protecção (ZEP) da Paisagem Cultural de Sintra, classificada como Monumento Nacional e Património Mundial da UNESCO.

Assim, foram criados dois percursos que englobam os vários bens arqueológicos classificados nestes dois distritos: Um urbano em Lisboa e um florestal em Sintra. Ambos os percursos podem ser realizados a pé, uma vez que em Lisboa todos os monumentos se encontram no centro da capital relativamente próximos uns dos outros e, em Sintra, ligados por percursos com excelentes condições para a realização de caminhadas, numa zona repleta de valores naturais únicos.

Critérios:

Da pesquisa e trabalho inicialmente efectuado foram seleccionados oito conjuntos e sítios que, pela sua importância, se encontram classificados, correspondendo aos critérios estabelecidos na Lei de Bases 107/2001.

Ambas as rotas criadas apresentam percursos lineares, no entanto um é realizado em meio florestal (Sintra), e outro em meio urbano (Lisboa). Isto permite que cada itinerário transmita uma atmosfera diferente e apresente características distintas.

12.20 - Textos relativos a cada local que integra as rotas turísticas de Sintra e Lisboa

Sintra:

Sítios Arqueológicos a visitar

Anta de Adrenunes

Designação: Anta de Adrenunes

Outras designações: -

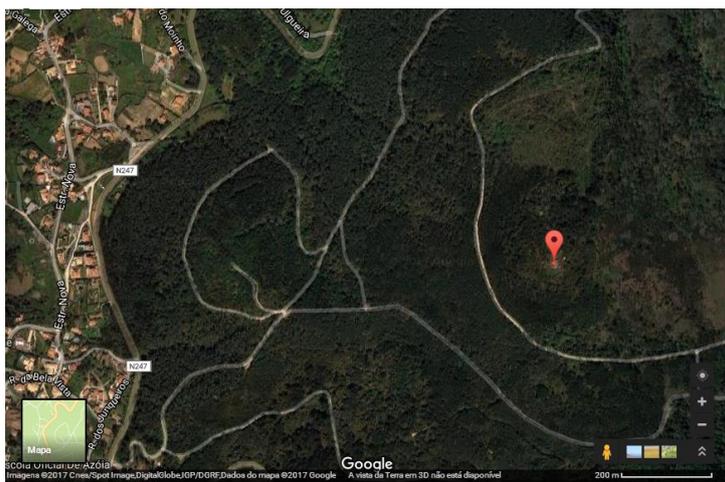
Localização: E. M. Azóia – Capuchos, Adrenunes

Freguesia/Concelho/Distrito: Colares/Sintra/Lisboa

Coordenadas geográficas: Latitude: 38.46409

Longitude: -9.27515

Mapa:



Descrição

Cronologia: Calcolítico

Síntese: Local é composto por um aglomerado de pequenos monólitos, entre os quais se abre, no lado poente, uma estreita galeria com cerca de cinco metros de altura. Do lado oposto, o conjunto é formado pela aglomeração desordenada de blocos pétreos com formas e dimensões várias. A galeria é encimada por longos monólitos maciços que se atravessam horizontalmente por cima dos que se encontram na vertical. Em torno da estrutura central jazem outros rochedos fragmentados, que desmoronaram do núcleo granítico. Alguns investigadores consideram que na galeria poderiam ter sido realizados vários enterramentos, formando uma necrópole colectiva, no entanto não são conhecidos quaisquer artefactos que provem esta suposição.

Protecção legal: MIN – Monumento de Interesse Nacional; Decreto de 16-06-1910, DG, nº 136, de 23-06-1910

Para saber mais ([link para ficha](#))

Imagens:



Ilustração 1 Vista geral. Fonte: Bettina Spckner, 2017

Sítios Arqueológicos a visitar

Ermida de São Saturnino

Designação: Santuário da Peninha, nomeadamente a Capela de Nossa Senhora da Penha e todas as dependências que a servem

Outras designações: -

Localização: E. N. 247, Peninha

Freguesia/Concelho/Distrito: Colares/Sintra/Lisboa

Coordenadas geográficas: Latitude: 38.770254

Longitude: -9.475618

Mapa:



Descrição

Cronologia: Época Moderna (séc. XVI/XVII)

Síntese: A ermida de São Saturnino, que se encontra numa área previamente utilizada como local de culto durante o período medieval, foi edificada em meados do século XVI, tendo sofrido alterações no século XVII.

Hoje em ruínas, o templo foi alvo de escavações arqueológicas nos anos 90 do século passado, na área do vestíbulo, nave e altar-mor, tendo sido encontrados, a oeste do monumento actual, evidências dos alicerces da primitiva ermida medieval (século XIII), para além de várias sepulturas escavadas na rocha do século XVII, um troço de um caminho lajeado e uma cisterna escavada na rocha.

Protecção legal: IIP – Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 129/77, DR, I Série, nº 226, de 29-09-1977

Para saber mais (link para ficha)

Imagens:



Ilustração 2 Fonte: DGPC

(<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72978>)

Sítios Arqueológicos a visitar

Tholos do Monge

Designação: Tholos do Monge

Outras designações: -

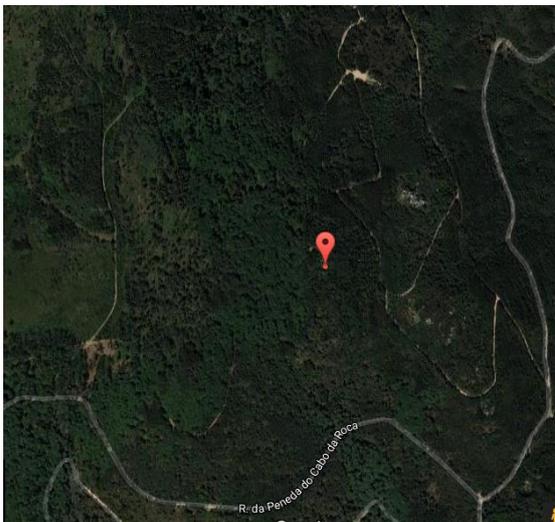
Localização: Vigia do Monge

Freguesia/Concelho/Distrito: Colares/Sintra/Lisboa

Coordenadas geográficas: Latitude – 38.774240

Longitude: -9.441387

Mapa:



Descrição

Cronologia: Calcolítico Pleno

Síntese: O "Tholos do Monge" encontra-se isolado no topo de uma das maiores elevações da Serra de Sintra, tendo sido erguido durante o *Calcolítico Pleno* (entre c. de 2300 e c. de 2000 a. C.) posteriormente reutilizado no *Bronze Final*. Aproveitando uma depressão natural do próprio maciço, o *sítio* é constituído por uma câmara de planta subcircular com cerca de quatro metros e meio de diâmetro máximo e paredes erguidas com lajes de diferentes dimensões colocadas horizontalmente, com aproximadamente dois metros de altura, coberta em falsa cúpula. Ainda que remanesçam quase em exclusivo os elementos estruturantes da câmara funerária, o *sítio* possuía originalmente corredor e átrio exterior

Protecção legal: Em Vias de Classificação como Monumento Nacional

Para saber mais (link para ficha)

Imagens:



Ilustração 3 Fonte: DGPC

(<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73530>)

Lisboa:

Sítios Arqueológicos a visitar

Ruínas do Teatro Romano

Designação: Ruínas do Teatro Romano

Outras designações: Museu do Teatro Romano

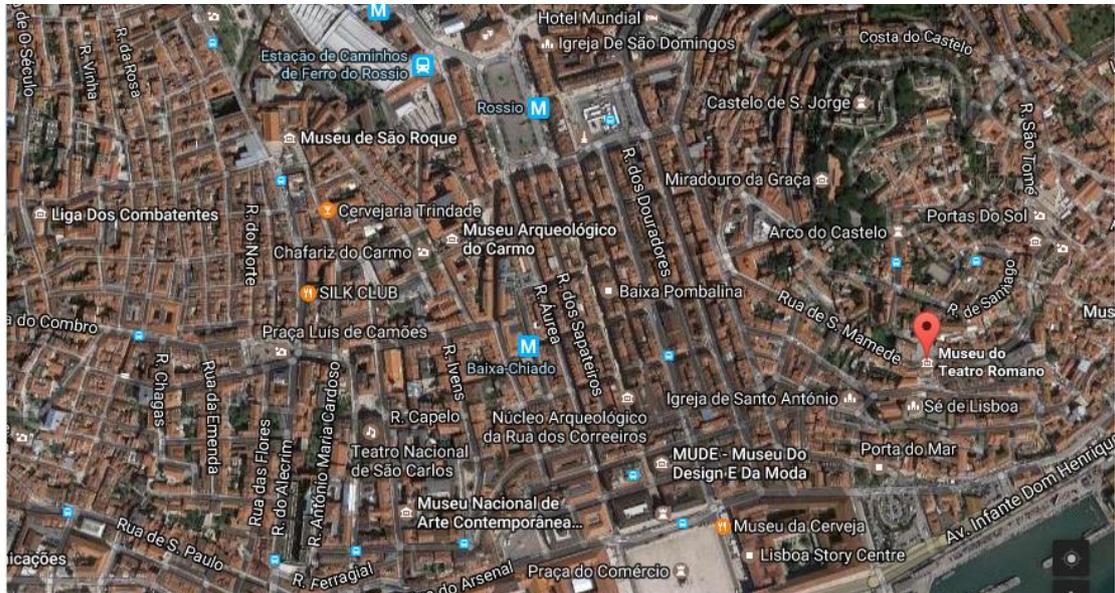
Localização: Pátio do Aljube, Lisboa. Número de Polícia: 5

Freguesia/Concelho/Distrito: Santa Maria Maior/Lisboa/Lisboa

Coordenadas geográficas: Latitude: 38.710365

Longitude: -9.132348

Mapa:



Descrição

Cronologia: Romano (século I)

Síntese: Apesar de hoje os testemunhos não serem muito visíveis, o Teatro Romano de Lisboa terá sido construído no período do imperador Augusto, nos primeiros anos do século I, subsistindo apenas alguns elementos decorativos. Durante a época de Nero, em 57d. C., o teatro é inaugurado oficialmente após a repavimentação da *orchestra* e renovação da zona do *proscenium* e do *pulpitum*. Hoje é possível ver a *orchestra*, de planta semicircular, ainda com alguns vestígios do antigo pavimento em mosaico, toda a infraestrutura do palco, assim como os pilares paralelepípedicos sobre os quais assentavam as traves de madeira que suportavam o *pulpitum*. Com as obras de remodelação, em 57 d. C., dá-se também a renovação da imagética, ou seja, da decoração com um embelezamento do teatro, mas mantendo a ordem decorativa original jónica, da qual ainda hoje se pode ver algumas colunas, fustes e capiteis.

O teatro começa a ser desmantelado no século IV, durante o período do imperador Constantino sendo aos poucos o que resta da estrutura oculta por infraestruturas e edifícios construídos sobre ele ao longo dos séculos seguintes. Em 2011 foi inaugurado o Museu do Teatro Romano, tendo este sido alterado, sofrendo uma total remodelação museográfica, voltando a abrir em 2015.

Protecção legal: IIP – Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 47 984, DG, I Série, nº 233, de 06-10-1967

Para saber mais (link para ficha)

Imagens:

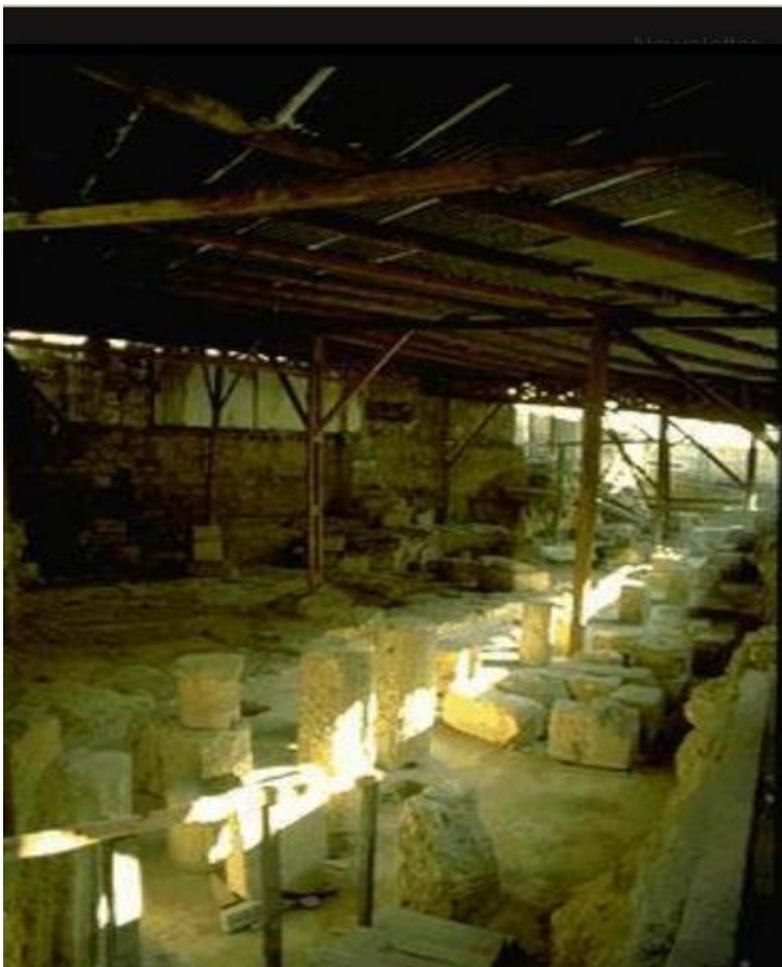


Ilustração 4 Fonte DGPC

(<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69753>)

Sítios Arqueológicos a visitar

Lápides das Pedras Negras

Designação: Lápides das Pedras Negras

Outras designações: -

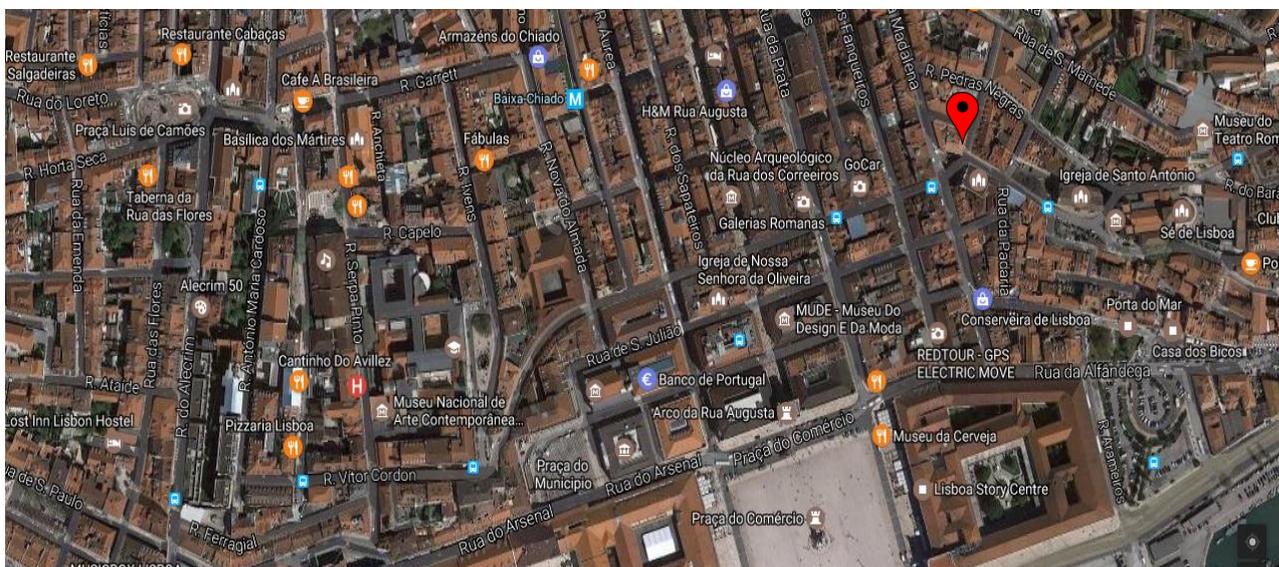
Localização: Travessa do Almada

Freguesia/Concelho/Distrito: Santa Maria Maior/Lisboa/Lisboa

Coordenadas geográficas: Latitude: 38.710361

Longitude: -9.134939

Mapa:



Descrição

Cronologia: Romano

Síntese: Devido à construção de um prédio, em 1749, na Travessa do Almada, conhecido justamente como “prédio do Almada”, foram descobertas quatro lápides contendo inscrições latinas, duas das quais dedicadas aos deuses Mercúrio e Cíbele. As lápides encontram-se embutidas na parede lateral de um prédio pombalino, entre os vãos das janelas do primeiro andar, e estão relacionadas com vestígios de um templo romano dedicado à deusa Cíbele que foram também detectados no local.

Protecção legal: MIN – Monumento de Interesse Nacional; Decreto de 16-06-1910, DG, nº 136, de 23-06-1910

Para saber mais (link para ficha)

Imagens:



Ilustração 5 Fonte: Ana Henriques

Sítios Arqueológicos a visitar

Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros

Designação: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC)

Outras designações: -

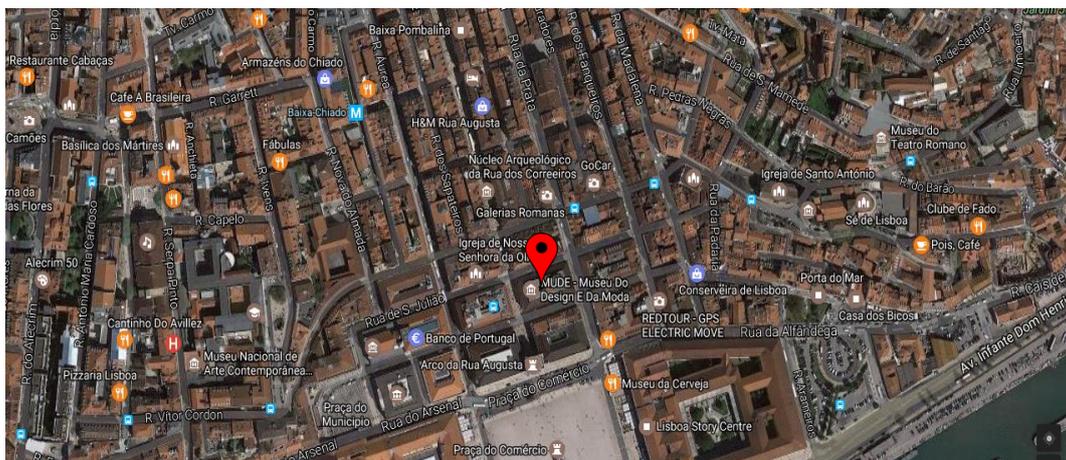
Localização: Rua dos Correiros, Nº 9 ou Nº 21

Freguesia/Concelho/Distrito: Santa Maria Maior/Lisboa/Lisboa

Coordenadas geográficas: Latitude: 38.709942

Longitude: -9.137313

Mapa:



Descrição

Cronologia: Do Período Ibero-Púnico ao Período Moderno

Síntese: A primeira ocupação humana documentada no espaço hoje ocupado pelo Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC) remonta aos séculos V-IV a. C., no contexto de uma acentuada expansão urbanística ligada aos contactos com povos comerciantes de origem oriental. Após um período de abandono urbanístico desta zona baixa da cidade a área do NARC foi utilizada como cemitério (de ritos mistos de inumação e incineração), pelos primeiros colonizadores romanos (séculos I a. C ao I d. C). No período de domínio islâmico, a partir do final do século X, forma-se a ocidente da cidade muralhada um arrabalde, no qual se integram os contextos desta época identificados no NARC. Após a conquista cristã da cidade, em 1147, a Baixa de Lisboa é reurbanizada com mais intensidade a partir do século XIII, sendo que a cidade mantém a matriz anterior, tendo aqui sido identificados contextos habitacionais. O Terramoto de 1755 está claramente identificado no registo arqueológico do NARC, nos níveis de ruína e escombros e nos vestígios do grande incêndio subsequente. A reconstrução pombalina encontra-se igualmente bem inscrita no sítio, destacando-se, sob os alicerces dos edifícios, a estacaria em pinho verde. Já em fase pós-pombalina funcionou aqui uma forja e, eventualmente, uma padaria.

Protecção legal: MIN – Monumento de Interesse Nacional; Decreto n.º 7/2015, DR, 1ª Série, n.º 75, de 17-04-2015

Para saber mais (link para ficha)

Imagens:



Ilustração 6 Fonte: DGPC

(<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/18858493>)

Sítios Arqueológicos a visitar

Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa

Designação: Castelo de São Jorge e resto das cercas de Lisboa

Outras designações: -

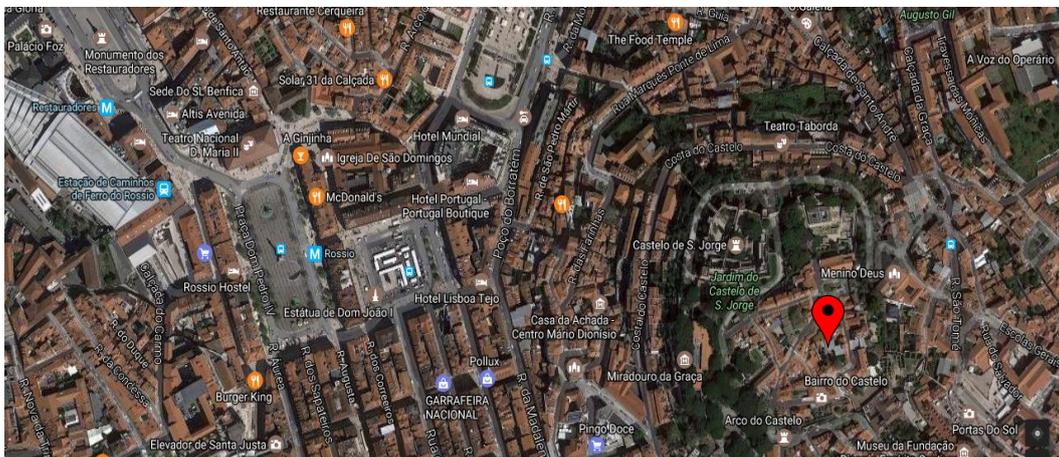
Localização: Porta de São Jorge

Freguesia/Concelho/Distrito: Santa Maria Maior/Lisboa/Lisboa

Coordenadas geográficas: Latitude: 38.713908

Longitude: -9.133349

Mapa:



Descrição

Cronologia: Medieval Islâmico e Cristão

Síntese: As escavações arqueológicas efectuadas na área da Praça Nova foram iniciadas em 1996 no âmbito do Projecto Integrado do Castelo e revelaram vestígios de ocupação de várias épocas distintas. Dos trabalhos de arqueologia resultou a identificação de três períodos distintos de ocupação, sendo eles um conjunto de estruturas habitacionais que remontam à Idade do Ferro, duas casas que datam do período de ocupação islâmica e uma superfície pavimentada que pertenceu ao Paço Episcopal e, mais tarde, ao Palácio dos Condes de Santiago. Em 2006, tendo em conta a relevância dos achados, foi criado o Núcleo Expositivo e o Núcleo de Arqueologia da Praça Nova.

Protecção legal: MIN – Monumento de Interesse Nacional; Decreto de 16-06-1910, DG, nº 136, de 23-06-1910

Para saber mais (link para ficha)

Imagens:



Ilustração 7 Fonte: DGPC

(<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70523>)

Sítios Arqueológicos a visitar

Sé de Lisboa

Designação: Sé de Lisboa

Outras designações: Sé Catedral de Lisboa; Igreja de Santa Maria Maior

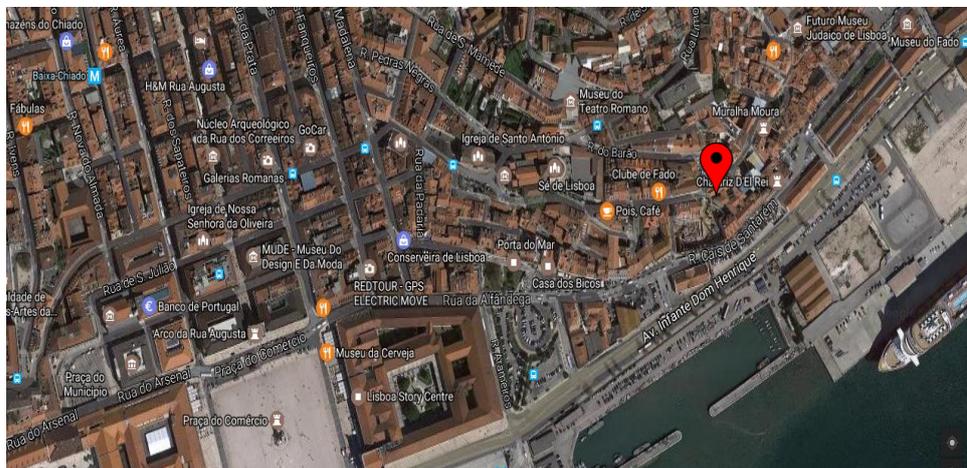
Localização: Largo da Sé, Lisboa

Freguesia/Concelho/Distrito: Santa Maria Maior/Lisboa/Lisboa

Coordenadas geográficas: Latitude: 38.709831

Longitude: -9.132973

Mapa:



Descrição

Cronologia: Medieval

Síntese: As escavações arqueológicas que foram efectuadas sob o claustro da Sé desde 1990 puseram a descoberto uma longa diacronia de ocupação humana, revelando as numerosas alterações a que o espaço esteve sujeito. A ocupação da Idade do Ferro ficou marca pela presença de um numeroso espólio e por muros de estruturas habitacionais; a do período romano destaca-se uma via ladeada por uma *tabernae*, uma cozinha, restos de canalizações e uma *colaca*; do período visigótico subsistem alguns restos de estruturas habitacionais que cortaram a anterior via romana e parte de um pavimento; de época islâmica identificaram-se numerosas estruturas como, por exemplo, um grande edifício público, numerosas fossas detriticas e alguns tanques.

Protecção legal: MIN – Monumento de Interesse Nacional; Decreto de 16-06-1910, DG, nº 136, de 23-06-1910

Para saber mais (link para ficha)

Imagens:



Ilustração 8 Fonte:n DGPC

(<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70502>)

12.21 - Panfleto criado para o percurso pedonal de Sintra

Localização:

O Parque Natural situa-se no distrito de Lisboa e está distribuído pelos concelhos de Sintra e Cascais. Estende-se do limite norte do concelho de Sintra, junto à foz do rio Falcão, para sul até à Cidade da Cascais.

Cartografia:

Geologia e Clima:

O maciço eruptivo da Serra de Sintra formou-se há aproximadamente 80 milhões de anos tendo provocado o levantamento dos calcários mesozóicos à volta deste relevo constituído essencialmente por granitos, silenos e gabros. Esta zona possui um clima temperado mediterrânico, de tipo oceânico, com influência atlântica.

Importância Ambiental

Flora:

Para a serra de Sintra estão assinaladas cerca de 900 espécies de flora autóctone, metade das quais são mediterrânicas ou oeste-mediterrânicas. Cerca de 10 % das espécies são endémicas (a nível mundial só se encontram em nesta área). A serra de Sintra assume também valor máximo do ponto de vista da conservação devido à presença de populações de *Asplenium hermannii*, trovisco-lauréola *Daphne laureola*, coqueária-menor *Jonaspidium acule* e azevinho *Ilex aquifolium*, únicos em todo o país.

Daphne laureola (trovisco-lauréola)

Jonaspidium acule (coqueária-menor)

Fauna:

São mais de 200 as espécies de vertebrados já identificadas no parque natural: 33 de mamíferos, mais de 180 de aves, 12 de anfíbios, 20 de répteis e 9 de peixes de água doce. A área protegida encerra ainda valores faunísticos de grande interesse de conservação, designadamente a boga-portuguesa *Iberochondrostoma lusitanicum* – um dos raros vertebrados endémicos do país –, a fritilária-dos-pântanos *Euphydryas aurinia*, a víbora-comuda *Vipera latastei* e a águia de Bonelli *Aquila fasciata*.

Iberochondrostoma lusitanicum (boga-portuguesa)

Vipera latastei (víbora-comuda)

Percurso Pedestre

PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO EM SINTRA

ITINERÁRIO TEMÁTICO

Ilustração 1 Frente do Panfleto em formato digital

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS A VISITAR:

Este circuito pedestre insere-se num sítio de especial beleza paisagística e de grande importância do ponto de vista botânico e faunístico, que é o Parque Natural Sintra-Cascais, integrado na Rede Natura 2000 (rede europeia de espaços naturais protegidos para a conservação da biodiversidade europeia).

Trata-se de uma zona de ocupação humana muito antiga, atestada pelo património existente que reporta ao Calcolítico (3300 a. C e 1200 a. C) e que continuou nos séculos seguintes até à atualidade.

ANTA DE ADRENUNES:



Este local foi identificado pela primeira vez em 1867 como sítio arqueológico por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, fundador da então *Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes*.

A designada "Anta de Adrenunes" encontra-se num dos mais elevados picos da Serra de Sintra. Corresponde a uma formação rochosa natural de grande beleza, que carece de investigação que comprove tratar-se de uma "Anta" uma vez que não existem indícios de adaptação humana da estrutura pétreo.

No local é possível observar um aglomerado de blocos pétreos, entre os quais se abre, no lado poente, uma estreita galeria com cerca de cinco metros de altura. A estrutura é encimada por longos monólitos maciços que se atravessam horizontalmente por cima de outros que se encontram na vertical. Em torno da estrutura central jazem ainda outros rochedos fragmentados que, ao longo do tempo, se desmoronaram a partir do núcleo granítico.

Classificação: Monumento Nacional

PERCURSO:

O percurso pode iniciar-se em qualquer um dos pontos referidos no mapa, correspondendo a cerca de 5 km.

RECOMENDAÇÕES:

- Usar calçado e roupa confortável;
- Preservar os sítios arqueológicos, não subindo às estruturas;
- Contribuir para a preservação da fauna e flora local;
- Não fazer lume;
- Não abandonar lixo pelo caminho.



THOLOS DO MONGE



Esta estrutura é designada como "tholos", um monumento megalítico funerário coletivo, de planta circular, composto por câmara, corredor e mamoá.

Identificado e escavado pelo geólogo Carlos Ribeiro em 1878, o "Tholos do Monge" encontra-se isolado no topo de uma das maiores elevações da Serra de Sintra. Esta estrutura foi erguida durante o *Calcolítico Pleno*, entre c. de 2300 e c. de 2000 a. C., numa altura em que se reforçavam os sistemas defensivos e se fortificavam novos "habitats" de cumeeada na região.

Aproveitando uma depressão natural do próprio maciço rochoso, o monumento é constituído por uma câmara de planta subcircular com cerca de quatro metros e meio de diâmetro. As paredes são compostas por lajes de diferentes dimensões colocadas horizontalmente, chegando aproximadamente aos dois metros de altura, apresenta ainda uma cobertura em falsa cúpula.

Classificação: Em Vias de Classificação como Monumento Nacional

ERMIDA DE SÃO SATURNINO:



Edificada em meados do século XVI e alterada posteriormente no século XVII, a Ermida de São Saturnino, hoje em ruínas, encontra-se implantada num antigo local de culto, surgindo referências à existência de um templo medieval localizado mais a Oeste.

Localizada no sopé do monte onde se encontra o Santuário da Peninha, o edifício apresenta uma planta retangular com pequeno nártex, uma nave coberta por uma abóbada de berço de onde sobressaem arcos torais assentes em mísulas e uma pequena sacristia. As escavações arqueológicas efetuadas nos anos 90 do século XX colocaram a descoberto, no interior da Ermida, diversas sepulturas escavadas na rocha datáveis dos séculos XVI a XVIII, bem como um troço de caminho lajeado e uma cisterna.

Classificação: Inserida no perímetro da classificação do Santuário da Peninha—Imóvel de Interesse Público.

Ilustração 2 Verso do panfleto em formato digital